

ARCO
EDITORES

TERRITÓRIO E REGIÃO:

**ESTUDOS E DEBATES SOBRE A
(RE)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO**

**Ivanio Folmer
Adilson Tadeu Basquerote Silva
Edimar Rodrigo Rossetto**

Organização

ARCO
EDITORES ●

TERRITÓRIO E REGIÃO:

**ESTUDOS E DEBATES SOBRE A
(RE)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO**

**Ivanio Folmer
Adilson Tadeu Basquerote Silva
Edimar Rodrigo Rossetto**

Organização

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI/SC.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos, UFSM- Santa Maria/RS.

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito, UAL - Lisboa- Portugal.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS- Passo Fundo/RS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS - Chapecó/SC.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs, UFES - Vitória/ES.

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC- Santa Cruz do Sul/RS.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS - Porto Alegre/RS.

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch, UFSM- Palmeira das Missões/RS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU– Uberlândia/MG.

Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF- Juiz de Fora/MG.

Profa. Dra. Angelita Zimmermann, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN - Santa Maria/RS.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Território e região [livro eletrônico] : estudos e debates sobre a (re)configuração do espaço / Ivanio Folmer, Adilson Tadeu Basquerote Silva, Edimar Rodrigo Rossetto, organização. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-021-5

1. Desenvolvimento sustentável 2. Direito urbanístico - Brasil 3. Espaços urbanos 4. Planejamento urbano - Aspectos ambientais 5. Posse da terra - Brasil 6. Territorialidade I. Folmer, Ivanio. II. Silva, Adilson Tadeu Basquerote. III. Rossetto, Edimar Rodrigo.

22-118049

CDD-910.91732

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento urbano sustentável : Território e região :

Geografia urbana: 910.91732

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-021-5

Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

ARCO EDITORA

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

APRESENTAÇÃO

Pesquisar é uma ação que se caracteriza como ato de investigação de determinada condicionante, a partir de um pressuposto delimitado. No processo de pesquisa visa-se investigar algo novo, para, conseqüentemente, sanar dúvidas que motivam um conjunto, um movimento em busca de sua resolução.

A Pesquisa na atualidade se remete prioritariamente, ao estudo de fenômenos científicos, estando presente nas mais diversas análises que visam a cura de doenças por meio de experiências laboratoriais, no campo da biologia, por exemplo. Pode ser exemplificada também por meio da realização de procedimentos químicos, nas engenharias, a partir da criação de novas tecnologias que busquem sanar necessidades humanas. Nesse entendimento, cabe observar que a Pesquisa vincula-se prioritariamente a Ciência, pois, necessitou-se de um rol de pesquisas, nas mais diversas áreas, para se formular a concepção de Ciência, que nada mais é do que um conjunto de conhecimentos pesquisados em determinado campo analítico.

Portanto, a Pesquisa pode ser considerada como sendo instrumento de investigação para fatos/eventos/processos/ensinamentos que tenham cunho investigativo. Importante dizer que os conhecimentos ensinados nas escolas, são frutos de pesquisas realizadas em tempos passados que vieram a explicar fatos/movimentos, contestados, que foram analisados e justificados, produzindo ou supondo, possíveis respostas a partir de entendimentos consensuais, provados concretamente ou na forma abstrata, mas com valor científico. Isso é Ciência. Esta, atualmente alimentada por meio de pesquisas, de geração em geração visa ser estratégia para que se preze a evolução social, econômica, tecnológica da raça humana.

Baseada nos diversos ramos/áreas do conhecimento produzido historicamente, a Pesquisa Científica se constitui de maneira dissímil, pois, devido a vasta diversidade de estudos/experiências, a mesma precisou ser dividida/setorizada, especificando análises, refutando inconsistências teóricas/técnicas gerais, rasas e comuns. Estas divisões, denominadas de ramos científicos não são totalmente desconexas, negligenciando análises interrelacionais de campos científicos, mas, visam suas especificidades por conta de delinearem esforços individuais na compreensão cada vez maior de elementos mais precisos no avanço da pesquisa.

Sem deixar de mencionar, a Pesquisa Científica também se apresenta como instrumento base nos estudos das Ciências Humanas. O estudo da História, da Geografia, da Filosofia, da Antropologia e da Sociologia, em muitos momentos não produz conhecimentos concretos, técnicos, aplicáveis e de resultados imediatos. Esse conhecimento subjetivo citado produz a reflexão, a crítica, o exercício do pensar, além de debater causalidades do sistema que rege a ação do homem. Verifica-se uma forma diferente de se fazer Pesquisa e, conseqüentemente, de se produzir Ciência.

O papel das Ciências Humanas no contexto da Pesquisa Científica se configura a partir do processo existencial da vida humana. Pensar estratégias/hipóteses sobre determinados acontecimentos visa delimitar parâmetros para investigação e explicação. O sujeito que investiga, denominado de pesquisador, também é fruto do anseio humano em solucionar problemas ou tentar explicar fatos “inexplicáveis”, ou até mesmo criar novas formas de vida e de trabalho.

O processo de Pesquisa por vezes é árduo, mas, prazeroso. Quando se adentra ao cotidiano da Ciência, o mundo, as pessoas, as relações de vida, tudo se torna diferente, pois, o nível de racionalidade e de complexidade do indivíduo é elevado ao nível da intelectualidade científica a que está debruçado.

Como já dizia Vygotsky, o sujeito se adapta ao meio em que se está inserido.
Boa Pesquisa!

Torna-se fundamental ressaltar a necessidade de uma ciência específica que contempla a análise da temporalidade histórica para compreender o passado e o atual presente, na perspectiva futura de propor alternativas que potencializem o uso do território no contexto da ciência geográfica.

Nesse contexto, o conjunto de reflexões que compõe o e-book: “Estudos e Debates sobre as categorias de análise Território e Região” envolvem discussões a respeito da categoria “Território, onde são diagnosticados estudos sócio-ambientais no tripé: sociedade, populações e natureza”. Os capítulos que compõem o livro percorrem uma trilha que primam na apresentação de temas emergentes para a contemporaneidade. Além disso, discussões também percorrem temáticas atreladas ao fazer geográfico no contexto de atuação no espaço escolar e suas peculiaridades e por vezes, fora dele. As circunstâncias pautadas nesses capítulos envolvem desde questões marcadas pelos contextos históricos até as atuais formas de apropriação do espaço, viabilizadas, notadamente pelos “esforços” do capital, e, muitas vezes amparado pelo Estado.

Assim, torna-se cada vez mais importante o pensar, o debate e o fazer científico para possibilitar a compreensão da relação sociedade e natureza, como também, as suas diferentes possibilidades de interação, buscando, sobretudo uma relação em equilíbrio. Sendo assim, essa obra possui como preocupação central o amplo acesso às discussões resultantes das pesquisas científicas, cujo objetivo é aprofundar a formação crítica do público-alvo.

Edimar Rodrigo Rossetto
Ivanio Folmer
Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPITULO 1

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: A LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO ATINGIDOS POR BARRAGENS E A ENTRADA DO CAPITAL HIDRELÉTRICO NO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE.....11

Edimar Rodrigo Rossetto

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

doi: 10.48209/978-65-5417-021-1

CAPITULO 2

A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL URBANO: O AMBIENTE URBANO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS.....30

Maria Aparecida Duarte Simioli Garcia

doi: 10.48209/978-65-5417-021-2

CAPITULO 3

PANORAMA ECONÔMICO DO SETOR PRIMÁRIO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A EXTINTA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA.....57

Gustavo Mees

Willian Matheus Lopes

Anielle Gonçalves de Oliveira

Adilson Tadeu Basquerote

Daniel Rodrigo Strelow

doi: 10.48209/978-65-5417-021-3

CAPITULO 4

TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: UM NOVO OLHAR SOBRE O QUILOMBO BOQUEIRÃO, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA...80

Marcos Paulo Alves Monção

doi: 10.48209/978-65-5417-021-4

CAPITULO 5

DINÂMICA NA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO ESPAÇO – A TROCA DE ESPAÇO DA FEIRA LIVRE DE PIATÃ.....101

Leonardo Ribeiro Farias

doi: 10.48209/978-65-5417-021-0

CAPITULO 6

CARACTERÍSTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO: UM OLHAR SOBRE MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....115

Pedro Henrique Espíndola Fernandes

Thiago Maurício de Brito

Weslen Rafael Ferreira

Anielle Gonçalves de Oliveira

Adilson Tadeu Basquerote

doi: 10.48209/978-65-5417-021-6

CAPITULO 7

SER TERRITÓRIO, SER SERTÃO, AFEIÇÃO E PERTENÇA..140

Ivana Lima e Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-021-7

SOBRE OS ORGANIZADORES.....156

SOBRE OS AUTORES.....159

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: A LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO ATINGIDOS POR BARRAGENS E A ENTRADA DO CAPITAL HIDRELÉTRICO NO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE

Edimar Rodrigo Rossetto

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-1

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa dissertativa na área da Geografia que retrata uma análise das últimas décadas do século XX onde o capital, de forma “agressiva” avançou sobre a região oeste e sudoeste paranaense, principalmente a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – UHI. A construção da Usina provocou gradativas mudanças no território de abrangência da empresa, mas principalmente, provocou problemáticas na vida dos sujeitos que ali viviam. A questão educacional torna-se preocupação importante e emergencial para as comunidades que passam a conviver com o fechamento de escolas rurais e, as articulações populares tornam-se

resultado, principalmente com objetivo de formar movimentos de resistência contra as barbáries impostas pelo projeto hidrelétrico.

Palavras-chave: Capital; Articulações populares, Projeto hidrelétrico.

Introdução

Como agente interventor do espaço, o objetivo principal do Estado Brasileiro em meados do século XX era a nacionalização da fronteira, ou seja, a colonização de espaços pouco habitados na divisa com países latino-americanos. O Estado tinha o papel de proteger o seu território de possíveis ocupações estrangeiras. Para tanto, o mesmo interfere diretamente no processo de produção agrícola a partir da inserção de modelos norte-americanos, reorganizando a forma de vida e substituindo práticas de manejo tradicionais da população agrícola do campo nas regiões de fronteira, como é o caso da área estudada neste artigo, a saber, as regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná. Considera-se que essas regiões fazem divisa com países vizinhos, dentre eles Paraguai e Argentina.

A primeira articulação popular que levou à formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Estado do Paraná ocorreu em março de 1978, às margens do Rio Paraná, na comunidade evangélica do Porto Britânia, pertencente atualmente ao município de Pato Bragado, PR (GERMANI, 2003). Suas lideranças se especializaram pelo Brasil, com o objetivo de defender os interesses das comunidades do campo atingidas por obras do Estado ou empresas privadas que visavam apenas o acúmulo de capital e, para tanto, expropriavam centenas de agricultores.

Nesse sentido, é importante observar o processo migratório que levou agricultores gaúchos e catarinenses a ocuparem e colonizarem a região analisada. Esse processo consolidou-se através de políticas de ocupação do Estado,

como, por exemplo, a “Marcha para o Oeste”. No Sudoeste e Oeste paranaense, por volta de 1940, e estendendo-se a 1970, tomadas aqui como décadas de referência aproximada, e, posteriormente, com a introdução de novos padrões de produção baseados na monocultura da soja e do trigo, além de possuir solo de boa qualidade para cultivo, a região foi rapidamente ocupada e colonizada por essa leva migratória.

Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que o Estado do Paraná recebia migrantes, grupos de pequenos proprietários de terra paranaenses e dos demais Estados do sul, com o objetivo de expandir as fronteiras agrícolas, migravam para estados da Região Centro-Oeste e Norte do país a partir de então. Aconteceu, porém, que, nesses novos espaços, habitavam outros grupos/povos, de várias etnias, com culturas diferenciadas. A entrada desse processo migratório, principalmente por agricultores sulistas, provoca amplo rol de conflitos, principalmente pela posse da terra, assunto este que, embora seja de extrema importância, não é foco desta pesquisa.

Novamente “escravos” da lógica desenvolvimentista, os agricultores são conduzidos como peças de um “quebra-cabeça”, sendo orientados e conduzidos pelo Estado e pelo setor privado a ocuparem novas regiões, dando lugar às obras de infraestrutura, nesse caso, financiadas por empresas internacionais, como é o caso da construção de Itaipu.

A luta dos expropriados do campo na usina hidrelétrica de Itaipu (UHI)

A busca por garantia de direitos por parte das classes exploradas consolida organizações de enfrentamento ao sistema capitalista exploratório. Com o fim da Ditadura Militar no ano de 1984, observa-se que, novamente, o poder do Estado se consolidava nas mãos de ruralistas:

Em 1985 foi eleito presidente da república, indiretamente, pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves, que veio a falecer antes de tomar posse. Assumiu o poder o vice-presidente, José Sarney, com o primeiro governo da Nova República. Nesse governo foi elaborado o Plano Nacional de Colonização e Reforma Agrária – PNRA. Novamente, o ataque dos ruralistas foi exterminador. Nesse tempo surgira a União Democrática Ruralista – UDR. Vinculada ao governo, influenciou politicamente para a derrubada do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e impediu que o PNRA fosse implantado (FERNANDES, 2004, p. 283-284).

A termos de entendimento do contexto político nacional referente à questão agrária, observa-se que é criado o Plano Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PNRA), com o objetivo de desenvolver um programa de reforma agrária, porém, no mesmo período, é criada a União Democrática Ruralista (UDR), ou seja, uma organização dos grandes proprietários rurais, com o objetivo de atender aos interesses dos latifundiários. Devido ao fato da UDR ter forte poder de decisão no Estado, consegue barrar o PNRA e a tentativa de suprimir os movimentos sociais por parte dos ruralistas é fortalecida.

Nesse sentido, se, por um lado, cresce a força da UDR, de outro, se observam os traços coletivos e a luta dos movimentos sociais que agregam adeptos a cada ano. Com o passar dos anos, os movimentos sociais perceberam que suas lutas não deveriam se pautar apenas por terra, mas por outras questões também necessárias às comunidades do campo. Os movimentos unem-se em pautas de lutas gerais, seja contra a expropriação de terras para construção de usinas hidrelétricas, seja por reforma agrária, entre outros. A pressão destes movimentos juntamente a sindicatos e Universidades, faz florescer novo jeito de pensar formas de vida e de educação diferenciada para as comunidades do campo. Ilustrando a assertiva, observa-se que

Muita gente está se convencendo de que o Movimento não se envolve apenas com o pedaço de chão da sobrevivência da família camponesa, mas também com a educação e com a escola. Emerge, então, a educação do

campo, que, em face da perversidade do projeto das elites para com o povo da terra, objetiva, pelo contrário, a transfiguração da agricultura familiar e da cooperativada como integrantes do processo maior de mudança de nossa sociedade (BALDUÍNO, 2004, p. 23).

Nesta nova organicidade do campo agrário brasileiro, as lideranças de movimentos sociais no Oeste e Sudoeste paranaense unificam-se na luta por um campo mais justo, fortalecendo o direito à terra, à saúde, à moradia e, principalmente, à educação para as futuras gerações, promovendo, assim, maiores oportunidades de trabalho e de vida às comunidades do campo.

Assim, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI), localizada no Oeste paranaense, articulações populares do campo da região se aglutinam em defesa de seus direitos. Nesse sentido, várias outras bandeiras de luta no campo também se alçam, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado no ano de 1984 na cidade de Cascavel-PR e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), basicamente, por terem maior proximidade em suas pautas de reivindicações.

Sob essa ótica da valorização do espaço agrário brasileiro, é importante apontar a contribuição de Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 21), os quais salientam que “[...] há uma tendência dominante em nosso país, marcada por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade”. Essa tendência, pontuada pelos autores, pode ser resultado da inserção do padrão de produção e consumo vindo com o processo de modernização da agricultura. Elucidando esse processo, pontua-se a contribuição de Schreiner (1997), o qual já apontava que o espaço urbano capitalista produz a transformação radical na vida dos indivíduos, sendo que os laços entre os habitantes se enfraquecem em consequência de novos modelos de vida que são impostos. Nesse sentido, os

indivíduos do campo são vítimas desse processo excludente e ficam reféns da lógica que os expropria do campo e da cidade.

Com a efervescência das articulações populares, constata-se que

Os novos movimentos populares se multiplicaram pelo país, resistindo à ditadura, fortalecendo a consciência crítica e cidadã e lutando por direitos civis, sociais e econômicos, tais como: terra, emprego, salário digno, moradia, alimentação, saúde, educação, saneamento e outros (BENINCÁ, 2011, p. 89).

Essa busca de direitos sociais por parte da população – principalmente do campo – liderada pelos movimentos sociais tem a função de aprimorar a consciência política do movimento, resistindo contra a estrutura organizacional do Estado e do modelo produtivo vigente. É importante observar que,

Entre os segmentos sociais que o Movimento dos Atingidos por Barragens reúne estão camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais inferiorizados e invisibilizados. Participam jovens, adultos, crianças e idosos, homens e mulheres, pessoas de diferentes etnias, historicamente subjugadas, marginalizadas e excluídas (BENINCÁ, 2011, p. 94).

Observa-se que o MAB foi o movimento-base para a articulação popular em defesa dos direitos dos agricultores. Para tanto, suas pautas de luta são gerais e dão origem aos demais segmentos de luta, observando-se que, para cada localidade, existem interesses divergentes.

Observa-se também que, como as empresas da época tiveram, e têm, forte influência nas decisões do Estado e, como o projeto privilegiou basicamente o acúmulo de capital econômico, o principal objetivo do Estado era financiar a base infraestrutural (energia, estradas, portos etc.) ao proporcionar condições favoráveis para a expansão do setor industrial que, segundo discursos da época, levaria o país ao ápice do progresso. É importante observar que, juntamente

com a implantação de megaprojetos hidrelétricos, como é o caso de Itaipu, a região passa a elencar uma racionalidade meramente pautada no capital.

Para Zaar (1999, p. 31), a partir dessa lógica

[...] construiu-se a imagem de uma totalidade racional, que tinha por objetivo o desenvolvimento do país e conseqüentemente de seus indivíduos. Dentro desta nova produção ideológica, enalteciam-se os benefícios que as intervenções produzem, ao mesmo tempo que procurava-se destruir resistências criadas em função das mesmas.

A racionalidade do trabalho e da produção torna-se prioritária para a sociedade, destituindo a importância da educação para a formação de um sujeito crítico e implantando modelos de educação para o trabalho. Desse modo, toma-se como referência a citação de Kaercher (2003, p. 13), segundo o qual “[...] entender o papel do modo de produção capitalista é fundamental para a Geografia porque ele não produz apenas mercadorias, mas produz também os espaços e nossas ideias”.

Oliveira (1998, p. 24) vai ao encontro do exposto, quando afirma que

[...] a nossa consciência (e de todos os homens) é determinada pelo nosso ser social e não o inverso – a consciência determinar o nosso ser social. Tudo isto ocorre porque o desenvolvimento da nossa vida social, política e intelectual em geral está condicionado pelo modo de produção da nossa vida material.

Ou seja, como a racionalidade do trabalho e da produção eram vistos pelo Estado como modelo de desenvolvimento e progresso, essa lógica passa a ser incorporada pela sociedade, pois, como observado pelo autor, a vida social, política e intelectual está condicionada pelo modo de produção da vida material.

Com o pressuposto crítico sobre a política nacional, percebe-se a necessidade de discutir nuances relacionadas ao modelo produtivo econômico inserido no Brasil. Como a esfera produtiva é direcionada exclusivamente para a obtenção do lucro na atividade a qual está inserida, as relações de trabalho,

produção e circulação, sejam elas de pessoas ou mercadorias, voltam-se para a produção extensiva, mas mutiladora do ponto de vista social.

Essa contradição ocorre porque, segundo Zaar (1999, p. 29),

[...] através de uma aliança entre o governo dos Estados Unidos da América, indústrias e produtores rurais daquele país, criou-se e consolidou-se o padrão de produção e consumo do trigo e da soja. Após aceito nos Estados Unidos, governo e grupos econômicos norte-americanos decidiram ‘exportar’ e impor este mesmo padrão. Isto ocorreu primeiramente com a Europa e posteriormente com demais países, os quais, por não plantarem trigo e soja, ficaram dependentes de importações norte-americanas, o que abriu para os Estados Unidos um amplo e confortável mercado consumidor.

Nesse sentido, segundo Antunes (2002, p. 180), “o capitalismo, regulado pelo valor de troca, pelo cálculo dos lucros e pela acumulação de capital, tende a dissolver e a destruir todo valor qualitativo, sejam valores de uso, valores éticos, relações humanas e sentimentos”. Para o autor, a regulação do modelo produtivo com base no valor de troca expressa o sentido comercial dos produtos produzidos, ou seja, a compra e a venda.

Em relação à destruição dos valores de uso, ou seja, a troca de alimentos, produtos manufaturados, artesanatos, a mão de obra desvinculada de uma organicidade lucrativa e exploratória tende a perder força, assim como os valores humanos, ou seja, as tradições, os costumes, as crenças, entre outras culturas. Esses valores humanos se fazem presentes nas relações entre pequenos e médios proprietários, que estão inseridos em um conjunto de relações de troca de produtos agrícolas ou manufaturados, garantindo a sobrevivência dessas famílias.

Nesse sentido, com a implantação desses novos padrões de produção, as relações no campo passam a direcionar o foco para o viés econômico, e o campo brasileiro começa a se adequar à lógica do mercado, passando a ser visto como lugar da produção.

De igual forma, ao mesmo tempo em que se discutia a implantação do projeto hidrelétrico de Itaipu, também se reorganizavam mudanças nos padrões de produção do campo brasileiro, mais especificamente no Oeste paranaense. Ainda segundo Zaar (1999, p. 30),

[...] para implantação e aceitação do modelo moderno para a produção, importado dos norte-americanos, era preciso trabalhar a ideologia a partir de dois conceitos dicotômicos, o tradicional e o moderno, os quais justificavam que o resultado para o desenvolvimento da agricultura brasileira seria a partir da mudança do padrão produtivo tradicional para um padrão de produção moderno.

O padrão moderno de produção era visto pelo governo brasileiro como processo norteador do “progresso econômico”. Assim, facilidades de financiamento de maquinarias agrícolas, agrotóxicos, fertilizantes e insumos, entre outros, proporcionada pelo Estado por meio da implementação de políticas de crédito fácil, levaram vários agricultores a adquirirem esses produtos/maquinários. No entanto, é importante frisar que esse ideário de facilidade na aquisição dos utensílios para o trabalho com a terra e cultivo tinha um objetivo maior, a saber, transformar o tradicional em moderno. Assim, o progresso no campo estaria consolidado. Esses elementos de direcionamento para a modernização e a mudança do padrão de produção no Brasil resultaram no conhecido processo de Modernização da Agricultura¹.

¹ Para mais informações a respeito do contexto da colonização e modernização da agricultura no oeste do Paraná, recomenda-se a consulta aos seguintes trabalhos: GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. 1997. 360p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Liv. Chain, 1988; SCHLOSSER, M.T.S. **Nas ondas do rádio**: a viabilização da modernização no Oeste do Paraná (1960-1980). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001; SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia** – UEM, Ano 10, nº 01, 1992. p. 61-93.

É, portanto, importante observar que,

Com a Revolução de 30, inicia-se a urbanização do Brasil, e a conseqüente necessidade de aumentar a produção de alimentos. Para tanto, o presidente Vargas cria, em 1938, uma política oficial de expansão e alargamento efetivo das fronteiras agrícolas, com a chamada ‘Marcha para o Oeste’. Começa assim o primeiro movimento de deslocamento de força de trabalho dentro do País. E os primeiros beneficiados foram os jovens riograndenses e catarinenses, para os quais começava a faltar espaço nos minifúndios do Sul (KRÜGER, 2004, p. 206).

Além das condicionantes pautadas pelo autor, um dos elementos que deu suporte ao processo de ocupação e colonização do Estado no Oeste paranaense foi o programa de propagandas das colonizadoras paranaenses, as quais objetivavam incentivar o processo migratório para a região. Parafraseando Pfluck (2007), observa-se que a divulgação da venda das terras era realizada pela principal colonizadora da época, a Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, que apresentava propagandas publicitárias da região afirmando que as terras oestinas eram livres de morros, sem pedras, sem formigas e ricas em água, além de ser região de clima saudável a plantação, de solo fértil e onde o frio não era assustador, possibilitando colheitas fartas, onde o desejo de cada agricultor (uma vida melhor para seus filhos) poderia se realizar, deixando-lhe um pedaço de terra.

Enfim, a região era caracterizada como uma “terra prometida”. É importante ressaltar que estas propagandas publicitárias para a venda de terras no Oeste paranaense eram divulgadas, principalmente, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e realizada por corretores de imóveis particulares e da própria empresa Maripá.

Como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul a colonização estava consolidada na maior parte de seus territórios, trabalhadores do campo passam a se interessar pela propaganda de expansão e colonização das fronteiras e, as-

sim, migram principalmente para o Sudoeste e Oeste paranaense. Esse processo de ocupação inicia-se a partir das décadas de 1930 e 1940.

Nessas regiões do Paraná, o relevo, dito como basicamente plano, solo de qualidade, clima favorável à produção, e o crédito facilitado para a aquisição da maquinaria agrícola, foram importantes para a implantação do processo de modernização da agricultura na região.

Nesse processo, a prática da mecanização agrícola², característica da modernização por reduzir o tempo de trabalho no preparo do solo, e por ser uma prática que inibiu consideravelmente os efeitos erosivos do manejo agrícola do solo, “foi aceita” pelos agricultores colonizadores. Com áreas agricultáveis majoritariamente planas, o uso da maquinaria agrícola pôde ser intensificado, e a produção das monoculturas adquiriu destaque no mercado nacional e internacional. Nesse cenário, o fator responsável pela expansão da modernização agrícola no Oeste paranaense foi a forma do relevo.

Na região Sudoeste paranaense, entretanto, embora o processo de modernização da agricultura também tivesse sido implantado, isso ocorreu lentamente. Tendo clima, solo, ocupação e colonização praticamente idênticos ao que se encontra na região Oeste, o relevo, contudo, possui mais ondulações, desfavorecendo a produção da monocultura em áreas extensas. Assim, nessa região, as pequenas propriedades não tiveram forte impacto com a entrada da modernização agrícola. Justifica-se tal afirmação com base no exposto por Antonio (2013, p. 149), segundo o qual “[...] o campesinato manteve-se à margem do processo civilizatório da sociedade capitalista”. Com o relevo em níveis de

2 Para Leandro Gimenez (2014), a mecanização agrícola consiste nas seguintes operações: preparo do solo, semeadura, aplicações de defensivos agrícolas, fertilizantes, corretivos e colheita, realizados ao longo de um ciclo de produção. Segundo o autor, cada operação possui suas particularidades, quer seja pelas condições de clima e solo, quer seja pelo perfil do produtor e da escala de produção. Disponível em: <<http://www.fundacaomt.com.br/pma/precisao.php>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

declividade maiores, a pequena propriedade passa a diversificar a produção no início da colonização, seja através da pecuária leiteira e de corte, seja por meio da produção de manufaturas, pelo cultivo de frutíferas, pela horticultura etc., resistindo à produção em escala de latifúndios. Porém, em relevos planos, a monocultura se inseriu inteiramente, fortalecendo o novo padrão de produção imposto pelo mercado consumidor internacional.

É interessante mencionar que a modernização não se resume apenas à produção agrícola, haja vista que ela se insere na tecnificação dos demais sistemas produtivos, como, por exemplo, na atividade leiteira, com a venda de equipamentos para corte de pastagens, para a ordenha mecânica, para o resfriamento do leite etc., tornando também o agricultor sudoestino refém da lógica do capital. No campo, a produção das monoculturas também requer a reorganização do espaço agrário, necessitando de infraestrutura para o manejo, produção e, conseqüentemente, escoamento do produto.

Principalmente sob a égide da produção da monocultura, o advento do êxodo rural caracteriza-se no Brasil por meio do controle imposto por multinacionais com a regulação de preços das *commodities* agrícolas³, a falta de subsídio agrícola aos pequenos agricultores, a expropriação de famílias camponesas por obras do Estado ou do capital privado, entre outros fatores. Assim, observa-se que, diante da marginalidade da expansão do capital no campo, a formação/criação de pequenos núcleos de agricultores que buscam inibir essas características da agricultura patronal se intensifica, visando tornar o campo um lugar não só da produção, mas também de vida.

3 Segundo Delgado (2012), as *commodities* agrícolas caracterizam-se por serem produtos que possuem valor financeiro, vendidos em quantidades consideráveis no mercado internacional, seja na forma natural ou após passarem por processamento inicial necessário para a sua comercialização. São derivados especialmente da atividade agropecuária, florestal, pesqueira ou mineral.

Nesse sentido, Antunes (2002, p. 248) observa que “[...] as lutas sociais no Brasil, e em particular seu movimento sindical de esquerda, têm sido ao mesmo tempo parte e resultado das ações de classe que têm sido desencadeadas contra o capital”. Percebe-se que, mediante decisões do Estado, parcelas da sociedade acabam sendo privilegiadas, e outras marginalizadas. Nessa condição, as parcelas prejudicadas organizam-se e iniciam movimentos de resistência às imposições implantadas, sendo, nesse caso, movimentos formados por trabalhadores do campo.

Com o avanço da tecnologia ao longo dos anos em busca da aceleração produtiva, criam-se novos panoramas com relações de poder controladas pelas empresas que se apropriam da mão de obra disponível para acumular capital. Para tanto, é pertinente afirmar que as empresas, principais coadjuvantes nos processos decisórios do Estado devido ao controle da parcela econômica que detêm no orçamento do país, interferem na organicidade do sistema educacional, influenciando as ações tomadas pelo Estado. Sendo o Estado constituído por representantes da própria sociedade, na maioria das vezes empresários, fazendeiros, entre outros, os mesmos se apropriam da condição de representante social em favorecimento próprio.

Um exemplo claro é a inserção de um modelo educacional cujo objetivo principal é a formação de mão de obra para os postos de trabalho dos donatários dessas corporações, formando, assim, um exército de trabalhadores para determinado número de vagas. Essa grande quantidade de trabalhadores para números reduzidos de vagas constitui-se como principal mecanismo de controle salarial.

Desse modo, observa-se que, no campo, determinado número de trabalhadores é suprimido por interesses, sobretudo, dos latifundiários e, paralelamente, do próprio Estado. Com a expropriação de agricultores para a constru-

ção de usinas hidrelétricas, outro grupo de trabalhadores do campo é obrigado a migrar para demais municípios ou estados, onde o valor da terra é baixo, ou para cidades, agravando o processo de êxodo rural.

Com o avanço da técnica agrícola, a partir da modernização do campo, se equaciona o trabalho da máquina. Para elucidar a questão, é pertinente a argumentação de Thomás Júnior (2002, p. 13):

A ameaça constante da substituição de trabalho vivo por trabalho morto tem promovido profundas fissuras na subjetividade operária, com reflexos para a organização sindical em todos os níveis da estrutura corporativa: dos sindicatos às confederações e também em nível das centrais. A veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital, sendo que, em vários casos, com o beneplácito do Estado. Em alguns casos, a defesa do emprego a qualquer custo, e todos os desdobramentos do processo em questão, tem redefinido profundamente a luta do trabalho no âmbito sindical.

Como a maior parte dos trabalhadores do campo são pequenos proprietários de terra, e desprovidos de condição financeira que os permita acompanhar o novo padrão de produção, uma das alternativas na época foi a venda da propriedade. Assim, motivados pela busca de melhores condições de vida, ao ingressarem na cidade, os agricultores são condicionados a se submeter a empregos de baixa remuneração por não possuírem qualificação adequada para o trabalho no espaço urbano.

Além disso, nesse âmbito de discussão, é inevitável falar acerca da massa de trabalhadores do campo expulsos de suas terras, principalmente por meio da prática da grilagem e de ações do Estado como, por exemplo, obras de engenharia (hidrelétricas, rodovias), demarcação de reservas (parques ecológicos), exploração de recursos naturais por meio de empresas etc.

Nesse sentido, Mezzomo (2009, p.16) argumenta que

Soma-se a este fenômeno a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, no município de Foz do Iguaçu, que traria grandes mudanças na ocupação territorial, interferindo decididamente no êxodo rural, no crescimento urbano desta cidade e na atração, por outro lado, de milhares de profissionais ligados à construção civil em busca de oportunidade de emprego e, por vezes, vítima da crescente especulação imobiliária.

Além das problemáticas citadas pelo autor, soma-se a elas a falta de planejamento urbano, aumento do desemprego, favelização, discriminação étnico-racial, falta de saneamento básico etc., agravando a perda da qualidade de vida das famílias realocadas nas cidades próximas à construção de usinas.

Diante disso, uma indagação vem à mente, e com premência, a saber: por que esses agricultores não continuam a praticar os cultivos antigos para se manterem no campo? Esta é uma questão que gera debate, sobretudo porque a pequena propriedade, na maioria das vezes, é considerada pela burocracia do Estado em segundo plano, não sendo contemplada de igual forma em relação à distribuição de incentivos fornecidos pela agricultura. A produção, segundo o ideário do Estado capitalista, deveria ser liderada pelo modelo da monocultura extensiva, com maquinário moderno, implantando, assim, o “progresso no campo brasileiro”. Para Silva (1981, p. 29), “[...] vê-se, portanto, claramente que o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deteriorização da distribuição da renda no setor agrícola”.

Nesse sentido, Zaar (1999, p. 35) observa que, no Oeste do Paraná,

Ao mesmo tempo em que as políticas agrárias foram direcionadas a um crescente estímulo direto e indireto às exportações, com incentivo também à expansão agropecuária, estas mesmas políticas levaram a uma contradição [...] a eliminação de produtos alimentícios tradicionais, ou a sua marginalização. Isto ocorreu devido à introdução de novos produtos, que visavam a comercialização em grande escala e a exportação. Como exemplo temos a substituição do plantio do feijão, do arroz, da batata inglesa, do milho e outros, pelo plantio da soja e do trigo.

Outro ponto relevante é que as empresas fabricantes de maquinarias agrícolas, empresas estas responsáveis pela produção de sementes tratadas, insu-mos etc., impuseram ao mercado pacotes de produção, ou seja, direcionando indiretamente o agricultor a optar pela produção deste ou daquele produto, inibindo sua livre escolha, moldando, dessa forma, a produção nacional.

É interessante salientar que o Estado, com a implantação de políticas de controle sanitário, passa a regularizar a produção no campo, inibindo ainda mais as formas de produção do modelo tradicional e, corroborando com o próprio sistema dito “moderno”, de produção na agricultura.

Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, pontua-se que, com o projeto hidrelétrico implantado na região, justifica-se pelo Estado todo o conjunto da Modernização da Agricultura e a reorganização territorial oriunda destes processos na região analisada. Assim, a produção da monocultura se desenvolve, principalmente, em grandes áreas, e estas, logicamente, interferem no mercado nacional e internacional, estipulando o preço dos produtos. Essa ação é comum nos dias atuais, como, por exemplo, é o que acontece com as *commodities* agrícolas. Esses fatores apresentados caracterizam alguns dos problemas enfrentados pela agricultura brasileira a partir da década de 1970, porém, não impediram por completo a produção da pequena propriedade e a formação de movimentos de resistência.

O campo torna-se espaço de disputa – principalmente entre agricultores e Estado – a partir de embates referentes à apropriação de espaços no campo, com construções de usinas hidrelétricas. Esses movimentos de luta dão lugar à formação de articulações populares contrárias à lógica econômica vigente. As-

sim, a garantia do direito à terra e educação para as comunidades camponesas afetadas por barragens adquire respaldo no conjunto das lutas sociais no estado do Paraná.

No caso do MST, devido a sua forte representatividade social e política no país, é atualmente caracterizado como o principal movimento social a se articular nas lutas por educação aos povos do campo. Isso porque, como um dos objetivos do movimento é lutar por reforma agrária para os sujeitos do campo, é necessário educar seus militantes na busca de alternativas que mantenham o camponês na terra, superando a lógica de produção dominante, além de formar gerações futuras que possam dar continuidade à luta do movimento.

Referências

ANTONIO, Clésio Acilino. O currículo e escolas do campo: questões político-pedagógicas em superação. **Revista do Centro de Educação** – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, v. 33, n. 1, jan./abr., 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inêz Medeiros. **O campo no século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. (Orgs.). São Paulo: Casa Amarela & Paz e Terra, 2004.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities Agrícolas. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inêz Medeiros. **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** (Orgs.). São Paulo: Casa Amarela & Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-63.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu.** 2. ed. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GIMENEZ, Leandro. **Mecanização agrícola e agricultura de precisão.** Disponível em: <<http://www.fundacaomt.com.br/pma/precisao.php>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

KAERCHER, Nestor André. A Geografia é o Nosso Dia a Dia. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos [et al] (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** 4. ed. Porto Alegre: UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: História de Bravura, Trabalho e Fé.** Brasil: POSIGRAF, 2004.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná:** Gernote Kirinus; Vem, Adriano Van de; Fuchs, Werner. Campo Mourão: FECILCAM, 2009. 116 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Situação e Tendências da Geografia. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PFLUCK, Lia Dorotéa. Os aspectos naturais na propaganda da colonização de Marechal Cândido Rondon – PR. In: VANDERLINDE, T. et al. **Migrações e a construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectiva.** Cascavel: Coluna do Saber, 2007. 141 p.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder:** a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. 2.ed. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova:** revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 6, n. 119, ago, 2002.

ZAAR, Miriam Hermi. **A produção do espaço agrário:** da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

CAPÍTULO 2

A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL URBANO: O AMBIENTE URBANO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS

Maria Aparecida Duarte Simioli Garcia

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-2

Introdução

Os problemas ambientais urbanos se originam a partir do relacionamento entre os assentamentos humanos e seu suporte físico no espaço, tais problemas implicam o comportamento dos recursos naturais das cidades e se associam a precarização da qualidade de vida das populações urbanas.

Muito embora a produção do espaço urbano ao longo das últimas décadas esteja associada a um crescimento dos problemas ambientais urbanos, observa-se uma ampliação da consciência pública a respeito dos mesmos, bem como um reconhecimento cada vez mais profundo da dimensão ambiental subjacente às questões urbanas.

De acordo com Mota (2003), o ambiente urbano é composto por dois sistemas inter-relacionados, sendo o sistema antrópico e o sistema natural. O sistema antrópico é formado pelos seres humanos que habitam as cidades, já o sistema natural é composto pelos recursos naturais disponíveis no território que compõe um determinado espaço urbano.

Os impactos ambientais causados pelos seres humanos em prol de uma vida confortável nas cidades levaram a população a repensar os seus atos, buscando alternativas para minimizar esses danos, tornando as cidades mais sustentáveis.

Sabe-se que as necessidades e desejos dos seres humanos mudam com o passar dos anos, mas algumas necessidades são vitais a eles, sendo que essas não podem ser substituídas e nem excluídas da vida humana. Entre essas necessidades estão a água de qualidade, o ar fresco, o solo adequado, os alimentos saudáveis e pessoas com quem possam conviver (NUCCI, 1999).

Desta forma, os problemas ambientais urbanos estão relacionados tanto aos aspectos culturais, modo de vida e as relações interclasses, como ao processo de construção das cidades e as diferentes opções econômicas e políticas que influenciam na configuração do espaço.

Desenvolvimento

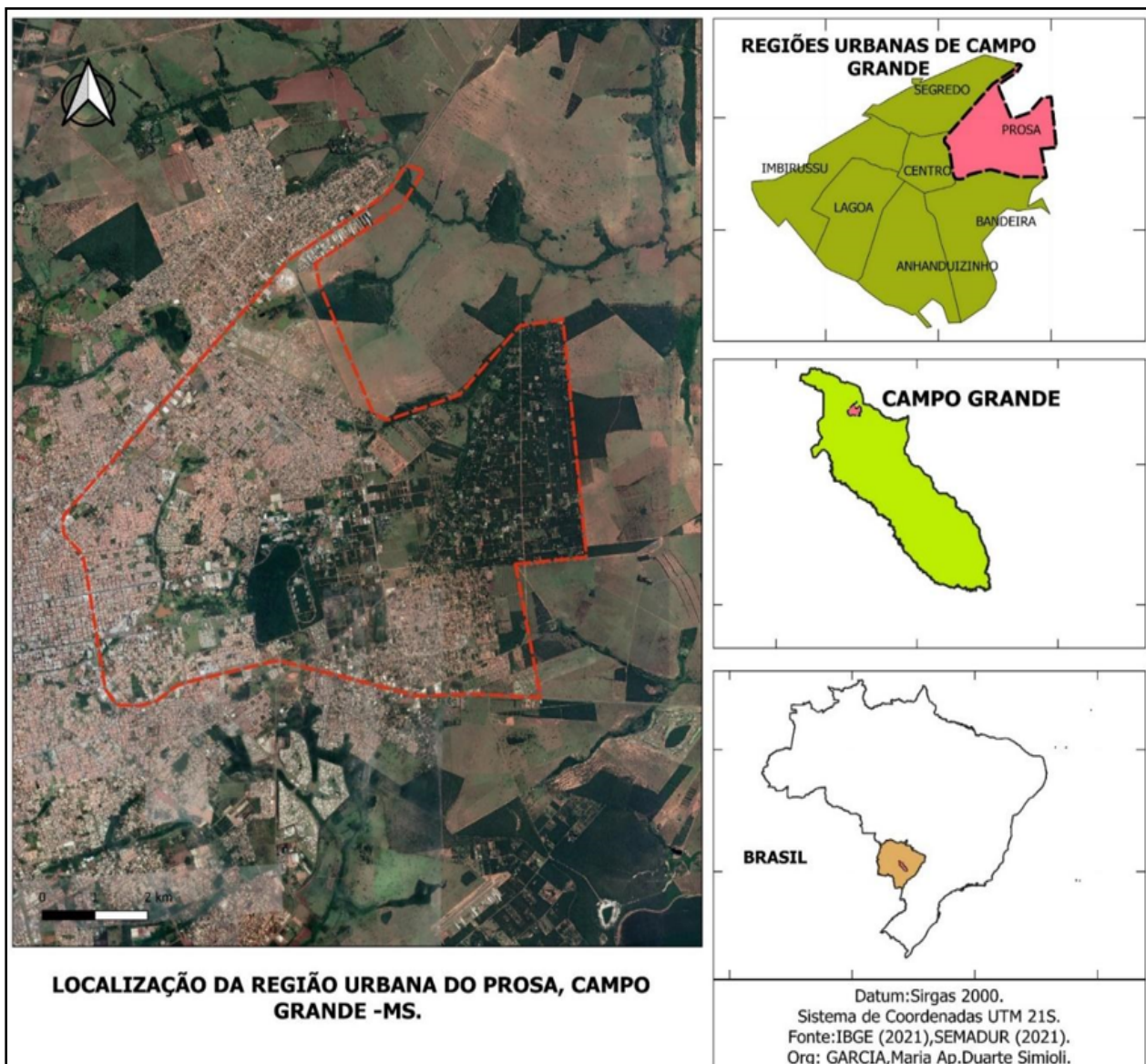
Caracterização da Área de Estudo

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o meio físico de uma Região urbana adotando como estudo de caso a Região do Prosa, inserida dentro do perímetro urbano da cidade de Campo Grande/MS.

A RUP é uma das sete Regiões Urbanas do Município de Campo Grande,

criadas pelo Plano Diretor de Campo Grande, Lei Complementar nº. 5, de 22 de novembro de 1995 (Campo Grande, 1995) alterado pela Lei Complementar nº. 94, de 09 de outubro de 2006 (Campo Grande, 2006). A legislação municipal de Campo Grande/MS define regras e estrutura a cidade com Plano Diretor de Campo Grande (2005) e sua revisão foi publicada em 2019. A Carta de Drenagem de Campo Grande (1998) subdivide a rede hidrográfica de Campo Grande em 11 microbacias.

Figura 1: Localização da Região Urbana do Prosa.



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

A área em análise tem 5.463,85ha, limites com as Regiões Urbanas do Segredo, do Centro e do Bandeira. É marcada pela presença de várias nascentes que formam três córregos principais: Sóter, Coqueiro e Prosa. Este último dá o nome à região e foi o mais importante para o início da ocupação da cidade (Planurb, 1998a).

Os bairros que a compõem são: Carandá, Itanhangá, Bela Vista e parte dos bairros Novos Estados, Estrela Dalva, Mata do Jacinto, Margarida, Autonomista, Veraneio, Santa Fé, Chácara Cachoeira, Jardim dos Estados, Centro, Glória, Monte Líbano, São Bento, TV Morena, Vilasboas, São Lourenço, Tiradentes, Noroeste, Carvalho, Amambaí e Chácara dos Poderes (Campo Grande, 2013).

Objetivo Geral

Este estudo teve por objetivo, realizar uma análise, tendo a Região Urbana do Prosa (RUP) como escala de análise, o estudo transcorreu no tocante aos impactos socioambientais advindos dos vazios urbanos existentes em seu território. Destacamos a Região Urbana do Prosa a qual apresenta uma necessidade de estudos e análises mais abrangente por apresentar fortes contrastes em sua configuração ocupacional: áreas com alto índice de vegetação, outras com baixo índice; áreas com presença de unidades de conservação e outras não, áreas urbanas densamente povoadas, outras pouco parceladas. Analisando alguns problemas ambientais que ocorrem no Córrego Prosa, e no entorno da sua nascente no Parque das Nações Indígenas, situado na região leste da área urbana de Campo Grande /MS. O estudo tem como preocupação central discutir algumas questões ambientais da Bacia do Prosa, e como tem ocorrido o processo de transformações e ações feitas pelo Homem. Foi abordado como o crescimento da cidade tem alterado a paisagem desta bacia e causando efeitos irreversíveis

Procedimentos Metodológicos

Para a análise adotou-se as seguintes etapas: Levantamento Bibliográfico para elaboração deste relatório. Mapeamento de vazios urbanos. Base topográfica da SEMADUR (2022). Shapefile do Município, Estado e Brasil oriundo do IBGE (2022). Tendo como resultados: Mapa de localização da area de estudos, mapas com comparativo dos bairros.

A aplicação de um método para a interpretação espaço temporal, dentro de um ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), utilizando o software QGIS 3.4.13, para processamento das imagens de satélites, e Google Earth Pro para captar imagens específica, realizado mapeamento temático, que consiste basicamente na interpretação técnico-visual de características de ocupação e uso da terra na area em análise, o procedimento metodológico baseou-se em ferramentas e técnicas de geoprocessamento, e visita técnica em loco, envolvendo fases distintas correspondentes ao processo de tratamento de dados em Sistema de Informações Geográficas (SIG), que são: coleta de dados, implementação de dados espaciais de sensoriamento remoto, mapeamento temático, análise espacial e saída de informações.

Resultados e Discussão

O mapeamento das informações é um recurso muito utilizado para tornar mais evidentes os padrões de uso e ocupação dos espaços. A visualização dos fatos no espaço, melhora a compreensão das interações existentes e aponta as ações necessárias, contato direto com a realidade, a complexidade das questões ambientais dificulta a visualização e a interpretação das interações dos atores sociais com a natureza.

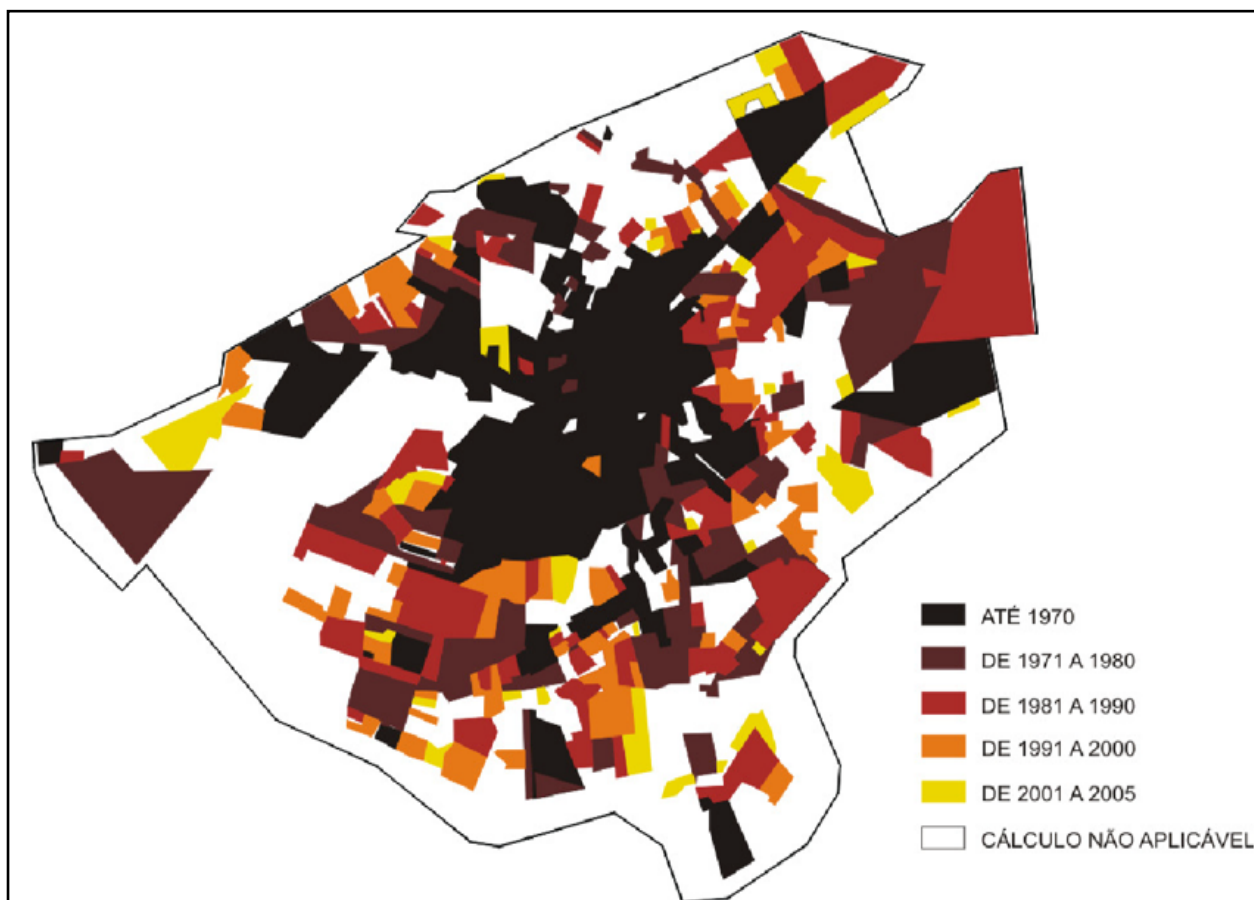
Deve-se entender que “a degradação desenfreada dos recursos naturais renováveis nos dias de hoje, é um processo que deve ser analisado e contido com eficiência e rapidez” (BELTRAME, 1994, p. 11). Ainda, é pertinente destacar que, atualmente, a mídia parece fazer a “lição de casa” ao retratar as diversas problemáticas ambientais com certeza isso auxilia uma visão geral por parte dos cidadãos.

Guerra e Cunha (2001) asseguram que as bacias hidrográficas integram uma visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nelas desenvolvidas uma vez que mudanças significativas em qualquer dessas unidades, podem gerar impactos a montante, a jusante e nos fluxos energéticos de saída.

Segundo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS - (2016) até o início dos anos 1980, a Região Urbana do Prosa onde se localiza os parques estava ocupada por uma pequena quantidade de loteamentos localizados nos arredores da Rua Ceará - Vilas Monte Carlo, Margarida e Jurema -, e por um conjunto habitacional localizado na Av. Mato Grosso, o Coophafé. Com o desenvolvimento e crescimento da cidade, verificado a partir da divisão do Estado de Mato Grosso e a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, a região foi sendo gradativamente ocupada por empreendimentos destinados à população de mais alta renda.

Com o crescimento da região devido a processo de urbanização surgiram empreendimentos residenciais, que atendiam as necessidades de moradia da classe social de alta renda e com a demanda imobiliária de empreendimentos que satisfizesse às necessidades da expansão das áreas residenciais das classes “A e B”, que até os anos 1970 habitava o Jardim dos Estados.

Figura 2: Evolução de Loteamentos em Campo Grande/MS (Cor preta no centro do mapa está localizado a Bacia do Prosa).



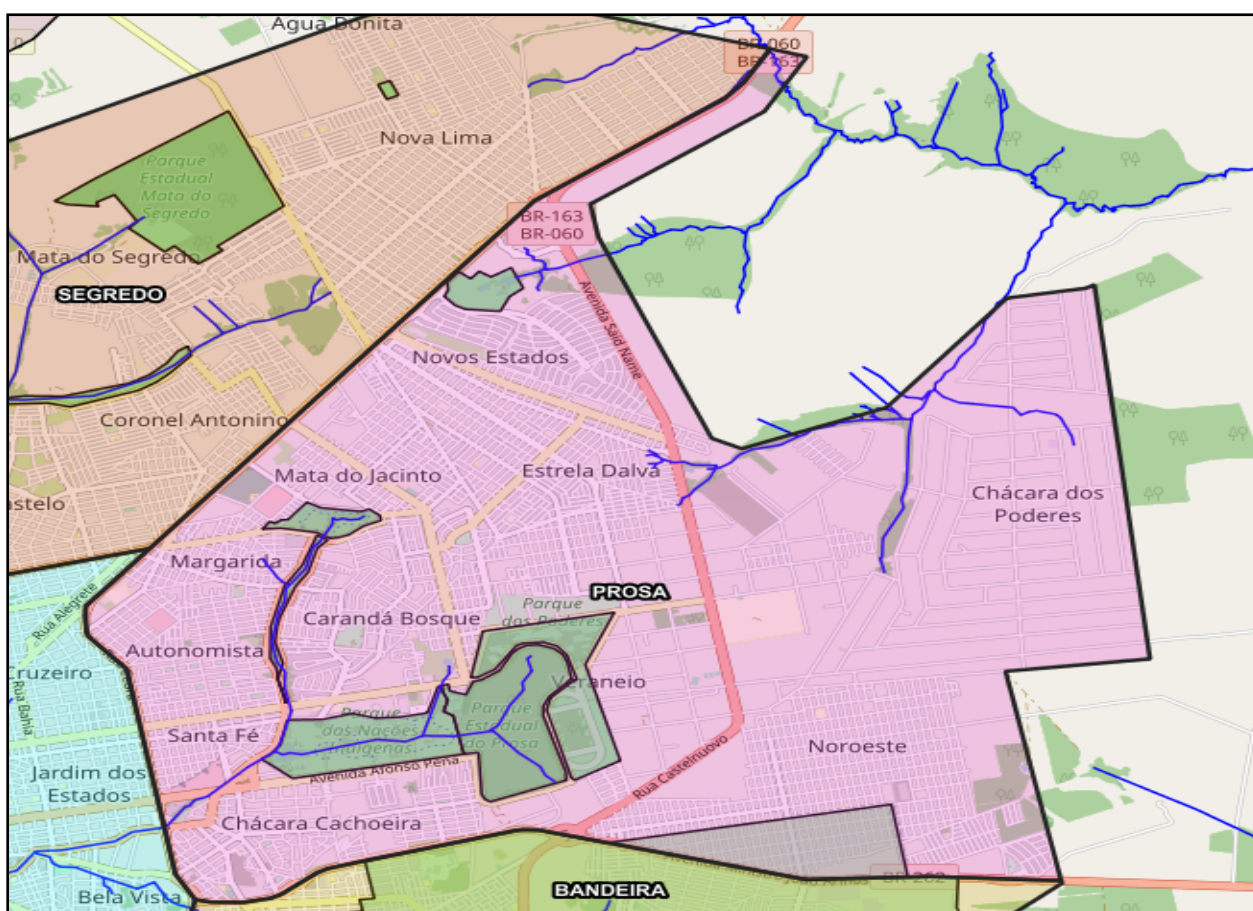
Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

Os loteamentos feitos em Campo Grande de 1970 a 2005, com foco na Região Urbana do Prosa no destacado na coloração escura do mapa abaixo foram feitos grandes loteamentos para construção de residenciais, aumentando as vias terrestres, como avenidas, ruas e logradouros. Tornou-se uma área atrativa para os agentes imobiliários, pois a localização da região era próxima às áreas do Parque Estadual do Prosa, o Parque dos Poderes e Parque das Nações Indígenas e próximo a muitos bairros novos, algumas áreas foram transformadas em chácaras, como é o caso das Chácaras dos Poderes.

O surgimento dos bairros urbanizados e a rápida ocupação alteraram a configuração urbana da região na década de 1980. E os novos empreendimen-

tos, como a implantação de infraestrutura de acesso ao Parque dos Poderes, a continuidade da Avenida Afonso Pena, a construção do Parque dos Poderes, e o advento da instalação de um Shopping Center, a Região Urbana do Prosa passou por transformações em sua estrutura, fazendo adentrar sua ocupação para a porção leste da cidade. Passando a concentrar atividades do poder público, tanto estadual quanto federal.

Figura 3: Região Urbana do Prosa com: parques- área de proteção ambiental- hidrografia e bairros.



Fonte: (<https://sisgran.campogrande.ms.gov.br/2022>).

Atualmente, a região possui fortes características voltadas para o lazer, abrigando complexos e estruturas diversificadas, tais como: o Parque das Nações Indígenas, com seus 116 hectares, o maior complexo de lazer de massa da cidade; os clubes de associações profissionais existentes, Clube da Terceira

Idade, Clube dos Servidores Municipais, Clube da AABB, Clube dos Médicos, e o Centro de Lazer dos Trabalhadores em Transporte; as chácaras de recreio localizadas atrás do Parque dos Poderes; o lazer de compras com a instalação do Shopping Center Campo Grande; Condomínios de alto padrão.

A Região Urbana do Prosa, ainda vive suas contradições, pois abriga a moradia das famílias de maior renda da cidade, os condomínios de mais alta renda, o Parque dos Poderes, do Prosa e do Sóter, mas ainda convive com a pobreza de assentamentos habitacionais desprovidos de serviços públicos.

Peixoto Filho (2008) assegura que a Região Urbana do Prosa é caracterizada por possuir grande diversidade no parcelamento do solo, pois nas áreas mais próximas ao centro e favorecidas pelas grandes vias de acesso ao minianel rodoviário (Av. Ceará e Av. Coronel Antonino) o parcelamento do solo é destinado a fins urbanos, predominando o formato ortogonal com quadras regulares. Na direção leste da região, o parcelamento torna-se diferenciado, pois abriga o Parque das Nações Indígenas e a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes.

Segundo a Semadur (2022) o Parque Estadual do Prosa está sobre terras férteis que no passado serviam para produção de hortifrutigranjeiro e para criação de animais de pequeno porte. O parque é considerado o maior parque urbano do mundo com extensão de 119 hectares, cerca de 70% da vegetação do parque é formada por cobertura em gramas e árvores ornamentais tais como: Jenipapo, Mangueira, Capitãozinho, Aroeira e outras. É circundado por residências, centros comerciais, hospital assim como pelo centro político e administrativo do Estado, o Parque dos Poderes.

O crescimento da área urbana da cidade proporcionou muitas mudanças na região. Com a crescente demanda da construção civil na região e o aumento da população na cidade, houve o agravamento dos impactos ambientais. Sendo assim, a manutenção por parte dos órgãos competentes se julga necessárias nos

córregos urbanos, principalmente a bacia de drenagem do Córrego Prosa se torna urgente.

Em defesa do Meio Ambiente, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) no Artigo 225 “visa assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a população deve se abster de praticar atos lesivos, bem como controlá-los no caso de violação”. Sendo assim o Poder Público tem o dever de zelar e cuidar do Meio Ambiente em prol das atuais e futuras gerações.

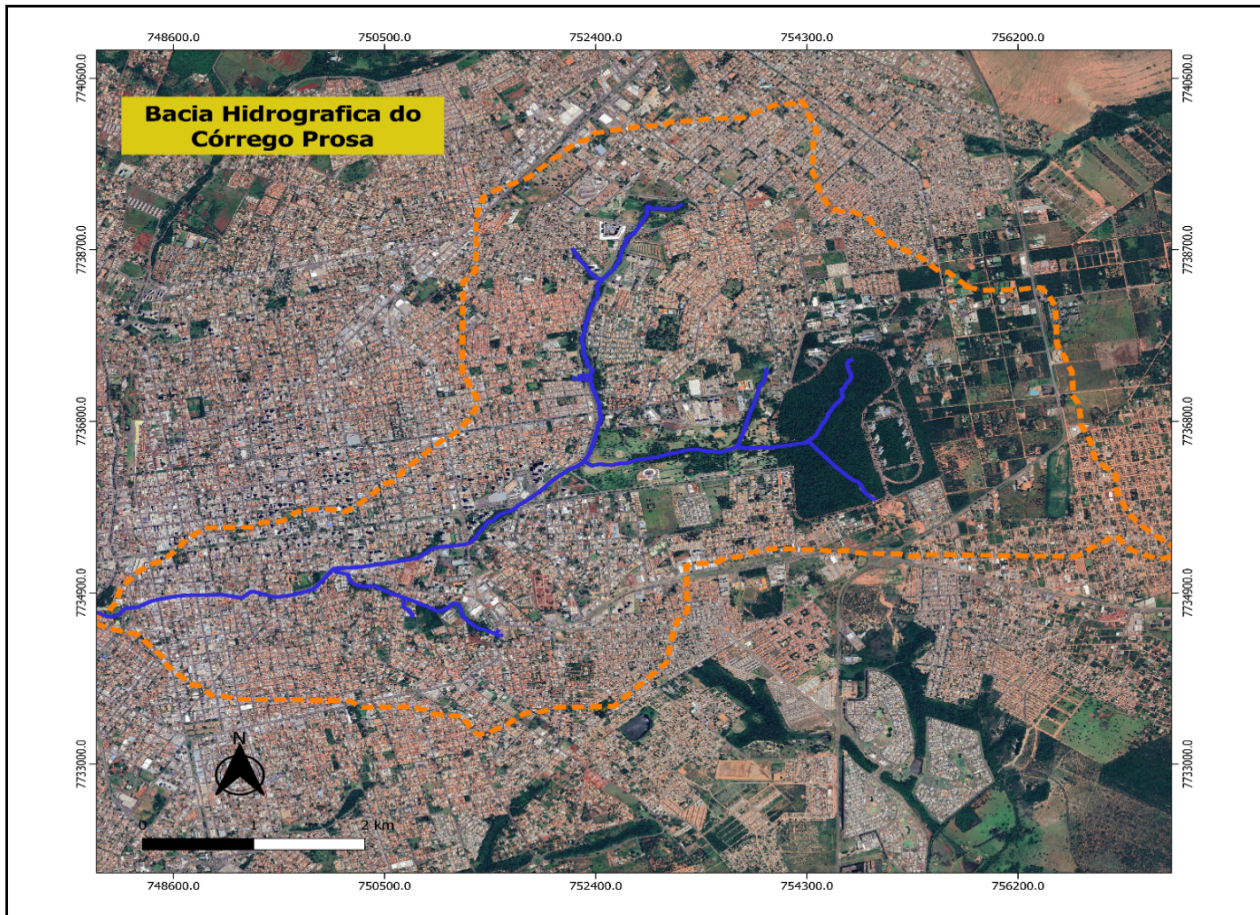
O êxodo do campo propiciou uma alta concentração urbana no Brasil, que soma da ordem de 80% da população e o seu desenvolvimento tem sido realizado de forma pouco planejada, permeada por grandes conflitos institucionais e tecnológicos. Essa concentração, agregada a falta de planejamento e ao crescimento acelerado e desordenado, que tem ocasionado uma série de mudanças ambientais (GUERRA e CUNHA, 2001).

Dessa forma vimos que o acelerado processo de crescimento populacional, dissonante da falta de infraestrutura e de ações públicas voltadas à adoção de práticas e procedimentos relacionados ao adequado uso e ocupação do solo, intensificou os problemas socioambientais da Região Urbana do Prosa.

Os problemas ambientais do córrego prosa entorno do parque das nações indígenas

A Bacia do Córrego Prosa está localizada no nordeste da região urbana de Campo Grande e possui uma área de 32,43Km² e perímetro de 28,60km (PEIXOTO FILHO, 2008). Seu principal curso d’água, o Prosa, tem como afluentes o Córrego Sóter e o Córrego Vendas. O Córrego Prosa é formado pelos Córregos Joaquim Português e Desbarrancado, dentro das dependências do Parque Estadual do Prosa, onde recebe as águas do Córrego Réveillon.

Figura 4: Bacia do Córrego Prosa, bem como toda sua rede hidrográfica de afluentes.



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

Segundo a UFMS (2016) a Região Urbana do Prosa era a que continha o menor número de habitantes de Campo Grande, (44.656 habitantes, 2016), sendo 228% menor, em termos populacionais, que a Região Urbana do Anhan-duzinho, que era a Região Urbana com a maior população de Campo Grande (135.391 habitantes). Porém, entre 1991 e 1996, a Região Urbana do Prosa apresentou um crescimento de 3,62%, sendo a terceira Região Urbana que mais cresceu nesse período. Possuía em 1996 uma densidade populacional muito baixa, apenas 7,56 habitantes por hectare. Esse índice se evidencia se compararmos com a Região Urbana do Centro que possui uma densidade de 40,56 habitantes por hectare.

A imagem mostra que toda a área está bem urbanizada (Região Urbana do Prosa). Nota-se a presença de uma área verde na área central da bacia, estes são o Parque Estadual do Prosa (onde nascem os córregos que formam o Córrego Prosa), o Parque das Nações Indígenas e o Parque dos Poderes.

O aumento populacional demonstrado ocorreu devido ao processo de urbanização ocorrido no local, o que trouxe problemas ambientais para a Região Urbana do Prosa e consequências para a Bacia Hidrográfica do Córrego Prosa como um todo.

O complexo hidrográfico da bacia do Córrego Prosa a nordeste do Parque das Nações Indígenas compreende o Córrego Desbarrancado, um dos dois formadores de primeira ordem do Córrego Prosa. O Córrego Desbarrancado nasce dentro de uma área de conservação denominada Parque Estadual do Prosa, criada em 2002. Sobre este córrego (SANTOS et al, 2007 apud QUEIROZ, 2009 p. 25) destacam que “Córrego Desbarrancado, [...] área aproximada de 135 hectare, com altimetria de 600 metros, a qual se situa na bacia no Planalto da Serra de Maracaju. Segundo Queiroz (2009, p. 26), “o Córrego Desbarrancado destaca o leito em argila dura”. O segundo formador de primeira ordem é o Córrego Joaquim português, que também nasce dentro da área de conservação do Parque Estadual do Prosa. Ao se unirem seus cursos d’água, ainda dentro da área de conservação, formam o denominado Córrego Prosa. O leito do Córrego Joaquim português se apresenta assoreado, em razão de erosão à montante da estação de coleta (QUEIROZ, 2009 p. 26).

O Córrego Réveillon afluente do Córrego Prosa, nasce a nordeste do Parque das Nações Indígenas em uma área com atividade comercial de pesque-pague, próximo à Avenida Mato Grosso. Segundo Queiroz (2009, p. 27), esse córrego possui um curso d’água de 950 metros de comprimentos, baixa vazão.

Esses três córregos formam o complexo hidrográfico do Córrego Prosa dentro do Parque das Nações Indígenas, e fazem parte das análises desta pesquisa, pois na foz do Córrego Réveillon com o Córrego Prosa ocorre um processo de assoreamento (Figura 4). A figura evidencia o assoreamento do Córrego Réveillon que ocorre dentro do Parque das Nações Indígenas, trazendo implicações socioambientais para toda a bacia.

No Córrego Prosa, dentro do Parque das Nações Indígenas existe uma bacia de contenção, cujo objetivo era quebrar a velocidade de escoamento das águas do referido córrego. Neste lago de contenção, há o encontro das águas dos Córregos Réveillon, Joaquim português e Desbarrancado. O assoreamento é resultado de sedimentos e areia que descem pelos Córregos Réveillon (em sua maior parte) e Joaquim português.

Figura 5: Assoreamento no Córrego Réveillon (2021)



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

O processo assoreamento está diretamente ligado aos processos erosivos, isso ocorre porque a região é rebaixada como fundo de vales não permitindo a drenagem, ocorrendo a deposição dos sedimentos dos solos trazidos pela água das chuvas, ocasionando enchentes e mudanças no curso d'água.

O desassoreado há alguns anos foi prejudicado ao local pelas constantes intervenções urbanas e sendo assim os problemas citados voltaram. O processo de desassoreamento deveria ter sido feito de início de cinco em cinco anos. Mas devido à necessidade verificou-se que esse prazo deveria ser mais curto, ou seja, de dois em dois anos, porém os gastos são altos. Há vinte anos, no local foi feito, um gabião (uma barreira de contenção para quebrar a velocidade da água), era cheio de água e com peixes, mas assoreou devido as transformações que estão ocorrendo.

Figura 6: Assoreamento do Lago de Contenção do Córrego Prosa no Parque das Nações Indígenas (2021).



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

O lago de contenção do Córrego Prosa no Parque das Nações Indígenas, está necessitando de manutenções urgentes. Uma das causas que mais contribuem para o agravamento é o processo de ocupação urbana intensa na região leste da área urbana de Campo Grande (Figura 5) fotos tiradas in loco (2016) tem como intenção adentrar numa possível pesquisa mais completa referente a este problema ambiental. A cidade cresce a um ritmo acelerado, esse fenômeno aliado à falta de planejamento tem agravado o problema no Córrego Prosa.

Embora toda a mobilização do Poder Público em conter esse processo de assoreamento, a tarefa se mostra bastante complicada. Uma vez que apenas retirar os sedimentos dos tanques de contenção não dá solução ao problema. O Córrego Prosa está passando por recuperação, ele está sendo aprofundado com retirada da areia dos entulhos em seu leito.

O Poder Público Estadual (IMASUL) é o responsável pelas obras, e tem ‘tentado resolver’ os problemas do desassoreamento e recuperação do Córrego Prosa, no interior do Parque Estadual do Prosa, além das obras de desassoreamento dos lagos no interior do Parque das Nações Indígenas. Mas não se viu ainda uma solução eficaz para esses problemas. Um dos maiores danos que estão ocorrendo na região do Córrego Prosa estão, entre eles o crescimento populacional da cidade, a especulação imobiliária e as construções de alto padrão imobiliário que levam ao assoreamento do Córrego Prosa pesquisas elaboradas em torno desse assunto vindo sendo analisados e discutidos por parte de pesquisadores das Universidades Federais e Estaduais. As causas que não é só um problema ocorrem mais como a vegetação também vem sendo danificada e com isso também os animais sofrem com a falta de áreas verdes.

Os impactos negativos no ambiente do Córrego Prosa, no Parque das Nações Indígenas, já podem ser vistos, um destes impactos seria a impermeabi-

lização do solo, o que contribui para o aumento da intensidade de alagamentos e enxurradas próximos aos seus canais de drenagem. Esses eventos promovem a necessidade de que constantemente o Poder Público invista nestas áreas e na reconstrução de infraestruturas.

É necessário deter a drenagem artificial das terras úmidas, causadas pela ocupação imobiliária, pois a destruição desses ambientes pode ameaçar a diversidade biológica. Tal situação ocasiona problemas de degradação, como a erosão dos canais fluviais e o consequente assoreamento dos córregos. É o que se vê no Córrego Prosa dentro do Parque das Nações Indígenas.

Os alagamentos ocorrem nesta região porque existem muitas construções ao redor dos parques, ocorreram muitas substituições da vegetação original, fazendo com que o solo perdesse a permeabilidade, não chegando ao lençol freático, onde era, gradativamente, distribuído. A drenagem urbana de Campo Grande é muito deficitária, quando chove muito em um curto espaço de tempo, o solo não absorve a grande quantidade de água, resultando em erosão.

O Córrego Prosa nasce justamente no Parque Estadual do Prosa, na confluência dos Córregos do Joaquim Português com o Desbarrancado e por isso o manancial é importante para a preservação ambiental na cidade. A erosão, sufoca o curso d'água com areia e leva sedimentos para o Joaquim Português no Parque dos Poderes, se unindo ao Córrego Prosa até chegar ao Parque das Nações Indígenas. Avenida Via Parque, próximo ao Parque das Nações Indígenas e Shopping Campo Grande, sofre com as enchentes por conta do Córrego Prosa deste 2008. E depois disso os problemas só aumentaram na região e em outros pontos da cidade, devido a drenagem ser deficitária em toda área urbana de Campo Grande.

Figura 7: Enchente no Córrego Prosa entre a Avenida Afonso Pena e a Via Parque (2020)



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

“Tucci (1997, p. 805) assegura que drenagem urbana é a remoção do excesso de águas fluviais da forma mais eficiente possível para evitar transtornos, prejuízos e riscos de inundações. Para o autor medidas estruturais são necessárias e mesmo essenciais para solução de grande número de problemas de inundações urbanas. Considerando o escoamento superficial de uma bacia hidrográfica, (Tucci, 1997, p. 806), explica que em casos extremos o pico de cheia em uma bacia urbanizada pode ser 6 vezes maior do que o pico desta mesma bacia em condições naturais”.

Atualmente em áreas urbanizadas as questões relacionadas à drenagem urbana extravasaram o campo restrito da engenharia para se tornar um problema gerencial, com componentes políticos e sociais. Para Tucci (1997, p. 805), medidas estruturais são necessárias e mesmo essenciais para solução de grande número de problemas de inundações urbanas.

A análise realizada sobre os problemas ambientais existente no Córrego Prosa e no entorno do Parque das Nações Indígenas, dizem respeito as questões socioambientais tão em voga atualmente. E o campo de atuação da Geografia como ciência, pode e deve contribuir com estudos e soluções relacionadas à problemática ambiental à cerca da intensificação da urbanização.

A urbanização e sua conseqüente verticalização são as principais responsáveis pela impermeabilização dos solos. As escavações, os aterros e demais movimentos na terra para a construção de casas, edifícios, escolas, ruas, calçadas etc., são fundamentais para a alteração no escoamento das águas superficiais e conseqüente aumento da erosão, bem como o assoreamento de rios e lagos (MOTA, 2003).

Vazios urbanos na região do prosa

A expressão “vazio urbano” começou a figurar como um elemento instigante no contexto da vida urbana a partir de meados do século XIX, como conseqüência pós- 61 industrial, quando as cidades atingem dimensões metropolitanas em razão do crescimento tanto físico quanto populacional, decorrente do êxodo rural (BORDE 2006).

A Lei Complementar n.211 de dezembro de 2012, que altera dispositivos da lei n. 74 de 6 de setembro de 2005 e suas modificações até 2012, trata do uso de ocupação do solo. Sendo assim, entende-se por Vazio urbano, toda e qualquer área privada, desocupada ou subocupada (ocupação menor que 25% de sua área), localizada no interior do perímetro urbano, para categorizar as diversas tipologias dos vazios urbanos foram utilizados arquivos disponíveis e atualizados pelo PLANURB.

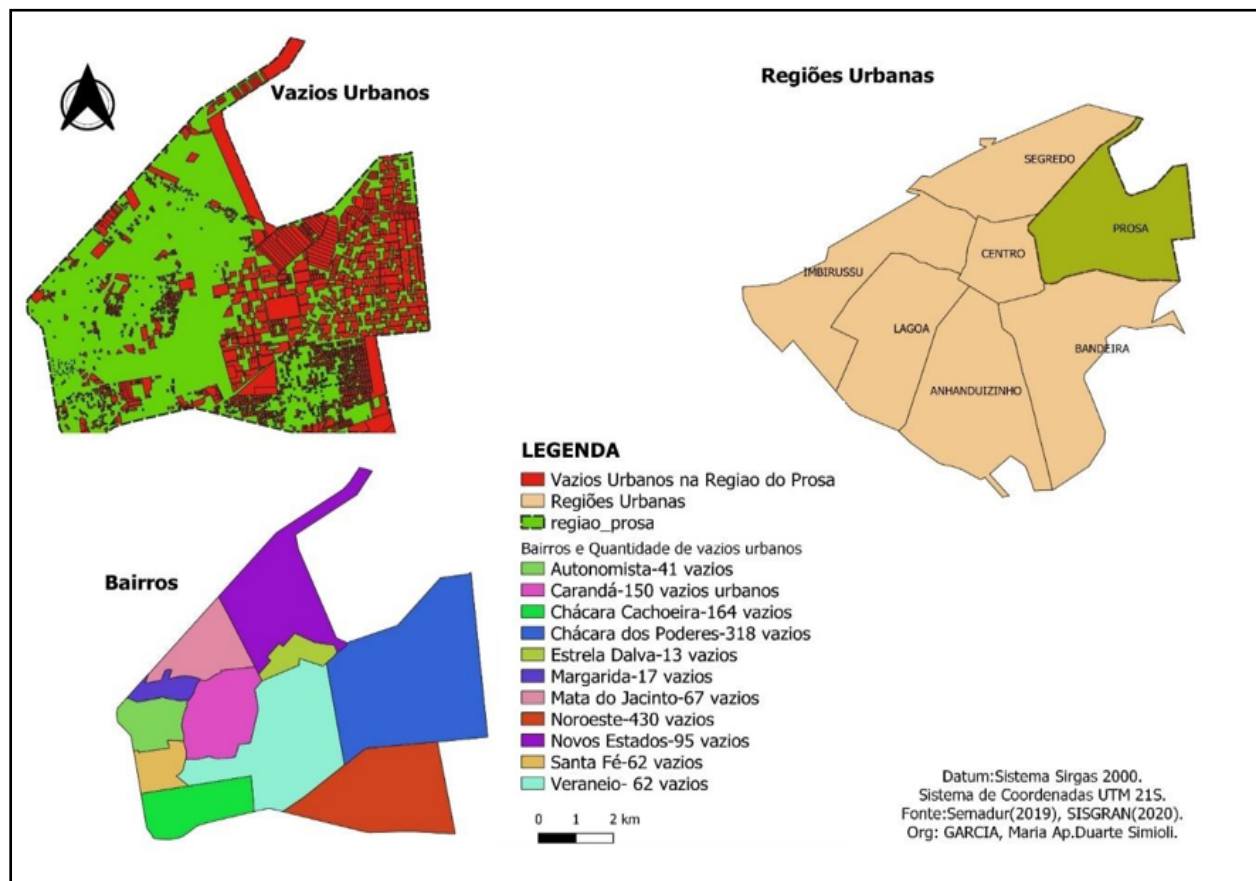
O município de Campo Grande, de 8.118,4 km² de área, está localizado geograficamente na porção central de Mato Grosso do Sul, ocupando 2,27% da área total do Estado. Possui dois distritos: Anhanduí e Rochedinho. Tem como

municípios limítrofes Jaraguari e Rochedo (norte); Nova Alvorada do Sul (sul); Ribas do Rio Pardo (leste); Sidrolândia e Terenos (oeste). O sítio urbano localiza-se no divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai, definido pelas coordenadas geográficas 20°26'34" latitude sul e 54°38'47" longitude oeste.

Tendo a Região Urbana do Prosa como escala de análise, o estudo transcorreu no tocante aos impactos socioambientais advindos dos vazios urbanos existentes em seu território. A área urbana da sede do município de Campo Grande está dividida em 7 (sete) Regiões Urbanas

Podemos considerar, portanto que, os Vazios Urbanos estão sempre onde há infraestrutura urbana, ou ainda onde existe a eminência de sua implantação, ou seja, os Vazios Urbanos estão intrínsecos ao fenômeno urbano, sendo o reflexo da intenção especulativa dos agentes que operam nas cidades.

Figura 8: mapa de vazios urbanos na região do prosa. Org: garcia, maria ap. Duarte simioli (2021)



Fonte: Org: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

A área em análise é composta pela litológica do basalto e arenito intertrapeanos da formação Serra Geral e arenitos da formação Caiuá, sendo que o solo é caracterizado como: Latossolo vermelho escuro (com minerais profundos e bem drenados), latossolo roxo (com minerais profundos, bem drenados e com baixa suscetibilidade a erosão), areias quartzosas (solos minerais, não hidromórficos, textura arenosa, pouco desenvolvida e com baixa fertilidade natural) e solos litólicos (solos rasos, muito pouco evoluídos, apresentam teores baixos de materiais primários de fácil decomposição) (Planurb, 2005). Os critérios utilizados na pesquisa variaram de acordo com os parcelamentos existentes e o Mapa de Zoneamento atualizado.

Segundo Arruda (2016), Campo Grande como todo apresenta 13.488,46 hectares de áreas vazias, o que representa 37,57% da sua área total, que é de 35.903,77 hectares.

Dessa forma, os locais onde há maior ocorrências de Vazios Urbanos são aqueles em que as infraestruturas urbanas, como água, luz, esgoto e arruamentos asfaltados já foram ou estão sendo implementados.

A tabela abaixo apresenta os quantitativos de Vazios Urbanos privados para toda a cidade de Campo Grande, e para a Regiões Urbanas do Prosa.

Tabela 1 – Vazios Urbanos Totais de Campo Grande e da Região do Prosa.

Cidade/região urbana	Áreas (ha)	Vazios urbanos privados (ha)
Campo Grande	35.903,77	13.488,46
Região do Prosa	5.560,20	2.034,54

Fonte: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

Podemos considerar, portanto que, os Vazios Urbanos estão sempre onde há infraestrutura urbana, ou ainda onde existe a eminência de sua implantação, ou seja, os Vazios Urbanos estão intrínsecos ao fenômeno urbano, sendo o reflexo da intenção especulativa dos agentes que operam nas cidades. Dessa forma, os locais onde há maior ocorrências de Vazios Urbanos são aqueles em que as infraestruturas urbanas, como água, luz, esgoto e arruamentos asfaltados já foram ou estão sendo implementados.

No Brasil o atual discurso a respeito das questões ambientais passa pela necessidade de uma nova abordagem em relação às questões ambientais. As recentes crises hídricas e racionamentos de água em diversas cidades, são sinais de que há a necessidade de uma nova abordagem no que diz respeito aos recursos hídricos.

A área é marcada pela existência de muitas nascentes, que formam os dois principais córregos da região: Sóter e Prosa, que deu nome à região urbana. Começando pelo Sóter, o córrego apresenta sua nascente perto dos bairros Carandá Bosque II, Vila Catarina e Jardim Marabá. Já o córrego Prosa nasce perto do Parque dos Poderes e, na altura do Parque das Nações Indígenas, recebe as águas dos córregos Sóter e Reveilleau, que nasce no loteamento Copacabana, acima da avenida Mato Grosso e próximo ao loteamento Carandá Bosque, encontrando a margem direita do córrego Prosa.

A identificação e classificação do uso do solo são fundamentais no conhecimento do ambiente, assim como no desenvolvimento de técnicas voltadas para a obtenção e manutenção dessas informações. Essa viabilidade urbana pode ser estimulada ou diminuída e as políticas públicas são importantes para cuidar do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento ambiental urbano, como cuidado ambiental.

A ocupação humana e a construção de suas cidades por vez, impõem maiores impactos ambientais aos recursos naturais, afetando a fauna, a flora e principalmente os próprios elementos humanos. O mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal se tornou mais eficiente nos últimos anos com a utilização dos dados de sensoriamento Geoprocessamento através do processamento de imagens, inclusive as de satélite.

Tabela 2 – Vazios Urbanos Totais nos bairros da Região Urbana do Prosa.

Bairros/região urbana	Áreas (ha)	Vazios Urbanos Privados (ha)
Região do Prosa	5553,603	2.034,54
Chácara dos Poderes	1459,032(ha)	318
Autonomista	213,585(ha)	41
Carandá	413,873(ha)	150
Chácara Cachoeira	341,036(há)	164
Estrela Dalva	126,103(há)	13
Margarida	98,880(há)	17
Mata do Jacinto	319,627(há)	67
Noroeste	773,117	430
Novos Estados	745,321	95
Santa Fé	148,994	62
Veraneio	916,467	62

Fonte: GARCIA, Maria Ap. Duarte Simioli (2022)

A tabela apresenta os dados para Região Urbana do Prosa, dividindo-a por bairros e classificando os vazios urbanos por sua taxa de ocupação e pelos tipos: Vazios Urbanos, Áreas de Domínio Público e Espaços Livres. Como observado na Tabela 2, na Região do Prosa, os bairros que apresentam maior porcentagem de área vazia são: Birro Noroeste com 430 espaços vazios, Chácara dos Poderes com 318 espaços vazios.

Em uma visão moderna de mundo e de gestão de território, toda ação referente à planejamento, ordenação ou monitoramento do espaço deve conter em suas atividades a análise dos mais variados componentes do meio, incluindo o ambiente físico-biótico, a ocupação humana e as inter-relações entre eles. Áreas Verdes em um ambiente urbano qualquer árvore, qualquer jardim por menor que seja são de grande importância, porque são elementos de um conjunto importante na relação fauna x flora, que podem tornar uma cidade mais bonita e menos agressiva ao homem, mesmo que não seja determinante para a conservação da natureza.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo, muito utilizada no dia a dia da cidade, para aprovar empreendimentos privados e públicos, possui diversos anexos com inúmeras instruções para a sua correta utilização e pode ser baixada pela internet no sítio www.capital.ms.gov.br/planurb.

Para Arruda, os Vazios Urbanos precisam ser perfeitamente conceituados no intuito de evitar dúvidas, pois ele é muito abrangente. Assim, o autor considera como Vazio Urbano, aquele:

[...] espaço inserido na malha urbana em desuso/inativos ou subutilizado (como áreas de domínio públicas não estruturadas e consolidadas); áreas que não apresentam uma funcionalidade social ou ambiental de forma que permita uso para a cidade (lotes vazios, glebas, espaços em situação de esvaziamento) ou ainda toda e qualquer porção do território urbano em total desuso ou que já não cumprem sua função social. (ARRUDA, 2016, p. 188).

Em uma visão moderna de mundo e de gestão de território, toda ação referente à planejamento, ordenação ou monitoramento do espaço deve conter em suas atividades a análise dos mais variados componentes do meio, incluindo o ambiente físico-biótico, a ocupação humana e as inter-relações entre eles.

Áreas Verdes em um ambiente urbano qualquer árvore, qualquer jardim por menor que seja são de grande importância, porque são elementos de um conjunto importante na relação fauna x flora, que podem tornar uma cidade mais bonita e menos agressiva ao homem, mesmo que não seja determinante para a conservação da natureza.

Na última década a prefeitura municipal Campo Grande implementou os parques lineares do Anhanduí, do Sóter e do Buriti Lagoa, com o objetivo de ordenar o uso das margens dos córregos urbanos, antes ocupadas por favelas, que contribuíam para o acúmulo de lixo nas margens, acarretando problemas ambientais e de saúde pública. As famílias foram assentadas em conjuntos habitacionais com infraestrutura de moradia e as margens dos córregos foram revitalizadas com o objetivo de conservação dos mananciais. Estes parques oferecem a população vários equipamentos de lazer.

No perímetro urbano de Campo Grande, segundo a Carta de Drenagem de Campo Grande (PMCG, 2002a), a rede hidrográfica é constituída por dez microbacias (Bandeira, Prosa, Anhaduí, Lageado, Gameleira, Bálsamo, Imbirussú, Coqueiro, Segredo e Lagoa), que se apresentam bastante degradadas com processos de assoreamentos, solapamentos, insuficiência no sistema de captação de águas pluviais e contaminação por efluentes domésticos, sendo as Bacias do Segredo, Prosa e Anhaduí as que possuem maior criticidade. A RUP é marcada pela presença de várias nascentes que formam três córregos principais: Sóter, Coqueiro e Prosa.

Considerações Finais

Diante das discussões apresentadas sobre os impactos ambientais urbanos, nota-se que os caminhos adotados na formação e manutenção das cidades, baseados no consumismo e acumulação de capital, tornaram-nas insustentáveis.

As questões que estão em relação ao ambiente, podem melhorar as condições de convivência entre homem e natureza, assim, este trabalho teve como objetivo analisar os problemas ambientais do Córrego Prosa, e os vazios urbanos nesta região e também do seu entorno no Parque das Nações Indígenas, pois lá existe um importante complexo natural de convivência da população campo-grandense, são eles, o Córrego Prosa, o Parque das Nações Indígenas, o Parque Estadual do Prosa e o Parque dos Poderes, este último, que abriga grande parte das instituições administrativas do Estado do Mato Grosso do Sul. Todo este complexo natural é bastante usado para a prática de caminhada, ciclismo e outras atividades ao ar livre.

Os vazios urbanos definidos como espaços não construídos e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano da cidade, geralmente servindo a especulação imobiliária, São glebas de terra na malha urbana dotadas de infraestrutura e equipamentos sociais, mas que não realizam uma função social como determina o Estatuto das Cidades onerando o custo das cidades tornando um dos grandes desafios para o planejamento de cidades sustentáveis. Segundo relatório final do projeto de extensão, 2016, da UFMS sobre vazios urbanos em Campo Grande, a Região do Prosa até o início dos anos 1980 estava ocupada por uma pequena quantidade de loteamentos, com o desenvolvimento da cidade a região foi sendo gradativamente ocupada por empreendimentos destinados à população de mais alta renda. A região possui fortes características voltadas para o lazer, abrigando complexos e estruturas diversificadas, tais como parques, áreas preservadas e shopping centers. A região urbana do Prosa

possui tem 1.581,40 hectares de áreas sem nenhuma ocupação (0%), ocupando 28,44% do perímetro da região, apesar de ser um dos espaços da cidade mais urbanizado e que recebeu grandes investimentos de infraestrutura urbana.

Definir a localização de áreas com a maior concentração de vazios urbanos é importante para se determinar o planejamento da cidade orientando os investimentos públicos e enquadrando essas glebas especulativas de acordo com a legislação para evitar que haja prejuízo no desenvolvimento urbano criando enormes diferenças territoriais e imensas instabilidades sustentável e social. Estes espaços devem ser enquadrados de acordo com o que rege o planejamento presente no Plano Diretor de cada cidade para reestabelecer a funcionalidade e o desenvolvimento sustentável e socialmente justo das cidades.

Os problemas analisados e apontados foram as construções de alto padrão econômico, as novas vias públicas, o assoreamento, a erosão, e o lixo esses problemas foram encontrados tanto dentro do parque, como no seu entorno. Também foi abordado sobre o processo de alagamentos e enchentes que vem ocorrendo há uma década na Via Parque, problemas recorrentes tempos chuvosos. Que trazem danos para toda a região. Todos esses problemas apareceram e se intensificaram, devido o aumento da taxa de ocupação da Região Urbana do Prosa.

Há muitas questões ambientais a serem discutidas dentro do contexto da problemática ambiental, que envolvem a dinâmica do complexo da bacia hidrográfica do Córrego Prosa. Compreende-se que este estudo foi um pequeno ensaio, pois a área analisada é muito pequena, mais de grande importância para a manutenção da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Córrego Prosa.

Os principais problemas ambientais nos centros urbanos originaram-se do uso inapropriado dos recursos naturais. Verifica-se que ambos se inter-re-

lacionam, ou seja, considerando que o ambiente é um organismo, e que cada elemento depende de outros para sua existência, Somente através da percepção por toda a sociedade humana sobre os impactos ambientais nos centros urbanos, é que essa conseguirá encontrar meios de livrar-se de tais problemas.

Referências

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Os Vazios Urbanos na cidade de Campo Grande**: Relatório Final. Campo Grande: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, 2016. <https://sisgran.campogrande.ms.gov.br/mapas/>

BELTRAME, A. da V. **Diagnóstico do Meio Físico de Bacias Hidrográficas**: modelo e aplicação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BORDE, A.P.L. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. 2006. Tese (Doutorado)—Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República (Casal Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 06 de nov/2017.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B. (orgs). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 3 ed. 2003.

NUCCI, J. C. **Análise sistêmica do ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental**. São Paulo: Revista PUC SP Ciências Biológicas e do Ambiente. v.1. n. 1. P.73-88, 1999.

TUCCI, CARLOS E. M. (Org.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade: ABRH, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório dos Vazios Urbanos na Cidade de Campo Grande (2016)**: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS: Projeto de Extensão: Relatório Final. Campo Grande, 2016.

CAPÍTULO 3

PANORAMA ECONÔMICO DO SETOR PRIMÁRIO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A EXTINTA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA

Gustavo Mees

Willian Matheus Lopes

Anielle Gonçalves de Oliveira

Adilson Tadeu Basquerote

Daniel Rodrigo Strelow

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-3

Introdução

O Alto Vale do Itajaí é uma região composta por 28 municípios, cuja população total fica próxima a 300 mil habitantes, segundo informações do IBGE (2022). As atividades econômicas são bastante diferenciadas, pode-se citar como relevantes na indústria, os setores têxtil, metal-mecânico e a agroin-

dústria. No setor terciário, onde o número de empregos é o mais relevante, destacam-se o comércio atacadista e varejista, mas com um setor de serviços especializados em tecnologia da informação em uma crescente nos últimos anos. Porém, ainda é de extrema relevância nesta região o setor agrícola, e é deste que tratamos nesta pesquisa.

Os municípios analisados são Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Vidal Ramos, fazem parte da região de Ituporanga e compunham a já extinta “Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de Ituporanga”. Nestes municípios pode-se perceber que o setor primário, representados pela agricultura e pela pecuária, são a fonte de renda para boa parte das famílias.

A proposta deste artigo é analisar alguns dados selecionados do setor primário dos municípios citados, como o PIB (Produto Interno Bruto), valor adicionado e as principais culturas. Desta pesquisa pode-se observar, dentre outras informações, a importância da agricultura familiar, a diversidade produtiva rural e o aumento da inserção das cooperativas de crédito na região no período recente.

Este artigo está dividido nas seguintes seções: esta introdução, que norteia brevemente a pesquisa; o marco teórico, que dá sustentação às temáticas do desenvolvimento regional e da agricultura familiar; os resultados e discussões dos dados apresentados; e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

Marco teórico: desenvolvimento regional e agricultura familiar

Parte-se do campo teórico do Desenvolvimento Regional para fundamentar as análises desta pesquisa. Ao citar “desenvolvimento”, é necessário lembrar que há uma série de requisitos a serem levados em consideração. Desenvolvimento e crescimento possuem conceitos distintos, o primeiro se diferencia

do segundo por exigir qualidade de vida à população. “O que importa é deixar bem claro que desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, não suficiente [...]” (SACHS; VEIGA, 2010, p.9).

Frente ao exposto, deve-se deixar claro que o crescimento não é suficiente para que se possa dizer que ocorreu desenvolvimento. Há que se analisar uma série de outros índices, tais como Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, o coeficiente de Gini, o PIB per capita, entre outros, para verificar se a população desta região beneficiou-se com os frutos do crescimento econômico. A fim de fazer análises neste campo teórico, entende-se que é necessário definir os conceitos básicos inerentes ao desenvolvimento regional: território, região e espaço.

Ao analisar o conceito de território, é fundamental lembrar que este é muito amplo e possui várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. Partindo do campo geográfico, percebe-se que os autores dão maior ênfase à materialidade do território. Já a Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. As Ciências Econômicas, como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004).

Segundo Haesbaert (2004, apud HAESBAERT, 2010, p. 166) “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” Esta afirmação reforça a necessidade das relações de poder no espaço ocupado, para conceituar território e também coloca em foco as relações econômicas, políticas e culturais. Relações estas que identificam, desenvolvem e dão vida aos territórios.

Na literatura atual, percebe-se que não há consenso entre os autores sobre a definição de região. Tendo por base as pesquisas de Breitbach (1988), percebe-se que cada autor que a pesquisadora estudou traz um enfoque diferente sobre este tema. O que diferencia as regiões umas das outras, pode ser percebido por dois aspectos: o primeiro tange a absorção das necessidades advindas das atividades produtivas, e o outro se refere às características originadas do seu desenvolvimento, que por si só é um desenvolvimento desigual.

Para Coraggio (1972, apud BREITBACH, 1988, p. 87, grifos do autor),

a região é o “locus” onde se assenta um “complexo social-natural”, ou seja, agentes sociais relacionados entre si e com a natureza. As leis que regulam os processos sociais é que podem esclarecer a lógica das determinações espaciais.

Haesbaert (2004) é incisivo quando coloca que a região identifica parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativa coerência. Estas regiões são alvos de pesquisas, como esta, que abrange a região do Alto Vale do Itajaí. Este conceito ainda se estende, colocando que nas regiões revelam-se as ações de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais. Os sujeitos sociais são os construtores das regiões, articulando as dimensões em que vivem, sejam elas políticas, históricas ou econômicas. Cada região tem características próprias, e estas características dependem tanto dos grupos sociais que ali convivem e mantêm relações sociais, quanto do contexto geo-histórico da região. A integração do grupo social pode ser mais ou menos intensa, à medida que esta intensificação pode diferenciar as regiões umas das outras, ponto que é crucial ser analisado nesta pesquisa.

A articulação espacial em rede da qual o se refere o autor, nada mais é do que a relação dos grupos sociais: empresas, famílias, governo, associações, entidades, ONGs, enfim, uma gama de atores que exercem papel fundamental

dentro das regiões. Estes atores que fazem a diferença dentro de uma região, agindo em conjunto, em rede, têm um imenso poder de transformação.

O espaço do qual se fala, não é mensurável. Trata-se do espaço onde os indivíduos transitam, têm relações sociais e comunicam-se com as demais regiões. Está essencialmente vinculado com a reprodução das relações sociais. Para esse autor, o espaço não é só a forma física, ele possui dinamismo próprio, contribuindo para a formação das regiões.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento. (SANTOS, 1996, p. 26).

Assim sendo, pode-se entender o espaço como objetos geográficos, tais como a água, terra, natureza e os objetos sociais, como o patrimônio histórico presente naquele espaço. Para unir, relacionar e completar o conceito de espaço existe a convivência em sociedade.

Os espaços de hoje são movidos pela lógica capitalista: produzir, vender e receber. Para quem? Não importa. “Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar” (SANTOS, 2007, p.138). Isto significa dizer que as necessidades de hoje em dia, nos são impostas, não são algo que realmente se necessite. A cada dia adquirimos coisas mais e mais supérfluas, enquanto algumas parcelas da população vivem na mais extrema miséria.

Os territórios rurais na região de Ituporanga são marcados pela presença forte da agricultura familiar, assim como ocorre como a maior parte das regiões do Estado de Santa Catarina. A agricultura familiar mantém-se no meio rural

em diversas regiões do país, mesmo que no Brasil o impacto da moderna agricultura, o êxodo rural e a concentração de terra, dificultaram bastante as condições dos pequenos agricultores. Para Schneider e Niederle (2008, p.3)

[...] Afinal, ainda que não se tenha uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar, há uma certa generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família.

Sabe-se também que a agricultura familiar é hoje, responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. “A agricultura familiar é, pois, o produto da evolução do camponês frente às transformações políticas e econômicas da sociedade” (CANUTO E CARMO, 2009, p.17). A família é a célula, a base, na qual giram a produção, o consumo e as relações de mercado. Para a operacionalização das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, têm-se os seguintes parâmetros para considerar-se um agricultor familiar: 1) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL 2006, apud CANUTO e CARMO, 2009).

Resultados e discussão - a agricultura nos municípios selecionados

Nesta seção é apresentado um breve panorama do setor agrícola dos municípios selecionados para a pesquisa: Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Vidal Ramos. Esse panorama foi organizado com base em alguns indicadores escolhidos, que retratam a realidade do setor

primário, disponíveis nas bases de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017.

No quadro 1 apresenta-se o valor adicionado total dos municípios, bem como, a porcentagem do valor adicionado somente pela agropecuária a este total.

Quadro 1 - Valor adicionado total, valor adicionado da agropecuária, porcentagem (%) do total corresponde a agropecuária - 2010 - 2018.

Município	Ano	Valor Adicionado Total x R\$ 1000	Valor Adicionado da Agropecuária x R\$ 1000	% do total que corresponde ao agropecuário
Atalanta	2010	54.667,00	26.264,00	48,04%
	2014	79.408,51	20.171,58	25,40%
	2018	92.826,85	27.965,98	30,13%
Aurora	2010	78.981,00	33.441,00	42,34%
	2014	143.090,19	49.336,86	34,48%
	2018	193.185,85	61.994,53	32,09%
Chapadão do Lageado	2010	51.231,00	40.050,00	78,18%
	2014	58.053,33	31.034,73	53,46%
	2018	81.308,63	45.414,36	55,85%
Imbuia	2010	80.577,00	34.415,00	42,71%
	2014	107.651,59	36.037,32	33,48%
	2018	169.832,86	71.589,98	42,15%
Ituporanga	2010	411.917,00	97.637,00	23,70%
	2014	643.191,78	112.847,15	17,54%
	2018	854.130,31	184.602,24	21,61%

Petrolândia	2010	96.398,00	43.732,00	45,37%
	2014	127.857,03	53.006,40	41,46%
	2018	163.494,87	64.367,93	39,37%
Vidal Ramos	2010	105.887,00	44.848,00	42,35%
	2014	212.981,12	46.525,40	21,84%
	2018	262.020,09	70.872,08	27,05%

Fonte: IBGE Cidades (2021)

Em termos percentuais, o valor adicionado pelo setor agropecuário teve uma diminuição gradativa na composição do PIB (Produto Interno Bruto) de todos os municípios analisados, na comparação entre o ano de 2010 a 2018. Porém, em termos absolutos (na comparação entre geração de riqueza em reais), percebeu-se que houve elevação do valor em todos os municípios, o que significa que o setor agropecuário cresceu, em termos econômicos. Por exemplo, no município de Ituporanga, o valor adicionado da agropecuária era de R\$ 112.847.000,15 em 2010 e passou para R\$ 184.602.000,24 em 2018 (o que representa um aumento nominal de 63,58%).

Importante destacar que não é o declínio da atividade agrícola que explica a diminuição do percentual do valor adicionado pela agropecuária na composição do PIB dos municípios selecionados. Isto ocorreu devido ao desenvolvimento dos outros setores da economia local, ou seja, da indústria e dos serviços. É o caso do município de Ituporanga que em seu estágio atual de desenvolvimento experimenta a criação e desenvolvimento de novos negócios em diversos subsetores da indústria, do comércio e dos serviços. No caso específico da indústria, este setor tem como característica uma produção de valor agregado maior quando comparado àquela da agricultura (considerado de bai-

xo valor agregado). Por este motivo é que se observa um percentual baixo do valor adicionado da agropecuária, mesmo tendo evoluído em termos absolutos.

Dentre os municípios selecionados, Chapadão do Lageado apresentou crescimento mais uniforme de seu valor adicionado total, sendo que ainda possuía a maior parte de seu valor adicionado sendo gerado pelo setor agropecuário em 2018 (com 55,85%).

Seguindo a análise, no quadro 2 evidencia-se o PIB total dos municípios, o PIB do setor agropecuário seguido da porcentagem do setor primário no total do produto.

Quadro 2 - PIB Total, PIB do setor agropecuário, porcentagem do total que corresponde ao agropecuário - 2010 - 2015.

Município	Ano	PIB Total (x1000)	Pib do setor Agropecuário (x1000)	Porcentagem do total que corresponde ao agropecuário
Atalanta	2010	57.455,36	19.763,78	34,40%
	2013	109.391,49	20.149,60	18,42%
	2015	87.690,38	21.591,29	24,62%
Aurora	2010	83.024,56	33.440,72	40,28%
	2013	129.850,70	42.374,16	32,63%
	2015	149.969,07	39.555,53	26,38%
Chapadão do Lageado	2010	52.331,97	30.954,96	59,15%
	2013	67.631,51	33.801,21	49,98%
	2015	57.650,80	30.005,58	52,05%
Imbuia	2010	84.820,20	34.415,47	40,57%
	2013	113.767,23	37.187,75	32,69%
	2015	116.801,30	35.591,33	30,47%

Ituporanga	2010	445.916,26	97.636,64	21,90%
	2013	592.435,57	101.820,51	17,19%
	2015	713.316,02	108.306,45	15,18%
Petrolândia	2010	101.149,66	43.732,11	43,24%
	2013	162.824,49	50.648,06	31,11%
	2015	139.193,02	54.836,28	39,40%
Vidal Ramos	2010	112.126,57	44.847,91	40,00%
	2013	211.483,54	52.145,68	24,66%
	2015	243.447,78	49.870,53	20,49%

Fonte: Indicadores Fecam (2021).

Em termos nominais, houve crescimento do PIB total no decorrer dos anos de 2010 a 2015 nos municípios analisados. Quanto à representatividade (em porcentagem) do PIB do setor agropecuário no PIB total, houve queda em todos os municípios, o que corrobora com os dados do valor adicionado para o setor. Dentre os fatores, como já mencionado anteriormente, está o desenvolvimento dos setores industrial e de serviços. Chapadão do Lageado é o município cuja economia é mais dependente do setor agropecuário, tendo em vista que 52,05% do seu produto interno provém das atividades agropecuárias.

Em comparação, o município de Ituporanga apresentava o menor PIB agropecuário, cuja representação no total de sua economia era de 15,18%. Mesmo assim, em termos absolutos, este município ostenta o maior valor, com R\$ 108.306.450,00. Nenhum município (dentre os analisados) apresentou um volume de produção próximo a este. Importante destacar que Ituporanga figura como uma cidade “pólo” para as demais analisadas e, muitas vezes, absorve a produção circunvizinha. Além disso, fatores como a agricultura mecanizada e de larga escala, bem como o relevo pouco acidentado, contribuem para esta produção agrícola elevada.

O quadro 3 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos agropecuários, percentual da área em relação à área total pertencente aos 7 municípios analisados durante o período de 2006 à 2017.

Quadro 3 - Número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos agropecuários, percentual da área em relação à área total - 2006 - 2017.

Município	Período	Nº de estabelecimentos	Área Est. Agrop	Área Total	% da área
Atalanta	2006	541	7.946	9.438	84,19%
	2017	524	8.249	9.438	87,40%
Aurora	2006	773	15.257	20.704	73,69%
	2017	723	14.406	20.704	69,58%
Chapadão do Lageado	2006	549	8.753	12.486	70,10%
	2017	652	8.910	12.486	71,36%
Imbuia	2006	690	8.417	11.911	70,67%
	2017	765	9.855	11.911	82,74%
Ituporanga	2006	1.578	22.584	33.658	67,10%
	2017	1.687	25.040	33.658	74,40%
Petrolândia	2006	857	18.144	30.676	59,15%
	2017	1.010	23.950	30.676	78,07%
Vidal Ramos	2006	950	20.812	34.693	59,99%
	2017	1.049	21.327	34.693	61,47%

Fonte: IBGE Cidades (2021).

Destaca-se dos dados apresentados 3 municípios: Ituporanga, Vidal Ramos e Atalanta. Em 2006 Ituporanga contava com 1.578 estabelecimen-

tos agropecuários, que ocupavam 67,10% do percentual da área em relação à área total. Em 2017 houve ampliação do número deste número para 1.687 estabelecimentos registrados, com uma área total de 74,40%.

Com relação a Vidal Ramos, em 2006 possuía 950 estabelecimentos registrados que ocupavam 55,59% percentual da área em relação à área total. Assim como ocorreu em Ituporanga, houve um processo de ampliação do número de estabelecimentos em Vidal Ramos, passando para 1.049, com uma área agrícola de 61,47%

Quanto à Atalanta, ao contrário dos outros dois municípios já citados anteriormente teve um decréscimo em estabelecimentos registados: em 2006 contava com 541 e em 2017 com 524. Porém, em termos de ocupação da área total houve elevação, passando de 84,19% para 87,40%.

O quarto quadro analisado leva em consideração o número de estabelecimentos agropecuários e o pessoal ocupado, por tipo de pessoal no ano de 2017.

Quadro 4 - Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado, por tipo de pessoal ocupado - 2017.

Município	Período	Nºde estabelecimentos e pessoal ocupado	Pessoal ocupado	Sem laços de parentesco	Sem laços	Com laços de parentesco	Com laços
Atalanta	2017	524	1.419	315	22,20%	1.104	77,80%
Aurora	2017	723	2.280	481	21,10%	1.799	78,90%
Chapadão do Lageado	2017	652	1.504	25	1,66%	1.479	98,34%
Imbuia	2017	765	2.595	708	27,28%	1.887	72,72%
Ituporanga	2017	1.687	5.099	1.245	24,42%	3.854	75,58%

Petrolândia	2017	1.110	2.378	135	5,68%	2.243	94,32%
Vidal Ramos	2017	1.049	2.684	435	16,21%	2.249	83,79%

Fonte: IBGE Cidades (2021).

A agricultura familiar é característica marcante dos municípios analisados. Dos dados acima, dá-se destaque para três municípios: Ituporanga, Vidal Ramos e Atalanta.

Em Ituporanga foram registrados 1.687 estabelecimentos rurais com 5.099 pessoas ocupando estes locais. Destas, 24,42% não possuíam laços de parentesco com os donos das terras, o que caracteriza serviço temporário. Já 75,58% das pessoas possuíam laços de parentesco demonstrando a força da agricultura familiar no município.

Em Vidal Ramos, 1.049 eram os estabelecimentos rurais, com 2.687 pessoas ocupando estas terras. Destas, 16,21% não possuíam laços de parentesco e outros 83,79% possuíam, também evidenciando o predomínio do modelo de agricultura familiar.

Atalanta foi o município com menos estabelecimentos registrados, isto é, 524, contando com 1.419 pessoas ocupadas. Seguindo o mesmo padrão dos outros municípios, 22,20% das pessoas ocupadas no meio rural não tinham laços de parentesco e outros 77,80% tinham. Vale dizer que, em 2017, em todos os municípios observados a maioria das pessoas ocupadas possuíam algum laço de parentesco (acima de 70%), o que reforça a força da agricultura familiar enquanto modelo de produção agrícola da região.

O quadro abaixo retrata informações sobre os 5 principais produtos produzidos em cada município nos anos de 2006 e 2017, bem como, a área colhida.

Quadro 5 - Cinco principais produtos da agricultura (quantidade produzida e área colhida) - 2006 a 2017.

Município	Ano	Cinco principais produtos	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (Hectares)
Atalanta	2006	Milho em grão	10.011	2.004
		Cebola	5.499	1.152
		Fumo	2.356	1.253
		Feijão preto	280	155
		Feijão de cor	44	28
	2017	Milho em grão	6.670	1.061
		Cebola	6.647	419
		Soja	4.362	1.086
		Milho forrageiro	2.897	91
		Fumo	1.190	504
Aurora	2006	Cebola	28.969	5.043
		Milho em grão	7.967	1.584
		Milho forrageiro	2.787	189
		Fumo	2.701	1.331
		Melancia	916	50
	2017	Cebola	31.085	1.570
		Milho em grão	11.762	1.774
		Milho forrageiro	6.200	247
		Soja	1.868	458
		Fumo	1.615	640

Chapadão do Lageado	2006	Milho em grão	7.123	1.536
		Cebola	6.520	1.282
		Fumo	3.202	1.479
		Feijão preto	304	218
		Feijão de cor	137	123
	2017	Cebola	6.668	343
		Milho em grão	5.568	972
		Fumo	3.812	1623
		Milho forrageiro	1.951	70
		Soja	1.818	430
Imbuia	2006	Cebola	26.369	5.599
		Milho em grão	13.709	2.781
		Fumo	2.963	1.537
		Milho forrageiro	1.070	127
		Aipim	155	24
	2017	Cebola	39.320	2.049
		Milho em grão	7.974	1.211
		Milho forrageiro	4.987	195
		Fumo	2.958	1.154
		Soja	912	220

Ituporanga	2006	Cebola	77.480	16.045
		Milho em grão	21.809	4.947
		Fumo	6.407	3.023
		Milho forrageiro	2.855	156
		Feijão preto	999	532
	2017	Cebola	79.787	3.664
		Milho em grão	25.938	3.786
		Soja	10.166	2.518
		Fumo	6.674	2.693
		Feijão preto	1.672	901
Petrolândia	2006	Milho em grão	11.444	1466
		Cebola	7.062	2550
		Milho forrageiro	5.909	1460
		Fumo	2.610	206
		Aipim	1.830	135
	2017	Milho forrageiro	18.329	781
		Milho em grão	12.923	1.918
		Cebola	10.669	548
		Soja	3.535	902
		Fumo	3.276	1.449

Vidal Ramos	2006	Cebola	9.244	1.932
		Milho em grão	8.914	1.962
		Fumo	4.784	2.460
		Milho forrageiro	486	31
		Feijão preto	161	135
	2017	Cebola	15.616	848
		Milho em grão	10.086	1.671
		Fumo	5.762	2.560
		Soja	2.405	638
Milho forrageiro		2.152	138	

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário (2021).

Levando em consideração o quadro 5, identifica-se que a base produtiva dos sete municípios é semelhante. Na cidade de Atalanta, os dois produtos que se destacam em produtividade são o milho e a cebola. No ano de 2006 foram colhidas 10.011 toneladas de milho em grão e 5.499 toneladas de cebola. Já no ano de 2017, foi constatado uma produção de 6.670 toneladas de milho em grão e 6.647 toneladas de cebola. Apesar de uma queda expressiva na produção de milho, o cultivo ainda se manteve como o produto com maior quantidade produzida. Essa queda se deve principalmente à ascensão no cultivo da soja, que passou a ganhar força a partir de 2016.

No município de Aurora, a cebola e o milho são os dois produtos que se destacam em termos de produtividade. No ano de 2006 a produção de cebola

alcançou 28.969 toneladas, já o milho em grão teve uma produção de 7.967 toneladas. Nos dados de 2017 constatou-se uma produção de 31.085 toneladas de cebola e 11.762 toneladas de milho em grão. Apesar de uma queda nos hectares cultivados dessas culturas, houve uma evolução na produção, que se deve principalmente ao avanço tecnológico na produção de sementes e nos sistemas de tratamento da plantação.

Em 2006 no município de Chapadão do Lageado, as duas culturas que tiveram maior produção total foram o milho em grão e a cebola, com 7.123 e 6.520 toneladas respectivamente. No ano de 2017 as duas culturas continuaram no topo, porém, houve uma queda na produção do milho (que passou para 5.568 toneladas) e um pequeno aumento na produção da cebola (que passou para 6.668 toneladas). A queda na produção do milho deveu-se a diversificação no plantio de grãos.

No município de Imbuia, nos anos de 2006 e 2017, os produtos que se destacaram na produção foram a cebola e o milho em grãos. O milho em 2006 apresentou uma produção de 13.079 toneladas e em 2017 alcançou 7.974 toneladas. A produção de cebola em 2006 foi de 26.369 toneladas, já em 2017 foi de 39.320 toneladas. Esse aumento da produção se deve muito ao incremento tecnológico durante o ciclo da planta, gerando bons resultados em termos de produtividade.

Ituporanga é o maior produtor da região pelo fato de ser o maior município em extensão territorial, dentre os analisados. No ano de 2006 o município atingiu a produção de 77.480 toneladas de cebola e 21.809 toneladas de milho em grãos. Em 2017 atingiu a produção de 79.787 toneladas de cebola, motivo este da cidade ser conhecida como capital nacional da cebola. Já a produção de milho atingiu 25.938 toneladas. Vale destacar ainda o crescimento expressivo da produção da soja, que alcançou 10.166 toneladas.

Dando continuidade, em Petrolândia no ano de 2006, os dois primeiros produtos foram o milho em grão e a cebola, com 11.444 e 7.062 toneladas, respectivamente. Em 2017, apesar do aumento da produção dessas culturas, a de maior destaque foi a de milho forrageiro que atingiu 18.239 toneladas. Importante ressaltar que esta produção é destinada ao mantimento dos plantéis de gado leiteiro e de corte que do município. Já o milho em grão atingiu 12.923 toneladas contra 10.669 toneladas de cebola.

Por fim, em 2006 no município de Vidal Ramos destacou-se a produção de 9.244 toneladas de cebola e 8.914 toneladas de milho em grão. No ano de 2017 houve um aumento expressivo na produção de cebola que passou para 15.616 toneladas. O mesmo ocorreu na cultura de milho, que passou para 10.086 toneladas. No quadro seguinte é retratada a divisão dos agentes econômicos na condução de créditos tomados para financiamento agrícola nas cidades.

Quadro 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por agente financeiro responsável pelo financiamento - 2006 a 2017.

Município	Período	Bancos	Cooperativas de crédito	Outros Agentes
Atalanta	2006	226	2	130
	2017	193	17	5
Aurora	2006	301	3	102
	2017	302	21	9
Chapadão do Lageado	2006	224	5	25
	2017	152	77	41

Imbuia	2006	355	2	82
	2017	447	81	10
Ituporanga	2006	784	27	206
	2017	686	122	15
Petrolândia	2006	271	13	22
	2017	304	35	10
Vidal Ramos	2006	367	0	85
	2017	410	60	113

Fonte: IBGE- Censo Agropecuários (2021).

De forma geral, pode-se afirmar que em 2006 os bancos concentravam as operações de crédito direcionadas ao setor agropecuário nos sete municípios analisados. Esse cenário sofreu uma pequena mudança em 2017, onde as cooperativas de crédito passaram a ter uma representatividade um pouco maior na liberação de financiamentos ao setor agropecuário. Apesar dos bancos ainda serem responsáveis pela maior parte dos financiamentos aos agricultores, é inegável o crescimento das cooperativas de crédito neste mercado.

As cooperativas de crédito têm tido uma rápida e crescente evolução no número de agências e pontos de atendimento na região do Alto Vale do Itajaí como um todo. Os dados de Ituporanga, município que se destaca entre os analisados, o número evoluiu de 27 para 122, um aumento de 351,85%. Acredita-se que os números atuais de financiamentos realizados em cooperativas tenha aumentado no período atual, se equiparando aos dos bancos pois muitas cooperativas de crédito têm atendimento diferenciado para os produtores rurais.

Considerações finais

É possível afirmar que a agricultura familiar é característica marcante do meio rural nos municípios analisados. Além disso, mesmo que a participação do valor adicionado da agricultura no PIB tenha diminuído em alguns municípios, a produção agrícola ainda é a fonte de renda para boa parte das famílias, já que, em termos absolutos, a renda proveniente da agricultura se elevou no período analisado.

A diminuição da participação do valor adicionado na composição do PIB não ocorreu devido ao declínio da agricultura, mas sim, devido ao desenvolvimento do setor industrial e de serviços, cuja produção é caracterizada por uma maior agregação de valor aos produtos finais ofertados no mercado.

Os municípios analisados contam com uma base de produção agrícola variada e muito semelhante entre si, porém, destacam-se na produção de milho e, principalmente, de cebola. Aliás, de certa maneira, o desenvolvimento da produção de cebola nos municípios carrega uma estreita relação com o desenvolvimento econômico do município “pólo” da região analisada, isto é, Ituporanga, conhecida como a “capital nacional da cebola”.

Importante destacar a importância do setor primário no processo de desenvolvimento regional, à medida que contribui tanto para geração de renda para as famílias quanto para o desenvolvimento dos demais setores econômicos. E, neste sentido, sugere-se a continuidade dos estudos acerca das características do meio rural dos municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí. Isso como forma de aprofundar o conhecimento acerca da realidade regional, bem como, de gerar subsídios para a proposição e efetivação de políticas públicas direcionadas ao setor agrícola.

REFERÊNCIAS

AMAVI. **Municípios Associados**. Disponível em: <[http://www.amavi.org.br/perfil municipal](http://www.amavi.org.br/perfil_municipal)>. Acesso em 30 de ago. 2021.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre- RS, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CANUTO, João Carlos; CARMO, Maristella Simões do. **Agricultura Familiar**. Instituto Giramundo Mutuando/ Programa de Extensão Rural Agroecológica – PROGERA. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. 32p. (Cadernos Agroecológicos).

CIASC. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 30 de ago. 2021.

FECAM. **Indicadores**. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2021>>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p. ISBN 9788528614459.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/atalanta/pesquisa/3: <8/46996>>>. Acesso em: 30 de ago. 2021.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 204. (Coleção Milton Santos. 3) ISBN 9788531407734.

SCHNEIDER, Sergio. NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura Familiar e Teoria Social**: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. 2008. Disponível em: http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_32.pdf. Acesso em 12 de jul. 2022.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p. (Garamond universitária). ISBN 8576170515

CAPÍTULO 4

TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: UM NOVO OLHAR SOBRE O QUILOMBO BOQUEIRÃO, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Marcos Paulo Alves Monção

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-4

Introdução

A Categoria Território desponta como uma das grandes discussões geográficas, especialmente a partir do final do século XIX, em que a ciência se consolida oficial e institucionalmente. É realmente desafiador construir o conceito, que dê conta da sua dimensão e complexidade. Na busca por uma formulação conceitual satisfatória, ou seja, uma abstração que abarque o conjunto de relações e processos envolvidos, fez com que o território apresentasse no transcorrer da história do pensamento geográfico, diferentes designações, conforme o contexto ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo.

Nessa conjunção, compreende-se que os espaços quilombolas, que vêm sendo objeto de estudo nos últimos anos, em diferentes campos do conhecimento, estão também inseridos no debate sobre o território, por diversos motivos como: pelas relações de poder estabelecidas e interesses envolvidos; pela existência de situações de disputa e conflitos; pelo processo de reconhecimento e posse da terra, e que no conjunto, todos os motivos produzem a dinâmica do território.

O artigo faz uma revisitação sobre as categorias Território e Memória, como também, apresenta resultados parciais, obtidos por meio de pesquisa em andamento, sobre a comunidade remanescente de quilombos, conhecida por Comunidade do Boqueirão; localizada no sudoeste da Bahia, a aproximadamente 40 km do centro urbano de Vitória da Conquista-BA.

O estudo tem por objetivos: analisar o processo de formação do território quilombola do Boqueirão; conhecer a comunidade e os vínculos territoriais estabelecidos; compreender a participação do Estado na constituição e consolidação do território; verificar a existência de conflitos e/ou disputas no processo de sua definição e por fim, apontar o que as memórias revelam sobre a história de luta e resistência dessa comunidade. “O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações [...]” (SAQUET, 2003, p.17).

Tais questões, oportunizam compreender e interpretar a constituição do território, as condições de vida dos membros; que tanto podem estar associadas a origem do grupo, às dificuldades de sobrevivência, às implicações conflituosas do passado, relacionadas a formação territorial; quanto ao isolamento e ausência de políticas de governo eficazes.

Os elementos sinalizam para o fato de que estes espaços, constituem campo favorável à realização de estudos que visam entender as reais origens do território e de repente revelar situações contraditórias, nem sempre presentes nas histórias contadas ou no cotidiano das comunidades.

Acredita-se que por meio das memórias da comunidade é possível reconstruir a história de luta e de resistência deste grupo, entender a delimitação e a partilha da terra, saber sobre os remanescentes contemporâneos, os vínculos ao território, as solidariedades costumeiras e os meios e formas de sobrevivência, que envolvem a coletividade e que muito contribuem na construção da territorialidade.

Tudo isso, vem constituindo-se num terreno fértil para uma pesquisa a ser realizada com sensibilidade e ética, todavia, também se configura num caminho desafiador, mas extremamente rico de possibilidades, quando envolve histórias de sobrevivência, de luta e essencialmente de resistência.

A metodologia proposta para o estudo em curso, foi embasada no método dialético, por meio de uma abordagem qualitativa, ao considerar que os fatos não podem ser tidos fora de um contexto social. Estrutura-se nas seguintes etapas: inicialmente foram realizados levantamentos, revisão bibliográfica e aprofundamento teórico, por meio de estudos de obras e pesquisas locais. Estão sendo feitos estudos cartográficos do território e reconhecimento físico da área, embora certa dificuldade de acesso ao local e de material cartográfico específico. Ao dar prosseguimento, foi realizada entrevista semiestruturada, com o líder comunitário e representante da Associação de moradores. Aplicação de questionário com os responsáveis de cada família, (numa amostragem de 10% das famílias, residentes no território). Posteriormente, serão realizadas entrevistas com representantes institucionais, da Coordenação de Igualdade Racial,

das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Agricultura do município. Os questionários, foram aplicados presencialmente, por meio do software (*Google Forms*). A última etapa será o levantamento e análise de documentos como: Atas de reuniões, objetos, registros históricos e fotográficos dos espaços visitados que possam enriquecer e fundamentar a pesquisa. O aprofundamento e as bases teóricas se assentam em Moraes (2002), Raffestin (1993), Le Goff, (1990), Pollak (1992/1989), Nora (1993), Chauí (1994), Santos (1994), Thompson (1998), Saquet (2003), Fernandes (2015/2008).

Revisitando o conceito de território

No campo de estudos sobre o território e a territorialidade, o debate é tradicional, renova-se ao longo da construção da ciência geográfica, firmando-se enquanto conceito valioso e vem aperfeiçoando-se a cada tempo sob um novo recorte. A categoria desponta como uma das grandes discussões geográficas, especialmente a partir do final do século XIX, em que a ciência se consolida oficial e institucionalmente. Na busca pela formulação de um conceito, ou seja, uma abstração a constituir-se num conjunto de relações e processos, o território apresentou no transcorrer da história do pensamento geográfico, diferentes designações, conforme o contexto ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo, como ressaltam os autores a seguir:

Gottmann (1973), ao tratar dos significados do território, afirma que estes evoluíram consideravelmente desde a antiguidade até o século XX. Esta evolução ocorreu em virtude da mudança da natureza da soberania, especialmente, em razão do progresso tecnológico e do exercício da soberania. O território é organizado historicamente por agentes humanos, política, jurídica e economicamente. Na concepção de Gottmann (1973), há relações sociais de domínio e

controle, e o território possui um caráter concreto, material e político-ideológico. Muda o significado do território, conforme se reorganiza a sociedade.

Robert Sack (1986), confirmando alguns aspectos da abordagem de Gottmann (1973), entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade, como afirma Sack (1986), é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma certa área; e esta área é o território. Mas, para o autor, nem toda área é território; pois, deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente, pela atuação do estado, que condiciona comportamentos através da comunicação e de relações de poder.

O território em Ratzel (1990), por exemplo, apresenta-se como “[...] espaço concreto, determinado pelo solo, apropriado por um grupo e formador de sua identidade cultural” (p.73). A escala de análise compreendida, coloca-o preso à grandes estruturas políticas, deixando-o “engessado”, diminuindo a possibilidade de fluidez. O autor, fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas: por meio da observação, descrição, comparação e classificação, ao compreender a Antropogeografia como uma ciência comparada; por isso, naturaliza elementos como o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação. Para o teórico, o solo é o elemento fundamental do estado e de sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial. Em Ratzel (1990), o território, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação. Ele traz o conceito de Lebensraum (espaço vital), que foi formulado em meados do século XIX, logo após o processo de unificação territorial alemã (1870). O espaço vital trata da necessidade de o estado ter o direito de atuar sobre uma área geográfica (território), que garanta as condições de sobrevivência de uma determinada sociedade.

Para Raffestin (1993), “[...] o território se forma como resultado de uma apropriação social, seja de forma concreta ou de forma abstrata, provocando a chamada territorialização do espaço” (p. 143). Para o autor, a forma concreta é a construção dos elementos espaciais, por meio do trabalho e das técnicas, e a forma abstrata, consiste na soma dos elementos imateriais presentes no sistema simbólico-cultural.

Turri (2002), acrescenta as teorizações, compreendendo o território como uma construção histórica, com transformações sucessivas, e sua compreensão tem base em princípios da dialética: “no salto, há mudanças sociais, territoriais e continuidades.” (*apud* SAQUET, 2007, p.72). Para ele a ruptura não comporta necessariamente uma perda da continuidade histórica, como também, aponta para a importância de se registrar as transformações ocorridas nos meios, nas relações de produção e nos modos de uso do território.

Saquet (2003/2001), ressalta que o território é apropriado, fruto de construção social, portanto, resultado do processo de territorialização; inserindo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem, está presente de diferentes maneiras. Saquet (2003), afirma ainda que, “[...] o movimento e a heterogeneidade estão no território, nas relações que seus agentes sociais efetivam. O território pode ser compreendido de diferentes maneiras, às vezes não excludentes, e existem abordagens que se complementam e são multidimensionais frente ao território” (p.19). O autor acrescenta que, “[...] há quem priorize uma das dimensões sociais, porém, há abordagens múltiplas do território e da territorialidade humana e, por isto, mais apropriadas e coerentes com a complexidade do real” (p.19).

Ainda, segundo Saquet (2011), a territorialização do espaço está no processo de apropriação social de uma parcela do espaço, que corresponde ao espaço vivido e apreendido por uma identidade espacial, a partir das relações

sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades, bem como identidades e regionalismo, historicamente determinados.

Raffestin (1993), desde a década de 1990, já explicava a sua multidimensionalidade: “O termo territorialidade, reflete a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. [...] via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas definidas como relações de poder” (p.159).

Para o pesquisador em desenvolvimento territorial na América Latina - UNESP, Guilherme Magon Whitacker (2015): “[...] a territorialidade materializa o exercício do poder, a territorialidade manifestada tende a autonomia do território e combate formas de poder externas ao seu entorno[...]” (p.7). Para o professor, no entanto: “[...]o poder territorializado, pode contrariar as territorialidades que visam à união na diferenciação, haja vista, que o poder também pode ser construído tendo como base as territorialidades externas, às anteriormente exercidas” (p.07).

É certo que os conceitos de território e territorialidade avançaram consideravelmente desde a antiguidade, e a interpretação evoluiu conforme a sociedade e seus espaços foram sendo (re)produzidos. Na atualidade por exemplo, em uma sociedade dinâmica e conflituosa, envolvida por guerras, caracterizada por desemprego, inserção de novos processos produtivos, tecnologias e padrões de consumo, produz-se uma territorialidade que não está presa à raízes territoriais, já que, ao ser obrigada a mover-se, como os milhares de migrantes espalhados pelo mundo e ao buscarem apoio e unidade em territórios estrangeiros, os povos apropriam-se de novos territórios, reconstituem valores e estabelecem laços afetivos em outros espaços.

No entanto, há abordagens nas ciências sociais, como a do sociólogo francês e cientista político Bertrand Badie (1996) em seu livro: “O fim dos territórios”, em que defende a existência de um contínuo processo de desterritorialização. O autor, assume a tese de que o fim dos territórios é, na verdade, o declínio da concepção de territorialidade moderna, vinculada às fronteiras estatais e à ideia de soberania estatal-territorial. Apoiando-se na crise do Estado-Nação, na deslocalização das empresas e nas perdas das bases territoriais das identidades culturais. Badie (1996), afirma que o território está em crise, devido ao processo de mundialização de caráter desterritorializador, ao apresentar na contemporaneidade novas relações, novas construções de identidade, novas formas de pensar a sociedade. Contudo, esse entendimento, deixa entrever o apego do autor, à noção de território como base física, sem a qual o território se desfaz.

Mas, outros autores apresentam-se também na contramão do sociólogo (1996), como o próprio Raffestin (1993), ao defender a ideia de um território multidimensional e relacional; Moraes (2002), ao propô-lo como um constructo histórico, que se modifica, em formas e conteúdo e está sempre a se revitalizar; e desde os anos de 1990, Haesbaert (2002), já abordava o processo de desterritorialização como mito; e enxerga em Badie, um conceito de território ainda alicerçado no peso político do Estado-Nação, condicionado a uma visão globalizante que desterritorializa, anula as distâncias e desmaterializa as relações sociais. Um autor que sobrevaloriza a tendência mundial aos deslocamentos, às diásporas, e rompe o território fixo, ao abandonar os referenciais concretos. Badie (1996), de certa forma quebra com ‘a marca’ da territorialidade, que para ele seria a ‘fixidez’. “[...] como se o território não pudesse incorporar o movimento como constituinte central na formação de territórios-rede, onde os próprios processos de identificação não pudessem se dar no/com o movimen-

to” (HAESBAERT, 2003, p.16). Essa é uma dinâmica territorial que envolve relações de poder, e Haesbaert (2002), ressalta ainda, que “[...]o movimento para reconstrução e controle de territórios e fronteiras depende da natureza dos fluxos em deslocamentos, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (p. 122).

Outro aspecto do debate, é que ainda é comum o território ser analisado de forma fragmentada, em que características socio político-econômicas essenciais, são intencionalmente dissociadas para atender a interesses. Um conceito construído, ocultando a possibilidade de promoção de classes sociais desfavorecidas. “O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder [...]. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008b, p. 278-279).

Observa-se que políticas de governo e de estado, voltadas para as comunidades tradicionais e para o campo, ao desprezarem tais questões, intencionalmente o pleno controle do território. Esse fato é muito comum e manifesta-se de forma explícita, no qual, os conflitos territoriais apresentam-se entre capital e o campesinato; ambos com territorialidades díspares. O autor reforça: “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008a, p. 280).

Outra valorosa contribuição é a do professor Milton Santos, quando diz: “a identidade étnica dar-se-á através do sentimento de pertencimento para um determinado grupo” (SANTOS, 2004, p.26), e no caso dos quilombos, esse sentimento está atrelado ao território onde vivem.

“O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, é também um dado simbólico. A territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos” (SANTOS, 2004, p.26).

Compreende-se que os quilombos contemporâneos são exemplos reais de territórios povoados, mantidos isolados socialmente, invisíveis e muitos ainda, submissos. Expressam claramente contraditórias relações de classe, entre quem domina e quem é dominado. As formulações expostas evidenciam o distanciamento que as concepções de território tomaram das primeiras ideias, que o reduzia à base física e ao controle estatal. Contudo, não se tem a intenção de esgotar o tema, muito menos vencê-lo, mas revisitá-lo e contribuir para o debate, ao destacar relevantes reflexões de autores, que se aprofundaram no tema; como também, compreender a sua importante relação nesse contexto quilombola, ao estar inserido historicamente no processo de formação de comunidades tradicionais, a exemplo do território do Boqueirão, no sudoeste da Bahia.

Memória: um referencial norteador para a (re) leitura do território

A categoria Memória, que muito contribui para a pesquisas em geral, apresenta-se por meio de estudos respeitadas, alguns tradicionais e outros mais ponderados, mas o fato é que, são numerosas referências e uma diversidade de definições e aprofundamentos interessantes.

Segundo Silva (2015), a preocupação com a memória é muito antiga e orienta, à nossa forma de conhecer; ou melhor, nos remete à teoria do conhecimento. Isso é válido, tanto para os saberes práticos, acumulados historicamente, como para a maneira que se transmite esses saberes, ou seja, a apropriação da linguagem, as regras sociais, a estruturação do psíquico, os antecedentes cognitivos, enfim, a nossa disposição para ensinar e aprender. Portanto, a me-

mória permeia a organização da vida em sociedade, a transferência de conhecimentos, a formação das identidades, as permanências, as mudanças, os conflitos entre os grupos e as disputas pelo poder; deste modo, apresenta um caráter múltiplo e nesse sentido, a constante tensão da atualidade, faz com que a categoria estimule também a produção de vários autores, ao se empenharem em suas reflexões sobre a temática.

Inicia-se com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), pioneiro no campo de estudo, na modernidade e escreveu várias obras, na área da psicologia social. Segundo o sociólogo, quando as pessoas fazem uso da memória, os processos cognitivos os levam a crer, que tais recordações nascem somente das impressões e observações pessoais e assim desaparecerão com elas. No entanto, para o autor, deve-se observar, que grande parte das lembranças de um indivíduo é relativa aos momentos compartilhados com outros, nos ambientes familiares, de trabalho, da Igreja, da classe social a que pertence e fora deles. Ainda que sejam momentos individuais, o ser humano é resultado das interações sociais que experimentou. O autor acrescenta que a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo.

Para Pedro Luft (1991) a memória define-se como faculdade de lembrar, reter impressões e ideias; lembrança; recordação; reminiscência. Em Thompson, (1998) refere-se a “um conceito problemático pelo seu acesso, sua subjetividade e sua manipulação, levando-se em conta que a ‘macro-história oficial’ funciona como ‘um grande gravador’, que modela o passado à sua própria imagem” (p.23).

Paul Ricœur (1991), filósofo francês, do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, dedicou grande esforço ao pensar a relação entre tempo, memória, narrativa e história, realizando longo estudo nas ciên-

cias humanas para compreender a dimensão da memória para o conhecimento historiográfico.

Já a professora Ecléa Bosi (1994), se ocupou com a memória individual, com base na história oral das pessoas. Uma importante referência do seu trabalho, são as narrativas produzidas pelas memórias de idosos. Para a autora, tal processo demonstra que a narração de experiências pessoais é o modo mais assertivo de descrever e construir a memória. Ainda que tenha apoiado-se em autores tradicionais, os idosos para Bosi (1994), representam uma camada da população subjugada pela dependência e opressão de uma sociedade capitalista e utilitarista. Para a autora, a memória é reconstrução do passado e não apenas sua conservação.

Para o sociólogo Michael Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (p.204). Pollak (1989), faz duras críticas aos autores clássicos do positivismo francês, como Bergson (1999) e Halbwachs (1990), pois, enfatizam a força quase institucional da memória, mas, não enxergam nessa memória, uma imposição, ou forma específica de violência ou dominação, ainda que simbólica. O autor reconhece o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva e afirma que: “[...] numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas, de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p.02). No contexto dos territórios quilombolas por exemplo, estão presentes a relação e as divergências entre a história oficial contada ao longo do século, e as memórias esquecidas, ou como denomina Pollak (1989): “memórias subterrâneas”, ou seja, culturas minoritárias, dominadas ou sem vez ou voz na sociedade.

O autor, portanto, reprova a memória coletiva nacional que “se define pelo seu caráter destruidor, uniformizador e opressor” (POLLAK, 1989, p.4). Chauí (1994), o ratifica, ao afirmar: “talvez seja o destino (in)evitável da sociedade capitalista que “destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa” (p.18). Observa-se que há uma certa tensão, entre a memória coletiva e a memória individual, apresentando-se enquanto conflitante questão, nas ciências sociais; certamente porque alguns estudos são omissos ou ausentes, e não apresentam a memória, enquanto forma de dominação de um povo.

O psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus (1913), pioneiro no estudo científico sobre o tema, há um século já advertia sobre a existência e os perigos do falseamento da memória, no que se refere as manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura, exercem sobre a memória individual.

Pierre Nora, é outro grande teórico, que traz reflexões bem ponderadas ao tratar sobre o tema memória ou sobre memórias. Traz a expressão “aceleração da história” e, defende que “[...] este fenômeno acaba de nos revelar toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo e a história, que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento segundo ele, fazem do passado, porque são levadas pela mudança” (NORA,1993, p.08).

Le Goff, (1990) lembra bem que, “A memória, é o espaço onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p.478).

Em suma, a memória em sua essência, permeia a organização da vida em sociedade, a transferência de conhecimentos, a formação das identidades, as permanências, as mudanças, mas também transpassa a história, rememorada pelos atritos e nas disputas pelo poder no território, numa sociedade de classes. Apresenta um caráter múltiplo, e nesse sentido, sempre estimulará o debate e a produção de vários autores para compreendê-la. Todavia, o estudo desenvolvido, aproxima-se de autores que melhor contribuem para a leitura do território quilombola. Nesse sentido, firma-se, portanto, em bases teóricas como: Pollak (1989), Nora (1993), Chauí (1994), Fernandes (2015), Thompson (1998) e Le Goff (1990). Autores que vão além das abordagens tradicionais e concebem a memória como constructo social, eivado de contradições e conflitos sociais.

Resultados e discussão

O território do Boqueirão, no sudoeste da Bahia, compõe-se de aproximadamente duzentos e vinte e cinco famílias¹, que apresentam características sociais similares a muitas comunidades étnicas rurais, espalhadas pelas demais regiões brasileiras. De acordo a descrição do líder local, a área total é de aproximadamente 6km², limitada por fazendas conhecidas na região, como: Fazenda Mãe Eliotéria, Fazenda Algodão, Fazenda Úrsula, e Fazenda Trazibo ou Lagoa das Pedras. Embora, reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, desde 2005, ainda não houve demarcação oficial das terras pelo INCRA, conforme relata a liderança comunitária. Em campo, foram entrevistados 10% da comunidade, representados por membros responsáveis pelas famílias. Em relação a cor ou raça, os participantes se auto definem 56,5% como pardos, 39,1% como pretos e 4,3% como brancos. Verificou-se que a maior parte das casas da localidade, são construções modestas e conforme os moradores apontam, 65,2% delas, foram erguidas com estruturas em alvenaria; porém 30,5% das casas,

encontram-se sem terminar, com paredes não revestidas e cômodos inacabados. Outro dado interessante é que, alguns membros manifestaram morar ainda, em casas de adobe; ou seja, antiga técnica de construção que utiliza tijolos feitos com terra crua, vermelha, na qual mistura-se palha, fibras naturais, esterco de gado e água para a obtenção de liga, e são moldados artesanalmente e secados ao sol. A estrada principal é vicinal e os trechos de acesso dentro do território, apresentam-se precários, muito pedregosos, cheios de crateras e areia; sem nenhuma sinalização de trânsito e alguns pontos, destacam-se por suas ladeiras muito íngremes. Observou-se, que os acessos, já há algum tempo, não recebem manutenção do poder público municipal; e para amenizar os transtornos, membros da comunidade unem esforços, no intuito de tapar os buracos e crateras deixados pelas chuvas de verão. A maioria dos núcleos familiares, totalizando (60,90%), possuem remuneração abaixo de 1 salário mínimo mensal e apresentam-se em situação de carência econômica. Nesse contexto, os ganhos relativos, da maior parte das famílias, têm origem nas poucas aposentadorias rurais, nos programas sociais de governo e na roça.

Verificou-se que a atividade econômica desenvolvida pela comunidade está voltada para criação de animais, como galinhas e porcos e um sistema de agricultura de subsistência, onde há plantações de feijão, palma, milho, especialmente mandioca, beneficiados e uma pequena casa de farinha. Observa-se que o uso do solo é comum e promove renda e a sobrevivência do grupo. Tanto o plantio quanto a comercialização da mandioca estão além de uma cultura de sobrevivência, apresentam-se como uma prática herdada dos antepassados.

Os dados preliminares demonstram a situação de vulnerabilidade e isolamento em que a comunidade vive. Essa condição, pode ser consequência de vários fatores como: a precariedade de infraestrutura local, a dificuldade de acesso à água potável, a falta equipamentos e de obras públicas essenciais à

mobilidade, falta de insumos, como também, pela não inserção em programas de educação profissionalizante, direcionados a formação técnica para lidar com a terra, e assim aumentar a produtividade; além das dificuldades geradas, pelo restrito acesso ao sistema único de saúde. O conjunto de questões apresentadas, não é particular e coloca esta e demais comunidades quilombolas da Bahia, numa preocupante situação de exclusão geográfica, ecológica e socioeconômica, que se perpetua historicamente, sendo acentuada por atingir especialmente crianças e idosos.

É importante destacar que são muitas as lutas travadas pela comunidade, para se firmarem nessa localidade, ainda que possuam a terra, as dificuldades são agravadas pelas longas estiagens, que dificultam a obtenção de água e conseqüentemente geram a baixa produtividade no campo. Tudo isso, compromete significativamente o sustento de boa parte dos chefes de família do quilombo Boqueirão, obrigando os que se encontram em idade ativa complementarem a renda nas atividades informais no distrito ou na sede em Vitória da Conquista-BA. Geralmente, trabalham como ajudantes gerais, cozinheiras, jardineiros, faxineiras e domésticas, isso quando encontram oportunidade nestes postos, especialmente no atual momento de crise, acentuada pela covid-19. De modo geral, os membros da comunidade Boqueirão sobrevivem e constroem o seu território, a partir da terra, mas o fato é que não possuem os recursos necessários para aumentar ou melhorar a produção, e ainda encontram obstáculos para competirem com os produtos industrializados no mercado. Santos (1994), corrobora ao afirmar que: “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem, é produzir espaço” (apud MORAES, 2008, p.31). Neste contexto, ao refletir sobre os quilombos, enquanto comunidades camponesas, diante das dificuldades de se manterem no território ou encontrarem trabalho na cidade, evidencia-se

nos encontros diários, a dependência e importância que a terra proporciona aos grupos; para além da sobrevivência, constituindo-se num importante instrumento de resistência aos avanços urbanos e demais entraves externos.

Outra particularidade a ser lembrada quanto as comunidades tradicionais, refere-se a expressão cultural e/ou as representações simbólicas, que ainda resistem a ascensão da modernidade. Nesse território apresentam-se nas religiões de matriz africana, (todavia, com a presença de igrejas evangélicas e católicas na localidade), como também no uso de plantas e raízes curativas, na prática costumeira de benzedeadas, nas danças de roda, que tanto influenciaram a construção do samba e da capoeira e principalmente na relação que os remanescentes têm com a terra. A trajetória, o uso dos símbolos e suas representações pelos mais velhos, a manutenção das festas comunitárias, a exemplo do reisa-do, favorece a prevalência da identidade étnica, porém não camufla ou suprime a constituição de um espaço social concreto. São aspectos, que falam de uma dinâmica territorial muito viva, e especialmente, apresenta a resistência de um povo, à imposição de uma memória oficial, excludente, que insiste em manter o território quilombola associado às memórias do passado. “O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças” (SAQUET, 2003, p.17).

Enfim, somam-se mais de cinco séculos de história e desde o início do processo de ocupação das terras brasileiras até o presente, testemunha-se a trajetória de luta das comunidades tradicionais, almejando a inclusão, a sobrevivência, a propriedade da terra e o merecimento à cidadania completa. Nesse contexto, para não perder os vínculos e permanecer, compreende-se que o espaço produzido por essas comunidades remanescentes se tornou, espaço de memórias, mas, sobretudo território de resistência e de relações de poder.

Considerações finais

A formação do território rural não é menos importante que a construção do urbano; eles coexistem nas relações, interesses e contradições. O contexto histórico de comunidades como o Boqueirão, nos conduz a reflexões que direcionam para o reconhecimento de um povo que vive a margem e que foram esquecidos socialmente; são consideradas ‘memórias subterrâneas’ (POLLAK, 1989). Todavia, há uma real percepção quanto ao afeto destas comunidades ao seu território, ao caracterizar a terra como elo fundamental de sua origem. É importante ressaltar, que estudos como este, podem trazer a reflexão de que a terra deve ser pensada, não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo. Tais questões, nos remetem a construção de um novo olhar, para com estas comunidades rurais, buscando encorajar as gerações contemporâneas para a releitura da trajetória dos grupos negros no Brasil, como também, estimular o envolvimento em estudos, que identifiquem novas formas de resistência à escravidão moderna; como também, desconstruir a ideia do povo negro preguiçoso, submisso e hoje socialmente improdutivo, amarrado ao passado, isolado, permanecendo, enquanto produto cultural da história e desprovidos de cidadania.

Referências

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Piaget, 1996.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. S.P., 1994.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: **Os trabalhos da memória**. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.17-33.

BRASIL, **DECRETO n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003, 2003.

EBBINGHAUS, Hermann **Memory: A contribution to experimental psychology** (Henry A. Ruger & Clara E. Bussenius, Trans.), 1913, originally published 1885.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008a.

_____, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

GOTTMANN J., **The significance of territory**, Charlottesville, Univ. of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____, Rogério. **O mito da (des)territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2006/2009.

_____, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 29: 11–24, 2003. p.11-24.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LUFT, Pedro. *Mini-dicionário Luft*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**.S.P.: Hucitec, 2002.

_____, Antônio C. R. **O Sentido Formativo da Geografia**, São Paulo, 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, 1989.

_____, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, 1992.

RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **As leis do crescimento espacial dos estados**. In: MORAES, A. C., Ratzel, São Paulo, Ática, 1990. p.175-192.

RICOEUR, Paul. **El tiempo relatado**. In: UNESCO. El correo de la UNESCO, año XLIV, Paris: Organización de las Naciones Unidas para Educación, la Ciencia y la Cultura, 1991.

SACK R., **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: 4ª edição. HUCITEC, 2004.

_____, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Ed.F.Perseu Abramo. 2004.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, 128 p.

_____, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Exp.Popular, 2009.

_____, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**, Porto Alegre, 2003/2001.

_____, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**, Geosul, Florianópolis, 2007.

SILVA, G. F. **Sociabilidades urbanas**: memórias sobre festividades religiosas em Cáceres/MT (primeira metade do século XX). Rev. Eletrônica Docum.Mo-num., 2015.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado**. História oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TURRI, Eugênio. **La conoscenza del territorio, Metodologia per un'analisi storico-geografica**, Venezia, Marsilio, 2002.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Território e poder**: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2015, Vol. XX, nº 1.135.

CAPÍTULO 5

DINÂMICA NA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO ESPAÇO – A TROCA DE ESPAÇO DA FEIRA LIVRE DE PIATÃ

Leonardo Ribeiro Farias

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-0

Resumo: A cidade é o espaço de materialização da realização capitalista de produção, das relações e conflitos sociais, está em constante transformação por causa dos eventos que acontecem e momentos da história do espaço urbano. Esses eventos contribuem de alguma forma para a expansão da cidade, isso ocorre desde de uma grande metrópole até uma pequena cidade do interior. A troca de atividades comerciais como feiras livres e outros estabelecimentos de lugares do centro para novas áreas pouco ocupada, porém com infraestrutura, pode indicar o movimento de expansão e ocupação do solo urbano de uma pequena cidade, como Piatã-BA.

Introdução

O sedentarismo da espécie humana e o surgimento das aldeias, que primordialmente eram locais de produção da atividade primária (agricultura), com o decorrer do tempo e excedente da produção agrícola torna-se espaços de co-

mercantilização, são algumas das condições para o surgimento da cidade. A atividade comercial (setor terciário), é um dos fatores importantes, mas não único, que contribui para transformar a cidade no espaço de produção. O espaço urbano também será um espaço de reprodução das relações sociais e de dominação. Segundo Sposito (2020, p. 17) “A cidade na sua origem não é por excelência o lugar de produção, mas de dominação”. E a apropriação territorial dos meios de produção no espaço urbano é um modo de dominação econômica e política sobre a cidade.

O artigo tem o objetivo de compreender como as transformações na produção e reprodução econômica e social pode alterar a dinâmica e a forma do espaço urbano de Piatã-BA. E para compreender essa dinâmica na forma de produção capitalista na cidade pequena e analisará o impacto da retirada da feira livre do centro da cidade para um espaço as margens da rodovia estadual BA-148. E como o novo equipamento pode influenciar na dinâmica econômica local e de novos usos do solo urbano.

A cidade e os espaços de produção capitalista

A cidade tem sua origem na materialização da divisão social do trabalho, é o espaço de produção e de reprodução social. Para Carlos (2019),

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2019, p. 26)

No capitalismo o processo de apropriação dos espaços urbanos, é reflexo da divisão social do trabalho e das relações de poder político e econômico da sociedade. Na era capitalista moderna o espaço torna-se mercadoria, onde o valor de troca é maior que o valor de uso.

Para Ferraz e Santos (2020, p. 55) “o espaço urbano é reflexo e condição das relações capitalistas de produção”. Na cidade, a descentralização de setores da atividade econômica é o reflexo das condições da produção capitalista no espaço. Comum nas cidades de diferentes tamanhos, o processo de descentralização da atividade econômica ocorre por fatores diversos, para Corrêa (1989) aparece em razão de vários fatores,

De um lado, como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização na Área Central. De outro, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais. (CORRÊA, 1989, p. 45).

A valorização imobiliária, a dificuldade de mobilidade e o adensamento do centro são elementos que vão contribuir para a descentralização das atividades econômicas, empresas para diminuir custos e/ou buscar novos espaços de demandas optam em ir para locais distante do centro tradicional. O fator que pode contribuir para a valorização imobiliária em novas áreas urbanas, é o deslocamento da atividade econômica para novos espaços.

A partir da necessidade dos agentes capitalistas e do estado, o espaço torna-se mercadoria, ou seja, os novos espaços são produzidos de acordo com as ações da sociedade. Para Lefebvre (2001, p.4), A produção do espaço tem “como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias”. A produção do espaço urbano ao longo do tempo, é efeito da ação de eventos que transformam o espaço natural num espaço modificado pela ação humana.

Outro ponto, é a transformação da paisagem urbana por motivo da produção de novos espaços, ocupado por atividades comerciais diversas, são espaços sem ocupação, vazios habitacionais que começam a ganhar novas paisagens

urbanas, são edificações, ruas, calçamento, iluminação, espaços anteriormente dominados pela primeira natureza é transformado em segunda natureza pela ação do homem. Para Carlos (2019, p. 24), “A desigualdade que pode ser percebida “no olhar-se a paisagem” é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano. As relações criam as formas e as funções que devem ser cumpridas”. Os novos equipamentos que compõem a paisagem urbana é o resultado das funções existentes nas novas áreas de ocupação, são atividades econômicas comerciais, novas moradias e aumento de circulação de pessoas, novas paisagens na cidade.

A cidade é um dos lugares que materializa as reproduções das relações sociais e sua produção no espaço, são diversas formas de produzir no espaço que acontece ao longo do tempo. A cada momento da história, se constrói uma etapa na paisagem urbana, consequência das diversas relações e produções que ocorreram no espaço, percebe-se nas marcas representadas nas formas e no modo de viver e na relação do trabalho no espaço. Para Santos (2013, p. 91) “ Isso se deve exatamente ao fato de que a paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de formas diversas e, desse modo, autoriza comportamentos econômicos e sociais diversos”. A materialização das novas ocupações dos espaços urbanos através da construção de novas edificações vai criar novas marcas no espaço que retrata as novas relações econômicas e sociais.

O crescimento da cidade de forma horizontal vai contribuir para expansão da produção, reprodução social e econômica do espaço, inicialmente o processo de dispersão da área urbana favorece os agentes fundiários e imobiliários, com valorização de terras nas áreas periféricas e rurais, tendo a maior renda possível com o valor de troca da terra urbana. Para Corrêa os proprietários fundiários,

“Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso” (CORRÊA 1989, p. 16).

O papel do Estado no processo de expansão das áreas urbanas favorece em muitas vezes, os agentes fundiários e imobiliários, modifica leis de uso do solo, altera o perímetro urbano e leva infraestrutura como calçamento de ruas, água, energia e outros.

Segundo Lefebvre (2001, 69) “Aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro”. As ações dos agentes de produção do espaço fundiário e imobiliário, percebe a cidade como um produto que deve ser consumido e negociado, e a ação do Estado contribuiu para valorizar esses novos espaços que cresce de forma horizontal, “um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos” (SANTOS, 2018, p. 107).

Com o processo de espraiamento da área urbana, o adensamento habitacional e populacional aproxima-se dos limites entre o rural e o urbano. Esse processo tem como uma das consequências a forma horizontal de crescimento da cidade. Uma explicação sobre essa área de expansão é feita por Marcelo de Lopes de Souza,

Essa “faixa de transição” é chamada entre os geógrafos anglo-saxões, de franja rural-urbana, e, entre os franceses, comumente, de espaço periurbano. No Brasil ambas as expressões são empregadas pelos estudiosos. Quanto maior a cidade, em geral, mais complexo tende a ser o espaço periurbano. (SOUZA, 2020, p. 27)

Algumas cidades o limite de área de expansão existe a presença da paisagem rural, onde o solo é usado para a agricultura e pecuária, mas para Souza (2020), são locais de “reserva de valor” do solo, para fins de uso urbano no futuro.

Mudança na produção do espaço – troca da feira livre

Piatã localizada no centro da Chapada Diamantina no Estado da Bahia, é uma cidade de pequeno porte que acontece processos de expansão urbana e a transformação na produção do espaço urbano. São novos eventos na história que acontecem nas primeiras décadas dos séculos XXI e contribui para o crescimento nas formas de produção social na cidade. Para Lefebvre (2001, p. 51) “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade”. As transformações nas relações sociais decorrente de eventos econômicos vai contribuir para uma transformação na sociedade e na relação de trabalho local.

Eventos relacionados ao modo de produção do setor primário e terciário no município de Piatã vai alterar a dinâmica de crescimento e nas formas de uso dos espaços. De acordo com Carlos (2019, p. 37) “A vida cotidiana com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo”. A instalação da mineradora Brazil Iron no ano de 2011 é o evento que colaborou para a nova dinâmica econômica e na relação do trabalho no município. Esse novo empreendimento impactar diretamente nas mudanças nas formas de produção e reprodução do espaço e também na paisagem urbana.

A paisagem urbana de Piatã apresenta mudanças na forma e função de alguns lugares da cidade. Com a mineradora, o fluxo populacional cresce, criam-se novas demandas comerciais, como novos restaurantes, bares e lanchonetes, o aumento na procura por casas de aluguel e outras atividades econômicas que cresce decorrente da empresa. Como retrata Carlos (2019, p. 36) “A paisagem urbana é a expressão da “ordem e do “caos”, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato”. A verticalização dos imóveis, as novas áreas comerciais, a retirada de equipamentos públicos do centro da cidade para áreas nas franjas urbanas, novos loteamentos e a retirada da feira livre da cidade de Piatã do centro para um centro de abastecimento localizado as margens da BA-148 são exemplos das modificações na paisagem urbana que representa essa nova dinâmica econômica e social no processo de produção do espaço.

A feira livre da cidade de Piatã, acontecia até o ano de 2013 no centro da cidade, com infraestrutura deficitária e com pouco espaço. Localizava-se, na avenida Castro Alves, próximo a igreja Matriz, a prefeitura e os principais pontos comerciais da cidade, as ruas estreitas limitava a feira livre, com pouco espaço, as barracas ocupavam um pequeno espaço na área central da cidade, dividindo os espaços com veículos e outros estabelecimentos comerciais. Na imagem 1 é possível observar a antiga feira livre, o seu tamanho e espaço que ocupava, além da sua infraestrutura, é um momento que o tamanho da feira livre e sua localização reflete um momento no tempo histórico da dinâmica econômica e social da cidade.

Imagem 1 – Antiga feira livre de Piatã - 2008.



Autor: Marina Matos – 13/11/2017. https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1546636215382121&id=497062137006206

Em 2013, a feira livre é retirada do centro da cidade e é instalada as margens da rodovia BA-148, em um local organizado e planejado para receber os agricultores e comerciantes do município, como é possível observar na imagem 2. Essa mudança é um evento que indica as transformações na produção do espaço urbano de Piatã, quando um evento tradicional organizado pelo poder público municipal sai de um lugar tradicional e desloca-se para uma área nova e distante demonstra como o Estado pode contribuir para o processo de expansão

urbana e descentralização. Segundo Corrêa (1989, p. 24) “ O Estado atua também na organização espacial da cidade”. A imagem 3 do Google Earth é possível identificar a localização da antiga e da nova feira livre, além de perceber a distância entre elas, também é possível perceber que a substituição de lugar da feira, do centro para as margens da BA-148 é um dos indicativos de expansão dos modos de produção capitalista no espaço urbano.

Imagem 2 – Nova feira livre- 2018.



Autor: Paulo Henrique – 10/06/2018.

<https://www.facebook.com/497062137006206/photos/a.876871642358585/1752150194830721>

Imagem 3 – Localização da feira antiga e da nova feira.



Fonte: Google Earth / Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias.

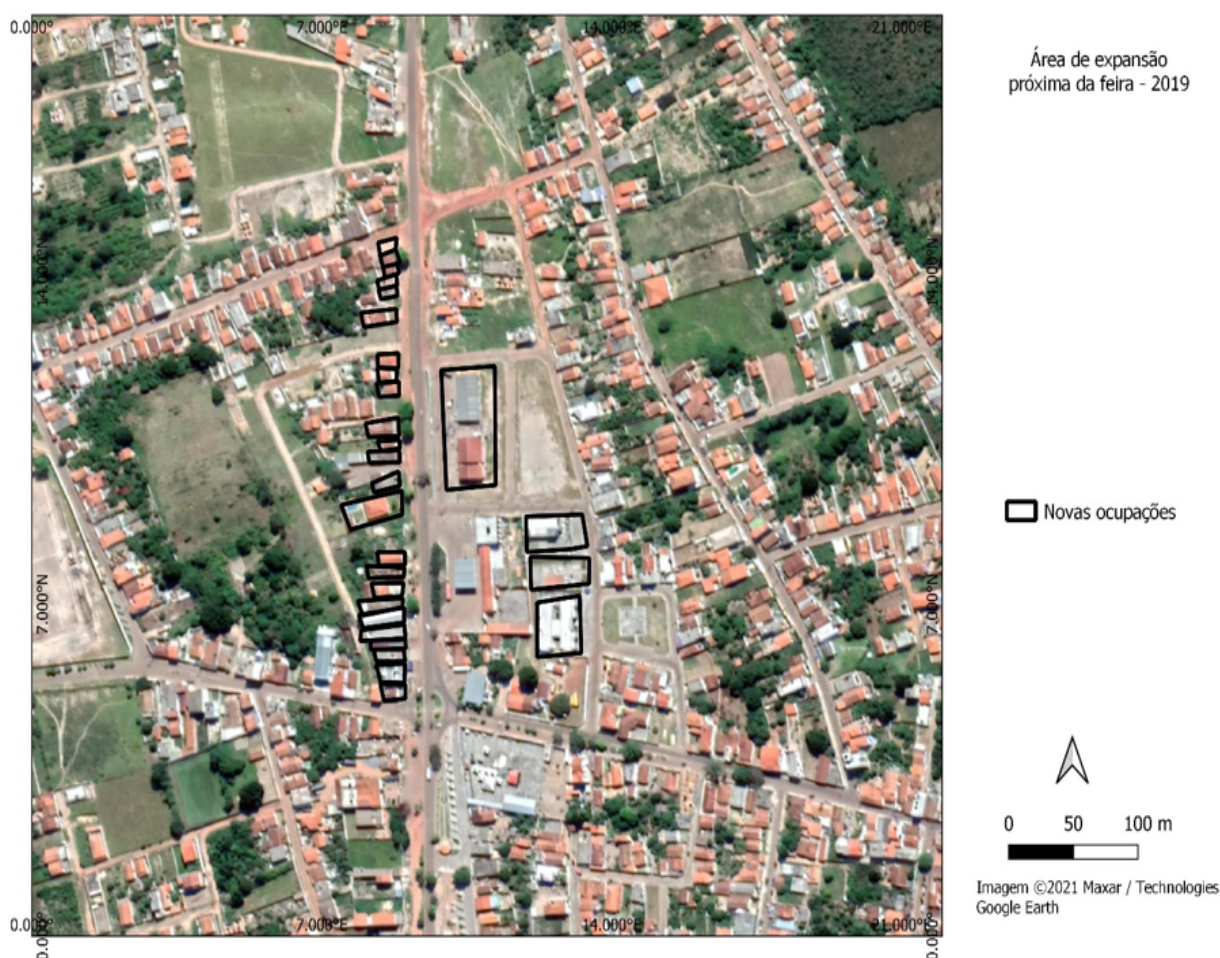
O deslocamento da feira livre para as margens da BA-148, vai criar um novo espaço de produção capitalista com novos pontos comerciais, modificando as formas e o conteúdo desse espaço. Ao comparar as imagens de satélite do Google Earth no de 2013 e 2019 (Imagem 4 e 5) é possível identificar o aumento do adensamento imobiliário, as áreas destacadas em vermelho, são atividade comerciais ou equipamentos públicos com a agência do INSS e a nova creche.

Imagem 4 – Área próxima à feira 2013.



Fonte: Google Earth / Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias.

Imagem 5 – Área próxima à feira 2019.



Fonte: Google Earth / Elaboração: Leonardo Ribeiro Farias.

As análises das imagens demonstram o aumento da intensidade do uso do solo, reduzindo os espaços vazios. Segundo Corrêa (1989, 46) “ A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais [...]”. O processo de descentralização comercial na cidade Piatã é parte do processo de expansão urbana da cidade, quando equipamentos públicos e atividades comerciais deslocam-se para lugares fora do centro demonstra novas dinâmicas da produção capitalista das relações sociais na cidade.

A expansão da área comercial de Piatã para as margens da BA-148 modifica o uso do solo nas proximidades da nova feira livre e dos pontos comerciais,

passa a existir a valorização de terrenos próximos e a construção de novas residências expandindo a mancha urbana ao longo da BA-148. Segundo Ana Fani Carlos,

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (CARLOS, 2019, p.45)

As novas áreas de ocupação próximo à rodovia é a materialização das ações humanas e das necessidades de expansão econômica, a fim de criar novos espaços de modo de produção capitalista, de trabalho e de consumo dos espaços urbanos.

Considerações finais

Portanto, a reprodução do modo de produção capitalista no espaço urbano acontece em cidades de diferentes tamanhos, porém existem variadas escalas nas formas de reprodução dessas relações sociais e econômicas. Uma pequena cidade, atividades comerciais tradicionais como as feiras livres, que atraem pessoas para consumir produtos agrícolas locais e regionais, localizam-se em lugares tradicionais que concentram produtores de diversos lugares.

Na cidade de Piatã-BA, a feira livre que ocorre nas tardes de sexta-feira e nas manhãs dos sábados, é um evento tradicional da cidade que reúne produtores e comerciantes da região. Esse evento é organizado pela prefeitura municipal e desde de 2013 saiu do centro da cidade e foi em direção as margens da BA-148, local distante do centro, com pouca ocupação. A partir da instalação da nova feira, percebe-se um novo movimento comercial em direção a BA-148, são novos bares, restaurantes, casas comerciais, supermercados, serralherias e outros estabelecimentos.

As novas atividades econômicas que surgiram após a instalação da nova feira livre, contribui de certa forma para ocupar novos espaços e expandir a cidade. Acontece em Piatã-BA o processo da descentralização comercial, um novo espaço de consumo que atrai a população. A presença da atividade econômica terciária e o desenvolvimento do lugar contribui para o surgimento de novos lotes e valorização imobiliária dos terrenos próximo à rodovia. Percebe-se então, que as ações do Estado (A construção de um novo e maior espaço para feira livre) e dos agentes econômicos contribuíram para o processo de expansão da área urbana, ocupando as margens da rodovia BA-148.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FERRAZ, A.E. de Q; SANTOS, W. O. **Produção capitalista do espaço e expansão urbana em cidades médias: o caso de Vitória da Conquista**. In: FERRAZ, A.E. de Quadro.; ROCHA, Altermar Rocha (Org). **Produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias: mobilidade e agentes, escalas e processos**. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2018. 176 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 176 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 192 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2020. 80 p. (Coleção Repensando a Geografia).

CAPÍTULO 6

CARACTERÍSTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO: UM OLHAR SOBRE MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Pedro Henrique Espíndola Fernandes

Thiago Maurício de Brito

Weslen Rafael Ferreira

Anielle Gonçalves de Oliveira

Adilson Tadeu Basquerote

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-6

Introdução

O Território do Alto Vale do Itajaí (AVI), localizado na região central do Estado de Santa Catarina, possui características físicas e culturais marcantes, como a forte presença da colonização alemã e italiana, belezas naturais e bons indicadores socioeconômicos. Composta por 28 municípios, que embora em muitos casos, possuam proximidade física, apresentam peculiaridades e disparidades a serem consideradas.

Para este estudo, realizamos um recorte espacial que compreende oito que possuem o setor agropecuário como representativo economicamente. A saber: de Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meireles e Witmarsum. Entre os indicadores analisados encontram-se diferentes elementos que possibilitam o entendimento do setor agropecuário como valor adicionado, Produto Interno Bruto (PIB), estabelecimentos, trabalhadores, principais produtos, agentes financeiros e efetivos da pecuária. Para mais, são apresentados quadros comparativos entre os municípios e a própria evolução interna dos mesmos ao longo dos anos.

Assim, o estudo objetiva comparar e compreender a evolução histórica dos indicadores do setor agropecuário em parte dos municípios do Alto Vale do Itajaí (SC). Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo (CRESWEL, 2010), por meio de análise documental (CELLARD, 2008), com análise de dados por meio de métodos estatísticos.

Este artigo encontra-se organizado seções: a introdução, que norteia brevemente a pesquisa e apresenta o percurso metodológico, o marco teórico, que dá sustentação às temáticas do desenvolvimento, espaço, território e região, o espaço empírico, os resultados e discussões dos dados apresentados, e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

Desenvolvimento, território, espaço e região Como conceitos essenciais

Diferentes autores têm se dedicado a entender o conceito de desenvolvimento, sobretudo, aqueles em que o modelo encontra-se ancorado no território, no espaço e na região. Santos (1978, p.122), entende que “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual

a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Nas palavras do autor:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Nessa perspectiva, entende-se o espaço, como resultado das dinâmicas socioespaciais nele desenvolvidas, à medida que, os arranjos espaciais o definem em conformidade com os interesses e necessidades de cada grupo (SANTOS, 1979). Na mesma direção, Santos (1996), destaca que na compreensão do território é indispensável o entendimento de que o espaço é formado não somente por um conjunto de lugares com uma constituição material. Assim,

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p. 51).

De maneira mais incisiva Haesbaert (2011, p. 54), contribui no entendimento do sentido do território, ao dizer que ele “[...] compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas”. Assim, ele é um agente de desenvolvimento, concebido nos aspectos culturais e na identidade territorial local (DALLABRIDA, 2010).

Para mais, outro elemento essencial na compreensão do espaço, diz respeito ao conceito de região. Por ser dinâmica, ela resulta da conjugação de fatores internos e externos em movimentos de convergência e divergência (SANTOS, 1988). Ela é a instancia entre o global e o local, possibilitando recortes de análise (LENCIONI, 2009).

Espaço, território e região buscam desenvolver-se amplamente, ultrapassando a dimensão econômica e avançando nas questões sociais, culturais, ambientais e políticas (OLIVEIRA, 2002). Ou seja, como afirma Kageyama (2008, p.11) “a complexidade e a multidimensionalidade do desenvolvimento se associam, portanto, à heterogeneidade imposta pelas dotações geográficas e pela ocupação e evolução histórica do território”.

Nessa direção, perspectivas de desenvolvimento regional passam a ser valorizadas e difundidas em diferentes espaços com vistas a valorizar os recursos e potencialidades próprias das regiões, combater as assimetrias regionais, garantir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas (DINIZ ;CROCCO, 2009).

Caracterização histórico-geográfica dos municípios analisados

No município de Dona Emma teve início a colonização no ano de 1919, com o alcance de uma empresa de medição de terras a um dos afluentes do Rio Krauel. Em homenagem à esposa do diretor da empresa, os componentes da equipe denominaram o rio de Dona Emma. Seu primeiro nome oficial foi Vila Konder e em 26 de janeiro de 1934 o povoado virou um distrito, nomeado, Gustavo Richard. Em 1962 ocorreu a emancipação política e por vontade popular, voltou ao nome de Dona Emma. Na cidade encontram-se diversas obras de valor histórico, cultural e arquitetônico, como moinhos, estufas de fumo, a antiga usina elétrica, a represa localizada na Rua Martha Stern e residências, grande parte em estilo enxaimel. O setor mais representativo é o agropecuário (AMAVI, 2021).

O município de Ibirama, que na língua indígena significa ‘terra da fartura’, têm como principais setores econômicos o setor têxtil, metalmecânico e o

turismo de aventura, por contar com rios com várias corredeiras, favoráveis a prática de *rafting*. Sua colonização iniciada em dezembro de 1897, com a chegada de alemães em uma expedição chefiada por Alfred Sellin, que fundou a sede da colônia local, chamando-a de Hamônia. Emancipado em 11 de março de 1934, sendo o nome alterado para Dalbérgia. Em 1943, voltou a chamar-se Ibirama (AMAVI, 2021).

A partir de 1987, o distrito de Scharlach passou a ser explorado por imigrantes alemães. No entanto, somente foi criado o município de José Boiteux em 1.º de janeiro de 1990. De traços culturais diferenciados dos demais municípios da região do Alto Vale do Itajaí, o território se destaca por abrigar uma reserva indígena Duque de Caxias. Seu território abriga a Barragem Norte, a maior barragem de contenção de cheias do Estado. A maior parte de sua renda vem do setor agropecuário, que representa 28,99% do total. O vinho e a cachaça artesanal são produtos coloniais apreciados. Entre os eventos representativos, destacam-se: a Festa do Índio e a Festa do Município (AMAVI, 2021).

A colonização do município de Lontras, ocorreu descendentes de alemães que avançavam pelas margens do Rio Itajaí-açú, nas terras de Hermann Otto Blumenau, por volta de 1850. Oficialmente tornou-se município dia 31 de dezembro de 1961, quando se desmembrou do município de Rio do Sul. Em seu território é possível encontrar inúmeros casarios com características da colonização do Alto Vale do Itajaí, como o Casarão Schroeder. Destaca-se também pelo patrimônio da extinta Estrada de Ferro Santa Catarina, através da antiga Estação Ferroviária. As igrejas Bom Jesus de Iguape, na localidade de Riachuelo e a Igreja da comunidade Pioneiros apresentam forte apelo histórico e religioso. Seu principal setor econômico é o industrial, representando 38,15% do total (AMAVI, 2021).

Neu Zurich foi o primeiro nome do município de Presidente Getúlio, que também foi chamado de Nova Breslau, devido a expressiva imigração suíça em 1904. Majoritariamente, suas propriedades rurais se caracterizam por minifúndios, destacando-se por ter a maior bacia leiteira da região. Como principais setores econômicos, têm-se o comércio e o setor industrial. Entre os eventos de destaque estão a Festa Estadual do Leite, Festa do Motorista, Carnaval de Rua, Festa na Praça e Rodeio Crioulo Estadual (AMAVI, 2021).

O município de Presidente Nereu, colonizado por imigrantes alemães e italianos foi emancipado em 1961 e homenageia o único Presidente da República nascido em Santa Catarina. Sua primeira atividade econômica foi a exploração madeireira da década de 1980 e em seu território, técnicos em mineração descobriram uma jazida de mármore-marfim cuja qualidade é superada apenas pela da mina de Carrara, na Itália (CIASC, 2021). Destaca-se na agropecuária, cultivando fumo, feijão, cebola e milho. Há também a criação de gado de corte, de leite e de suínos (AMAVI, 2021).

Os primeiros imigrantes que chegaram a Vitor Meireles por volta do ano de 1935, denominaram o lugar de Rio Preso, por parecer um lugar preso entre barrancos e matas. Emancipado de Ibirama em 1969, foi também chamado de Alto Rio Dollmann e depois Forcação. Sua colonização realizada por imigrantes italianos, alemães e poloneses, determinaram as características culturais do município. A economia é essencialmente agrícola, com destaque para a produção de mel e queijos. Possui em suas terras a maior reserva de araucárias do País, com mais de 8.000 pinheiros nativos, alguns com mais de 200 anos de idade. Possui a primeira Reserva Federal do Alto Vale do Itajaí (AMAVI, 2021).

Witmarsum foi inicialmente chamado de Nova África, já que seus desbravadores alemães, que chegaram em meados de 1924, combateram na primeira Guerra Mundial em áreas do Continente Africano. Em 1930, um expres-

sivo número de russos, se instalaram no local, e batizaram a terra com o nome de Witmarsum. Em 1962 obteve emancipação política, sendo seu aniversário comemorado em 15 de junho. A economia baseia-se na agricultura, pecuária de leite, artefatos de madeira, têxtil, móveis e olarias. A maioria das famílias trabalha em minifúndios (AMAVI, 2021).

O setor primário nos municípios selecionados

Nesta sessão, apresenta-se os dados levantados acerca do setor primário dos municípios de Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meireles e Witmarsum, base nos dados apresentados pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O primeiro indicador a ser apresentado e analisado é o valor adicionado total e o corresponde ao setor da agropecuária, referente aos períodos de 2010, 2014 e 2018, nos municípios selecionados, como observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Valor Adicionado Total, Valor Adicionado da Agropecuária, % do total que corresponde ao Agropecuário.

Município	Ano	Valor Adicionado Total (xR\$1000,00)	Valor Adicionado da Agropecuária (xR\$1000,00)	% do total que corresponde ao agropecuário
Dona Emma	2010	47.639,00	14.710,00	31%
	2014	79.037,96	16.899,22	21%
	2018	106.118,38	18.910,17	18%
Ibirama	2010	242.599,00	13.585,00	6%
	2014	343.743,81	16.952,16	5%
	2018	399.814,41	17.160,88	4%

Lontras	2010	122.849,00	22.071,00	18%
	2014	214.775,07	26.213,00	12%
	2018	290.650,23	22.804,81	8%
José Boiteux	2010	63.628,00	22.308,00	35%
	2014	77.665,31	23.494,59	30%
	2018	97.287,28	26.360,25	27%
Presidente Getúlio	2010	268.773,00	40.674,00	15%
	2014	454.913,81	42.071,51	9%
	2018	647.729,82	48.051,68	7%
Presidente Nereu	2010	31.303,00	16.350,00	52%
	2014	44.130,78	18.423,66	42%
	2018	50.995,07	18.422,50	36%
Vitor Meireles	2010	67.982,00	35.652,00	52%
	2014	88.235,27	31.734,40	36%
	2018	111.817,83	37.402,85	33%
Witmarsum	2010	62.713,00	26.527,00	42%
	2014	90.909,21	29.831,69	33%
	2018	121.270,26	27.622,86	23%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

Ao se observar o quadro de valor adicionado dos municípios em tela, notam-se alguns padrões. O primeiro deles, é o crescimento constante do valor adicionado total desde o ano de 2010 até o ano de 2018, em todos os municípios. Já para o tocante da evolução do valor adicionado, embora tenha apresentado alta em quase todos os municípios, em Lontras, Presidente Nereu e Witmarsum, observa-se queda sensível, principalmente no período compreendido entre os anos de 2014 e 2018.

Para mais, evidenciou-se queda da representatividade do valor adicionado da agricultura no valor adicionado total em todos os municípios analisados. Nesse sentido, apresentam-se como destaques, os municípios de Presidente Nereu e Vitor Meireles, ambos com quedas próximas a 20 pontos percentuais entre 2010 e 2018.

Ainda sobre a representatividade do valor adicionado do setor agropecuário, em 2010 os municípios com as maiores porcentagens em relação ao valor adicionado total foram Presidente Nereu e Vitor Meireles, com 52% e Witmarsum com 42%. Em 2014 continuaram sendo os mesmos, porém Presidente Nereu contou com 42%, Vitor Meireles com 36 % e Witmarsum com 33%. No entanto, no ano de 2018 houve alteração na ordem percentual dos municípios, passando Presidente Nereu a contar com 36%, Vitor Meireles com 33% e José Boiteux com 27%.

Em contrapartida, onde o valor adicionado da agropecuária possui a menor representatividade dentro do valor agregado total para o ano de 2010, destacaram-se os municípios de Ibirama, com 6%, Presidente Getúlio com 15% e Lontras com 18%. Tal tendência manteve-se no período compreendido entre os anos de 2014 e 2018, com gradativas diminuições.

Produto interno bruto

Outro indicador importante na compreensão da importância do setor primário na área de estudo é a participação do mesmo na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, o Quadro 2 apresenta os quantitativos desse indicador, no que concerne ao total do município, o valor correspondente ao setor agropecuário e a representação percentual desse setor em relação ao total do PIB.

Quadro 2 - PIB Total, PIB do setor Agropecuário, % do total que corresponde ao Agropecuário nos municípios analisados.

Município	Ano	PIB Total (xR\$1000,00)	PIB do setor Agropecuário (xR\$1000,00)	% do total que corresponde ao agropecuário
Dona Emma	2010	50.370,27	11.345,51	22,52%
	2013	70.484,31	16.963,38	24,07%
	2015	82.151,09	14.826,27	18,05%
Ibirama	2010	269.202,62	10.991,23	4,08%
	2013	344.581,70	15.191,52	4,41%
	2015	382.419,89	15.782,18	4,13%
Lontras	2010	133.035,54	21.718,12	16,33%
	2013	203.323,51	27.142,80	13,35%
	2015	237.288,54	24.635,96	10,38%
José Boiteux	2010	69.613,54	20.253,18	29,09%
	2013	80.304,57	23.468,04	29,22%
	2015	87.753,15	25.437,93	28,99%
Presidente Getúlio	2010	294.793,44	32.107,36	10,89%
	2013	357.778,38	40.380,19	11,29%
	2015	498.648,35	41.223,45	8,27%
Presidente Nereu	2010	32.089,34	14.529,14	45,28%
	2013	42.621,01	18.040,43	42,33%
	2015	44.742,37	16.093,64	35,97%
Vitor Meireles	2010	70.884,62	30.398,69	42,88%
	2013	83.634,66	30.356,97	36,30%
	2015	94.360,65	31.747,76	33,65%
Witmarsum	2010	66.342,25	22.441,04	33,83%
	2013	84.680,44	27.270,64	32,20%
	2015	95.922,59	26.567,33	27,70%

Fonte: SIDEMS (2022).

Com base nos dados apresentados, evidencia-se que há uma tendência de evolução do PIB dos municípios e que os mesmos, aproximam-se da evolução do valor agregado. Nesse sentido, o PIB total de todos os municípios cresceu no período compreendido entre 2010 e 2015. No entanto, identificou-se que o PIB do setor agropecuário apresentou queda entre os anos de 2013 e 2015 nos municípios de Dona Emma, Lontras, Presidente Nereu e Witmarsum. Assim, mesma tendência de queda da representatividade do setor agropecuário vista no valor agregado, e evidenciada com o PIB.

Com efeito, os municípios de Presidente Nereu, Vitor Meireles e Witmarsum reforçam a importância do setor agropecuário em suas economias. Seguindo a tendência do valor agregado, esses são os municípios com a maior representatividade do setor na composição do PIB. Apenas no ano de 2015, houve mudança na ordem dos valores percentuais totais, em que o município de José Boiteux obteve a terceira colocação. De forma oposta, os municípios de Ibirama, Presidente Getúlio e Lontras permanecem como aqueles em que o setor agropecuário possui a menor representatividade nos valores totais.

Estabelecimentos agropecuários

No tocante ao entendimento da importância do setor agropecuário, faz-se necessário identificar a quantidade de estabelecimentos agropecuários da área de estudo em relação a composição total do território. Nesse sentido, o Quadro 3 apresenta a quantidade de estabelecimentos agropecuários em relação a área total dos municípios no período compreendido entre os anos de 2006 a 2017.

Quadro 3 - Número de estabelecimentos Agropecuários, Área dos Estabelecimentos Agropecuários, Percentual da área em relação à área total.

Município	Período	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	% da área total do município	Área total do município (hectares)
Dona Emma	2006	406	9.317	51,47%	18.102
	2017	440	11.302	62,44%	
	Variação	8,37%	21,31%		
Ibirama	2006	339	8.730	35,39%	24.671
	2017	596	14.699	59,58%	
	Variação	75,81%	68,37%		
José Boiteux	2006	595	16.253	40,08%	40.552
	2017	605	14.572	35,93%	
	Variação	1,68%	-10,34%		
Presidente Getúlio	2006	925	20.729	70,11%	29.565
	2017	1.019	20.924	70,77%	
	Variação	10,16%	0,94%		
Presidente Nereu	2006	388	13.261	59,02%	22.467
	2017	364	14.653	65,22%	
	Variação	-6,19%	10,50%		
Vitor Meireles	2006	908	21.219	57,11%	37.156
	2017	793	22.177	59,69%	
	Variação	-12,67%	4,51%		
Witmarsum	2006	580	12.049	79,90%	15.080
	2017	645	11.955	79,28%	
	Variação	11,21%	-0,78%		
Lontras	2006	530	11.331	44,05%	25.722
	2017	500	13.568	52,75%	
	Variação	-5,66%	19,74%		
Total da Região	2006	4.671	112.889	52,92%	213.314
	2017	4.962	123.850	58,06%	
	Variação	6,23%	9,71%		

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

A análise da tabela, nos permite inferir que o número de estabelecimentos agropecuários da área de análise, apresentou alta de 6,23% em 2017, em relação ao ano de 2006. Para mais, evidenciou-se que Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Presidente Getúlio e Witmarsum foram os municípios que apresentaram aumento, com destaque para Ibirama, com 75,81%. Os demais municípios apresentaram queda, em especial, Vitor Meireles com 12,67%.

Quanto à área dos estabelecimentos em relação à área total da região, houve um aumento de 9,71% de 2006 para o ano de 2017, sendo novamente destaque o município de Ibirama, com alta de 68,47%. Apenas os municípios de José Boiteux e Witmarsum apresentaram queda, sobretudo, José Boiteux com 10,34%. Ainda sobre os percentuais de área dos estabelecimentos em relação a área total de cada município, os que apresentaram maior representatividade em 2017 foram os municípios de Witmarsum (79,28%) e Presidente Getúlio (70,77%), seguidos de Presidente Nereu (65,22%) e Dona Emma (62,44%).

Pessoal ocupado

Além da quantidade de estabelecimentos agropecuários, o estudo identificou o pessoal ocupado, a quantidade de pessoas ocupadas por esses estabelecimentos, bem como a divisão das mesmas por laço, ou não de parentesco. Para a comparação foram apresentados novamente dados de 2006 e 2017 no Quadro 4.

Quadro 4 - Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado, por tipo de pessoal ocupado.

Município	Período	Nº de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	% da área total do município	Área total do município (hectares)
Dona Emma	2006	406	9.317	51,47%	18.102
	2017	440	11.302	62,44%	
	Variação	8,37%	21,31%		
Ibirama	2006	339	8.730	35,39%	24.671
	2017	596	14.699	59,58%	
	Variação	75,81%	68,37%		
José Boiteux	2006	595	16.253	40,08%	40.552
	2017	605	14.572	35,93%	
	Variação	1,68%	-10,34%		
Presidente Getúlio	2006	925	20.729	70,11%	29.565
	2017	1.019	20.924	70,77%	
	Variação	10,16%	0,94%		
Presidente Nereu	2006	388	13.261	59,02%	22.467
	2017	364	14.653	65,22%	
	Variação	-6,19%	10,50%		
Vitor Meireles	2006	908	21.219	57,11%	37.156
	2017	793	22.177	59,69%	
	Variação	-12,67%	4,51%		
Witmarsum	2006	580	12.049	79,90%	15.080
	2017	645	11.955	79,28%	
	Variação	11,21%	-0,78%		
Lontras	2006	530	11.331	44,05%	25.722
	2017	500	13.568	52,75%	
	Variação	-5,66%	19,74%		
Total da Região	2006	4.671	112.889	52,92%	213.314
	2017	4.962	123.850	58,06%	
	Variação	6,23%	9,71%		

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

A quantidade de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários na área de estudo apresentou uma considerável queda entre os anos de 2006 e 2017, totalizando 8,46%. Nesse sentido, a maior queda em termos percentuais foi evidenciada no município de Vitor Meireles (32,04%), seguido de Witmarsum (25,66%). Também em níveis percentuais, os municípios com aumento foram apenas Ibirama (39,87%) e Dona Emma (19,81%).

De modo geral, em todos os municípios, em ambos os períodos a maior parcela das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários possuem laço de parentesco. Nessa perspectiva, os dados mais representativos foram evidenciados nos municípios de Dona Emma, Ibirama e Lontras. Já o município de Iborama destacou-se pelo maior percentual de queda (3,55%)

No que concerne a minoria do pessoal ocupado (sem laço de parentesco com o produtor) apresentou forte queda (40,06%) de 2006 para 2017, sendo liderada por Witmarsum (76,63%), Lontras (70,82%) e Ibirama (58,26%). De maneira oposta, apenas os municípios de Dona Emma (37,96%) e Presidente Nereu (5,29%) apresentaram elevação no contingente total.

Principais produtos

Além da análise do PIB, dos estabelecimentos agropecuários e do pessoal ocupado, destacamos também os cinco principais produtos da lavoura temporária no que concerne a quantidade produzida e na área colhida no período de 2006, e 2017, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 - Principais Produtos Lavoura temporária, quantidade produzida e área colhida.

Município	Produtos (2006)				
Dona Emma	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar	Mandioca
Produção (toneladas)	3219	1304	1305	333	281
Área colhida (hectares)	155	423	630	4	33
Ibirama	Milho em forrageiro	Milho em grão	Cana-de-Açúcar	Forrageiras para corte	Mandioca
Produção (toneladas)	1453	504	47	358	119
Área colhida (hectares)	107	257	4	19	14
José Boiteux	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Mandioca	Feijão de cor em grão
Produção (toneladas)	2331	1442	2345	8	1
Área colhida (hectares)	164	485	1096	7	1
Presidente Getúlio	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar	Arroz em Casca
Produção (toneladas)	3110	2527	1464	140	579
Área colhida (hectares)	175	601	875	2	57

Presidente Nereu	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Mandioca	Feijão de cor em grão
Produção (toneladas)	555	1449	2004	70	29
Área colhida (hectares)	57	550	1065	11	33
Vitor Meireles	Milho em grão	Fumo em folha seca	Milho em forrageiro	Mandioca	Cana-de-Açúcar
Produção (toneladas)	4270	4972	2670	388	85
Área colhida (hectares)	1630	2422	176	145	4
Witmarsum	Milho em forrageiro	Milho em grão	Cana-de-Açúcar	Fumo em folha seca	Mandioca
Produção (toneladas)	1379	530	47	7175	130
Área colhida (hectares)	524	524	8	978	23
Lontras	Milho em grão	Milho em forrageiro	Mandioca	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar
Produção (toneladas)	10171	674	5710	1270	46
Área colhida (hectares)	2175	29	260	691	7

Município	Produtos (2017)				
Dona Emma	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar	Mandioca
Produção (toneladas)	5890	2694	689	270	233
Área colhida (hectares)	186	499	349	10	20
Ibirama	Milho em forrageiro	Milho em grão	Cana-de-Açúcar	Forrageiras para corte	Mandioca
Produção (toneladas)	1605	1088	742	454	378
Área colhida (hectares)	62	301	16	26	51
José Boiteux	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Mandioca	Cana-de-Açúcar
Produção (toneladas)	4127	2241	1778	327	196
Área colhida (hectares)	174	558	558	28	6
Presidente Getúlio	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar	Arroz em Casca
Produção (toneladas)	8282	7376	1680	735	594
Área colhida (hectares)	259	1156	749	13	57

Presidente Nereu	Milho em forrageiro	Milho em grão	Fumo em folha seca	Mandioca	Feijão de cor em grão
Produção (toneladas)	3173	2132	1476	387	54
Área colhida (hectares)	111	535	702	42	63
Vitor Meireles	Milho em grão	Fumo em folha seca	Milho em forrageiro	Mandioca	Cana-de-Açúcar
Produção (toneladas)	7599	3205	1454	734	218
Área colhida (hectares)	1512	1568	36	57	4
Witmarsum	Milho em forrageiro	Milho em grão	Cana-de-Açúcar	Fumo em folha seca	Mandioca
Produção (toneladas)	5632	2508	1266	937	163
Área colhida (hectares)	187	507	15	438	12
Lontras	Milho em grão	Milho em forrageiro	Mandioca	Fumo em folha seca	Cana-de-Açúcar
Produção (toneladas)	2965	2229	765	575	458
Área colhida (hectares)	535	70	65	250	14

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

Da análise do quadro, entende-se que segundo o IBGE, os principais produtos de destaque nos municípios analisados são o milho em forrageiro, milho em grão, fumo em folha seca, cana-de-açúcar, mandioca, forrageiras de corte, feijão de cor em grão e arroz em casca. De forma mais específica, é possível identificar por município quais produtos recebem maior destaque no setor produtivo no período compreendido.

Agentes financeiros

Os agentes financeiros podem contribuir para o desenvolvimento da atividade agrícola de um território. Nesse sentido, O Quadro 6 apresenta os estabelecimentos agropecuários por agente financeiro responsável pelos financiamentos em todos os municípios que compreende a região estudo nos anos de 2006 e 2017.

Quadro 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por agente financeiro responsável pelo financiamento.

Município	Período	Total de estabelecimentos	Bancos	Cooperativas	Outros
Dona Emma	2006	154	66	84	11
	2017	147	74	90	1
	Variação	-4,55%	12,12%	7,14%	-90,91%
Ibirama	2006	44	33	1	11
	2017	91	49	47	3
	Variação	106,82%	48,48%	4600,00%	-72,73%
José Boiteux	2006	184	179	1	153
	2017	138	69	18	107
	Variação	-25,00%	-61,45%	1700,00%	-30,07%
Lontras	2006	95	81	6	21
	2017	103	76	36	1
	Variação	8,42%	-6,17%	500,00%	-95,24%

Presidente Getúlio	2006	318	275	50	115
	2017	88	44	40	7
	Variação	-72,33%	-84,00%	-20,00%	-93,91%
Presidente Nereu	2006	106	75	16	27
	2017	88	44	40	7
	Variação	-16,98%	-41,33%	150,00%	-74,07%
Vitor Meireles	2006	401	329	75	91
	2017	304	235	221	8
	Variação	-24,19%	-28,57%	194,67%	-91,21%
Witmarsum	2006	283	169	119	140
	2017	261	132	184	-
	Variação	-7,77%	-21,89%	54,62%	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

Observa-se que os principais agentes financeiros responsáveis pelo financiamento dos estabelecimentos agropecuários na região de estudo foram os bancos e sobretudo, as cooperativas de crédito. Além disso, outras instituições compõem este papel, como governo, comerciantes de matérias primas, fornecedores de insumos e/ou equipamentos, empresa integradora, outras instituições financeiras, ONGs, parentes ou amigos, entre outros.

Efetivos da pecuária

Os estabelecimentos agrícolas são responsáveis por desenvolver a atividade econômica da pecuária que se volta para a criação de animais. Nela são evidenciados a principalmente a obtenção de alimentos e insumos. O Quadro 7 apresenta os principais efetivos por espécie da pecuária, o número de cabeças no período de 2006 e 2017.

Quadro 7 - efetivos por espécie da pecuária, o número de cabeças no período de 2006 e 2017.

Município	Ano	Bovinos	Suínos	Galináceos	Outras aves
Dona Emma	2006	7005	6353	9177	X
	2017	6562	14973	11139	X
Ibirama	2006	2934	2970	10769	3136
	2017	3312	3952	12442	3219
José Boiteux	2006	2649	1503	9427	X
	2017	3119	3554	14696	X
Lontras	2006	6234	1714	15408	X
	2017	5980	3923	24026	X
Presidente Getúlio	2006	15402	34738	24130	X
	2017	16664	65864	25668	X
Presidente Nereu	2006	5175	15842	13290	X
	2017	6020	6636	13624	X
Vitor Meireles	2006	6418	8315	28592	X
	2017	6903	8192	28193	X
Witmarsum	2006	8238	7969	13564	X
	2017	8826	23612	15191	X

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

De modo geral, torna-se perceptível que em número de cabeças, a produção de galináceos (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) se destaca na área de estudo. Em seguida, há o destaque da produção de suínos.

Considerações finais

O setor agropecuário nos municípios analisados, apresentam dados que os colocam como singulares e passível de serem estudados. Assim, evidenciou-se que do valor adicionado dessa atividade, na maior parcela dos municípios apresentou aumento. No entanto, o acréscimo foi mais sensível quanto a produção bruta e menos significativo no tocante do percentual do valor adicionado agropecuária em relação ao valor total do município. De igual maneira, constatou-se similitude em relação ao entre PIB e agronegócio na região que mostra a certa estagnação do setor em produção bruta.

No que concerne aos estabelecimentos agropecuários, atestou-se sutil aumento de cerca de 6,23% na área de estudo. Porém, ao considerar a quantidade de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, constatou-se considerável queda, sobretudo em pessoas que não tem nenhum vínculo de parentesco. Tal contatação denota a presença de expressivo êxodo rural e que futuramente pode comprometer a sucessão familiar da propriedade.

Para mais, verificou-se a ascensão das cooperativas de crédito como principal agente financeiro desses estabelecimentos, e significativa queda da importância dos bancos. Nesse sentido, a região segue a tendência de estadual de fortalecimento das cooperativas de créditos que estão cada vez mais presentes nos municípios do AVI.

Ademias, identificou-se alterações na composição total dos efetivos por espécie da pecuária na região, que se destaca a produção de galinhas e nos últimos anos apresenta considerável ascensão da produção de suínos, possivelmente pela presença cada vez mais expressiva das empresas frigoríficas e agroindústrias na região.

Por fim, destaca-se a necessidade de estudos futuros que possam aprofundar as temáticas desse estudo, bem como elucidar questões até então não evidenciadas, como as causas que levaram à estagnação/diminuição do setor agropecuário na região em detrimento a outros setores. Além disso, destaca-se a necessidade de compreensão sobre o papel das políticas públicas na promoção ou não de condições para o pleno desenvolvimento dessa atividade tão importante para estes municípios de modo a trazer não somente valores mais expressivos, mas também uma melhor qualidade de vida para sua gente.

Referências

AMAVI. **Municípios Associados**. Disponível em: <[http://www.amavi.org.br/perfil municipal](http://www.amavi.org.br/perfil_municipal)>. Acesso em 30 jun. 2021.

CIASC. **Municípios**. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DINIZ, C.C; CROCCO, M.A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria no Brasil. **Nova Economia**, v.6 n.1, p. 77-103, 1996.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. BECKER, Berta, k. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed. 2011. p. 43-72.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/atalanta/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, 2002, p. 37-48, maio/ago.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIDEMS. **Banco Indicadores**. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2021>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CAPÍTULO 7

SER TERRITÓRIO, SER SERTÃO, AFEIÇÃO E PERTENÇA

Ivana Lima e Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-021-7

Cantar, só, não fazia mal, não era pecado. As estradas cantam. E ele achava muitas coisas bonitas, e tudo era mesmo bonito, como são todas as coisas, nos caminhos do sertão.

Guimarães Rosa

Introdução

A expansão territorial brasileira, suscita o reconhecimento do Sertão. Trazendo assim uma amplitude de ideias para muito compreendê-lo. Pois a denominação guarda em si, uma abrangência de significados, por vezes ofuscados da representação que o mesmo comporta. Na designação básica do dicionário, refere-se às áreas interioranas, distantes do litoral. Portanto existe uma abrangência de atribuições que ao longo do tempo foram aparecendo, seja de forma espontânea ou formal. Percebe-se hoje a evocação do sertão, em músicas, na literatura, no cinema, nas artes plásticas e demais expressividades culturais e artísticas. Fazendo crer que o “Sertão”, guarda os seus “mistérios”. O auge

da sua designação e propagação no Brasil, ocorreu no período da colonização brasileira, realizada pelos portugueses. Em considerações específicas, o estudo será extensivo e servirá de bases referenciais para a ampliação do estudo, a partir de posterior pesquisa sobre a ocupação do território e a identidade sertaneja referentes as áreas dos municípios de Anagé e Caraíbas.

Objetivo geral

Analisar a expansão territorial brasileira, através da ocupação das áreas interioranas, consideradas como sertão.

Objetivos específicos

Compreender o território, através das suas distinções e referências espaciais, constituídos como lugar;

Analisar as atividades agropecuárias e as suas transformações ocorridas entre o período de 1940 a 2020.

Verificar a identidade cultural dos moradores locais, através das atividades de trabalho, expressões culturais e modo de vida.

Conhecer as políticas públicas empregadas, em favorecimento do desenvolvimento e expansão territorial do município de Anagé e Caraíbas.

Analisar a importância dos textos literários e as suas proposições sobre os estudos do território e sertão.

Metodologia

A produção do artigo, é proveniente de estudos bibliográficos, os quais também fazem parte da temática de estudo do mestrado em curso, entre o período de 2021 a 2023. Posteriormente serão realizados o registro da história

oral, de forma dialógica investigativa (o entrevistador realizará entrevistas, as quais serão registradas em forma de texto, áudio e vídeo.). Com o propósito de registrar as memórias individuais e coletivas dos moradores e representantes de instituições, que mantiveram e mantêm vínculos com as áreas rurais em estudo.

Desenvolvimento

As compreensões iniciais sobre o Brasil, estarão associadas ao reconhecimento territorial do mesmo, entrando em cena a utilização da identificação nominal de sertão. No contexto da colonização, estão referenciadas como algo desconhecido, que necessita ser desvendado. Sendo assim a expansão territorial do Brasil, em busca do sertão, será empreendida, na busca de riquezas naturais e minerais, que atenda aos interesses econômicos do rei colonizador. A exploração destas áreas interioranas, irão ocorrer de forma concomitante à sua ocupação, provenientes de atividades econômicas desenvolvidas, a exemplo :a pecuária e a mineração. A busca pelo sertão das riquezas naturais, favorecerá o seu reconhecimento. Neste contexto, Rego (2016), ilustra a perspectiva do colonizador português:

Os mapas daquele tempo pautavam-se dessa forma por uma geografia imaginária caracterizada por um vocabulário bárbaro que representava os habitantes e as maravilhas daqueles sertões, com a descrição dos seus costumes e hábitos. E não se esqueça que, muitas vezes, a própria realidade das coisas deixava muito aquém os sonhos imaginosos dos mais arrojados aventureiros.(Rego, 2016 p.43)

O intento da colonização, perpassa por algo fantasioso e pouco conhecido. As descrições do que se conhece e imagina, foram projetadas para mapas a partir de descrições, realizadas pelo desbravador. E assim terras desconhecidas são revelados, povos nativos menosprezados e aos poucos, o que consideram como interioridade territorial, o sertão, vai sendo percebido. Vejamos o que nos afirma o autor:

“Os sertanistas deixaram relatos orais ou escritos, roteiros de viagem, verdadeiros mapas mentais, que permitiam aos seus sucessores encontrarem seu caminho sertão adentro. Esses roteiros faziam parte dos testamentos ou foram recolhidos, no século XVIII, da tradição oral”. (Rego, 2016 p. 55).

Certifica-se que as narrativas constituem uma importante fonte de informação. Os seus registros possibilitaram encontrar caminhos na imensidade territorial do Brasil. Caminhos estes trilhados e também já habitados pelos povos nativos, os quais foram subjulgados pela audácia do sertanista. De acordo com Rego (2016), temos:

Dos dois lados do Atlântico, os caminhos do sertão, fossem eles terrestres ou fluviais, eram buscados e percorridos por homens que se pautavam por essa geografia imaginária, a qual cada vez mais dava passo a um maior conhecimento empírico do terreno. Nesse processo não faltava a visão estratégica, como no caso do “caminho do

Brasil”, em terras americanas, e no “caminho da costa à contracosta”, em terras de África. O moto e a razão principal, entretanto, eram a busca de riquezas, ou a garantia

da sobrevivência. Foi assim que se foi conformando, aos poucos, a expansão territorial

e a conquista dos sertões, com sucesso muito maior na América do que na África Portuguesa, em um contexto de interdependência entre a iniciativa oficial e a privada.

(Rego 2016, p. 49).

O reconhecimento do sertão, ocorre pelas vias da geografia imaginária, que aos poucos vai se consolidando em informações mais precisas. É um processo que também ocorre em outras terras, a exemplo no continente Africano. A busca pelo desconhecido, pelos novos territórios, pelo “sertão”, é empreendida por motivações de aquisição de riquezas, prestígio e a consagração heroica de quem a estes feitos se submetia. Seguindo para mais uma vertente interpretativa, parafraseando Antônio Carlos Robert de Moraes, Rego (2016), apresenta:

Antônio Carlos Robert de Moraes nota, com acerto, “que é no apetite territorial de certas sociedades europeias que devemos buscar o móvel primeiro da expansão marítima”, e que é “na capacidade plástica de se apropriar de

lugares os mais diversos e moldá-los segundo seus interesses que se pode avaliar o êxito ou fracasso dos vários empreendimentos coloniais”²⁷. É o caso dos portugueses, na América e na África, e da conquista dos sertões. Estes foram conquistados aos poucos, e com base num conhecimento crescente, que sempre se caracterizou pela tensão entre o mito e a realidade. Com efeito, desde a Idade Média relatos como os de Marco Polo, Mandeville e outros se caracterizavam pela mistura entre informações verídicas sobre regiões até então desconhecidas, e fábulas, o que, se encantava o público, contribuía pouco para alargar os conhecimentos geográficos e a representação gráfica de novos espaços. (REGO 2016 p.49 APUD MORAES).

Nesta abordagem, é evidenciado o caráter mitológico que esteve presente no processo das grandes navegações europeias e no processo de colonização empreendidas pelos mesmos. O imaginário permeado de fantasias, fazia parte de um contexto de verdadeiras aventuras em busca de novas terras. Em específico ao Brasil, os portugueses, imbuídos desta concepção, aventuram-se em áreas mais interioranas, motivados pelas buscas de riquezas minerais e uma diversidade de produtos que pudessem proporcionar aos mesmos o acúmulo de bens materiais. A busca pelas “drogas do sertão”, referenciada aos produtos naturais da região norte do Brasil, insere-se neste itinerário do “desbravamento”. A atuação dos bandeirantes, permeada de dificuldades para o reconhecimento territorial do Brasil, acontece neste contexto. Situado no tempo histórico do Brasil entre os séculos XVII e XVIII, ao que nos informa Correa (1987):

Segundo Ferreira Reis(39), Portugal ao perder os mercados produtores de especiarias do Oriente, organiza, a partir de 1655, um esquema destinado à procura, coleta e comércio de especiarias, as quais foram denominadas, por eles, de “drogas do sertão”. Eram produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos, em uso farmacêutico, enfeites e como material de construção: cacau, cravo, canela, salsaparrilha, madeiras e manteiga de peixe, entre outros. No período que se estende da metade do Século XVII ao final da primeira metade do Século XVIII, esse esquema estava baseado numa organização apoiada em fortíns, aldeias missionárias e na mão-de-obra indígena. (Correa, 1987 p. 44 e 45).

.... Os índios aldeados, sob o hábil controle dos missionários, não apenas cultivavam para subsistência, como, também, percorriam sistematicamente os vales visando à obtenção de “drogas do sertão”, A produção colhida era

encaminhada para Belém e de lá exportada para Lisboa. Os beneficiários dessa exportação eram as ordens religiosas. Desse modo, a burguesia e o Estado português, bem como os grupos comerciais ingleses que, através de acordos entre a Inglaterra e Portugal, controlavam o comércio ultramarino português (16) pouco se beneficiavam desse comércio. Sobre o assunto comenta Nunes Dias (14), referindo-se aos jesuítas: “Depois de colhidas pelos índios, nas matas, as «drogas do sertão» eram armazenadas nos próprios empórios dos jesuítas, de onde eram embarcadas para o Reino quando se oferecia oportunidade. Recebiam, outrossim, como forma de pagamento, certas mercadorias européias com inteira isenção de impostos, por serem em benefício das missões, conforme declaravam”. (Correa, 1987 p. 44 e 45).

É enfatizado nesta abordagem a diversidade de especiarias que atraíam o interesse dos mercados europeus.. Como também a participação dos indígenas, que na condição de trabalhadores coordenados pelos jesuítas, realizam produções agrícolas, destinadas a sobrevivência do seu “povo”, etnia. São também os responsáveis pela extração dos produtos naturais destinados à exportação, as conhecidas “drogas do sertão”. De acordo com o autor, Correa, é a partir das atividades extrativistas, construções de fortins (organizados pelos Jesuítas), que o território brasileiro, vai também sendo construído. A participação dos indígenas é de significativa importância. É desmistificado também a ideia de que os indígenas não se submetiam as ordens e imposições. A presença dos Jesuítas, com o trabalho missionário, irá agregar os índios nos fortins (fortes), sendo assim serão instruídos religiosamente e culturalmente. O que possibilitará aos mesmos à obediência e ao trabalho extrativista. Formam assim uma mão de obra, conhecedora dos caminhos e especificidades naturais, que muito favorecerá aos religiosos, nos negócios de exportação realizados com a Europa.

A princípio, foi apresentado um entendimento do sertão pelo viés do contexto da colonização, da expansão territorial, como também mencionado anteriormente as variadas representações que ao termo é atribuído. Sendo assim seguiremos nesta abordagem, apresentando considerações que nos permitam ampliar compreensões. Seguindo bases teóricas de Arruda (2000), permaneceu

entre os séculos XIX , XX e ainda na contemporaneidade a forte influência da utilização dos elementos naturais para se caracterizar o Brasil. “ A natureza, entendida como floresta tropical, pampas ou caatingas, foi muitas vezes vista como “sertões”. Falar de “sertões” significa, entre outras coisas, dialogar com os significados atribuídos à natureza na construção de identidades e memórias.”

O que permite considerar:

“A dificuldade em estabelecermos limites temporais na análise pode ser percebida na própria amplitude que o termo “sertão” assumiu na sociedade brasileira, tanto temporal como espacialmente. A utilização da ideia de sertão para definir ou caracterizar determinadas regiões no Brasil é bastante antiga, datando dos tempos coloniais. Sua recorrência e permanência no imaginário da sociedade brasileira ao mesmo tempo que remete à natureza como base das identidades e construção de uma memória nacional, exige uma atenção sobre os seus significados no século XIX.” (Arruda, 2000, p.18)

Seguindo a ordem das reflexões apresentadas pelo autor anteriormente citado, com a proclamação da República, existirá o “esforço de atualizar o Brasil”, de exercer o reconhecimento territorial. Ao que menciona:

“Esta atualização corresponde às transformações ocorridas nos significados atribuídos ao “sertão”. Uma das questões que passou a ser objeto de preocupação dos novos detentores do poder foi o problema da integridade do território nacional. Abriu-se novamente o debate sobre a necessidade de ocupar o espaço territorial da nação e sobre o que fazer com seus moradores, os povos indígenas e os chamados sertanejos”. (Arruda, 2000, p. 18):

Apresenta-se assim as preocupações decorrentes de se ocupar os “terrenos pouco explorados” ou” terrenos ocupados por Índios”, o que simbolizará na época, como ação que proporcionará o progresso, assim também como necessário para a integridade nacional. O surgimento das cidades e a consequente industrialização, servirão de parâmetros para se analisar o país, entre as áreas ocupadas (pelas cidades) e as menos povoadas. Trazendo à tona a disparidade entre o urbano como “civilizado” e progressista e o rural como incivilizado.

Figura 01 Tatarena



Fonte: Thâmara Jaísa 2021

Emerge assim uma necessária atribuição ao processo com que é evidenciado a ocupação territorial do Brasil. Em se tratando do “sertão” ou “sertões”, é certo que em distintos espaços, veremos surgir uma expressividade cultural, modos de vida, características de heranças de quem a essas terras, esteve presente e moldou ao longo dos anos a sua constituição e caracterização. Enfatizar esta questão, é referendar a importância da memória, como nos lembra Arruda (2000):

“As memórias construídas sobre os espaços geográficos possuem grande influência na constituição dos sentimentos de identidade nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmos espaços geográficos”. (Arruda, 2000, p.163)

Entender o sertão pela atribuição meramente de ordem de elementos físicos, locais, é uma redução. A concepção de uma definição sobre o que ele é, o que representa, é instigante e comporta múltiplos significados. Uma delas, está presente no contexto da sua construção, a qual guarda memórias,

sentimentos, pertencimentos e modos de vida, que certificam uma identidade ao espaço geográfico, que pode ser entendido como lugar. Como nos afirma (Tuan, “ O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”(Tuan, 2013/1983 p.167). Quanto a um exemplo de narrativas literárias, que apresentam expressividades, que evocam ao Sertão, podemos citar o Quinze de Rachel de Queiroz:

...E, deitada, à luz vermelha do farol, que ia enegrecendo o alto da manga com a fumaça preta, na calma da noite sertaneja, enquanto no quarto vizinho, a avó, insone como sempre, mexia as contas do rosário, Conceição ia se embebendo nas descrições de ritos e na descritiva mística, e soletrava os ásperos nomes com que se invocava Deus, pelas terras do mundo. Até que dona Inácia, ouvindo o cuco do relógio cantar doze horas, resmungou de lá:

_Apaga a luz, menina! Já é meia-noite!

Todos os anos, nas férias da escola, Conceição vinha passar uns meses com a avó(que a criara desde que lhe morrera a mãe), no Logradouro, a velha fazenda da família, perto do Quixadá.

Ali tinha a moça o seu quarto, os seus livros, e, principalmente, o velho coração amigo de Mãe Inácia.

Chegava sempre cansada, emagrecida pelos dez meses de professorado; voltava mais gorda com o leite ingerido à força. Resposta de corpo e espírito graças ao carinho cuidadoso da avó. (Queiroz, 2018 p.19)

Um outro personagem, ilustra o mesmo contexto sertanejo, ao que a autora nos certifica:

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho. O próprio leito das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. Depois olhou um garrotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergôntea estorricada. E ao dar as costas, rumo à casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente: Ô sorte, meu Deus! Comer cinza e até cair morto de fome! (Queiroz, 2018 p.30).

Figura 02 Sertão Catingueiro



Fonte: Thâmara Jáisa 2021

Dentro de uma circunstância de ordem familiar, as narrativas ilustram elementos de características rurais, aclamadas como sertanejas, situadas em um dado espaço temporal, que remete sobre as relações e vínculos estabelecidos, ocorrentes nos espaços. Evidencia-se dentro do contexto, um modo de vida, que se contrasta com o ambiente urbano. Aparece também na abordagem literária, vestígios da interrelação entre espaço, lugar, tempo, a seca e as características expressivas do sertão nordestino. O lugar, como o espaço significativo, mesmo que carente de atrativos, o qual é para alguns especial, desperta satisfação na vivência e digno de ser revisitado, memorado. Impossível não se reportar para a locução acima e referendar os acontecimentos descritos, situados no período de 1915, como já expresso pela obra literária. A qual remota a um tempo ido, apresentado pelo viés literário da obra. Em consideração as informações descritivas do texto literário citado, reporta-se a região nordeste que em dado momento histórico, vislumbra questões relacionadas a problemá-

tica da seca. Em uma consideração a região nordeste, uma referência de Castro(2009):

...a Região Nordeste é a parte do território nacional que mais desafios tem colocado à compreensão da inter-relação dinâmica dos fatores econômicos, políticos, sociais e territoriais do processo de desenvolvimento. Sendo esse o espaço de colonização, de importância econômica e de formação de uma elite política mais antiga do país, é também o território mais consolidado em termos de ocupação populacional e de maior durabilidade de sua estrutura produtiva.” (Castro, 2009, p,286).

É uma constatação que implica considerar que a ocupação territorial do Nordeste favoreceu aos muitos que exploraram as suas potencialidades naturais, proporcionando a formação de oligarquias agrárias e políticas, que consolidaram ocupações territoriais significativas, os latifúndios, como também exerceram a dominação política do território. Consolidando nos dias de hoje, uma estrutura econômica que guarda resquícios deste processo de ocupação territorial.

Surge assim no decorrer desse itinerário de entender o sertão, a conotação conceitual sobre o tempo. O que implica considerar a forma como o sertão, enquanto espaço ou lugar é representado, na sucessão dos anos. Uma referência de Corrêa(2009), nos afirma que:

Tempo e espaço envolvem processos e formas da natureza e socialmente produzidos. O movimento e a pausa qualificam a existência e reprodução dos processos e formas, permitindo falar em temporalidade e espacialidade. Ambos estão inter-relacionados, mas guardam uma relativa autonomia e por isso podem ser analisados separadamente.
(Corrêa, 2009, p. 286 e 287).

O geógrafo referencia o tempo enquanto movimento e o espaço enquanto pausa. Estão interligados, não perdendo em si a possibilidade de serem analisados de forma distinta. O que implica em dizer que a temporalidade, ocorre na espacialidade. Para Corrêa p.286 “Três atributos podem, ao menos, caracterizar a temporalidade: criação, desenvolvimento e transformação.” Acrescenta ao

enredo da compreensão que os agentes sociais são os impulsionadores criativos dos “espaços, territórios, lugares e redes”. Sendo assim, reportando ao Sertão, situamos que a sua abrangência referencial, sofreu e sofre alterações constantes, advindos dos “agentes sociais”, que a todo tempo, transforma e transfere aos mesmos configurações. O sertão concebido e divulgado em nosso imaginário como o dos ambientes naturais e rústicos, apresenta também versões mais modernas, que foram concebidas pelas relações sociais no tempo estabelecidas. Uma referência de Carvalho(1998) nos indica a percepção do tempo, como algo imensurável:

Já o simples fato de evocar a ação de “medir” o tempo parece assemelhá-lo a um objeto físico mensurável, como uma montanha ou um rio. A expressão “no correr do tempo” parece implicar que os homens, e talvez o universo inteiro, flutuariam no tempo como num rio. Neste e em muitos outros casos, a forma substantiva que se dá à noção de tempo contribui muito, com certeza, para criar a ilusão de que ele seria uma espécie de coisa “no espaço-tempo” (Carvalho APUD Elias, 1998b, p. 39).

Deparamos com uma proposição reflexiva, que suscita a compreender o tempo como “símbolo” e não como “coisa”. Paraphraseando (Elias, 1998b, p. 39), (Carvalho p.210) apresenta que : ...“O mesmo ocorreria com o conceito de tempo, quando dizemos que ele “passa”, quando em realidade o que “passa”, ou o que flui, são os processos específicos e tangíveis, sejam eles individuais, sociais ou naturais”. Corremos o risco de mantermos a idealização do tempo, como o promotor das alterações presentes na realidade, como que de forma inanimada tivesse este poder. O autor irá alertar para este deslize que pode acontecer, uma vez que são as sucessivas relações sociais ocorridas no espaço, que remete as suas formulações e alterações, o que vale para as considerações relacionadas ao Sertão, aos vários “sertões” do Brasil, que por questões naturais, sociais, e ocupação territorial, vivenciam processos de reformulação, representação e significação no decorrer do tempo.

Resultados e conclusão

Pode-se com estas descrições compreender que o Sertão, foi entendido como as áreas interioranas do Brasil, o território a ser instituído, permeado de perigos e habitadas pelos povos nativos. Foi então desbravados pelos colonizadores, os quais buscavam riquezas naturais e minerais. Posteriormente ocupados pela atividade da pecuária. Ao longo do tempo, com o processo ruurbanização, algumas destas áreas deram espaço para o surgimento de núcleos urbanos. O Sertão continua a existir, é referenciado nas obras literárias, nas pesquisas científicas, nas expressões artísticas, nas expressões culturais e sobretudo no modo de vida de homens, mulheres e crianças sertanejas. Mudanças são ocorrentes ao longo do tempo, advindas das relações sociais, intervenções do poder público e do processo de aculturação que estes espaços experimentam. No entanto, prevalece a permanência do sertão ou dos sertões do Brasil, com a presença de quem nele está inserido e perpetua a sua história, através do trabalho, da memória e das relações familiares e vínculos sociais.

O presente texto, reflete as influências de leitura sobre a expansão do território brasileiro, a identidade sertaneja e análise da ocupação territorial nos municípios de Anagé e Caraíbas, os quais foram eleitos para pesquisa. Posteriormente serão realizadas narrativas autobiográficas com os moradores das áreas rurais dos municípios em estudo. O que por certo respaldará a continuidade deste propósito. Confere-se então que as memórias individuais e coletivas, favorecem o entendimento da representação sertaneja. Uma vez identificada esta proposição, é válido considerar os seus atributos. Assim como é instaurado a grandiosidade da representação sertaneja, permeada de subjetividades, espacialidades, territorialidades e temporalidades.

O tema é abrangente e será considerado posteriormente, através da formulação das pesquisas e entrevistas. Pretende-se também abordar a delimitação do sertão da ressaca e a sua constituição territorial, o qual inclui os municípios de Anagé e Caraíbas, os quais foram eleitos no recorte espacial do estudo.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BERDOULAY, Vincent. Olhares Geográficos. Modos de ver e viver o espaço/ Organizadores Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa-Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil: questões atuais da reorganização do território/ Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores-5 ed-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 470p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. Inclui bibliografia 1. Geografia Urbana 2. Cidade 3. Lugar

QUEIROZ, Rachel. O Quinze. Rio de Janeiro. Cameron, 2018

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 2014. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

Referências sites eletrônicos:

A volta do cultural na geografia. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/A_VOLTA_DO_CULTURAL_NA_GEOGRAFIA%20(3).pdf

Sobre a geografia cultural. Roberto Lobato Corrêa <http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>

Reflexões sobre a geografia cultural no Brasil / Paul Claval.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7091>

Visões do Brasil.

<https://books.google.com.br/books?id=2kM8CwAAQBAJ&pg=PA18&lp-g=PA18&dq=o+sincretismo+e+o+aumento+dos+comunitarismos&source=bl&ots=n>

Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo. Maria Geralda de Almeida.

<https://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-15.pdf>

Geografia cultural: Uma breve história. Jhonatan da Silva Corrêa.

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/34824-195413-1-PB.pdf>

Paisagem cultural: da cena visível à encenação da alma-

https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10210403042012Topicos_Especiais_em_Geografia_Aula_7.pdf

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA PERSPECTIVA TRIALÉTICA. LIVIA FRAGA CELESTINO

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Tradução do Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

HARVEY APUD LEFBVERE PG 136 EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. Formação (Online), v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.

SANTOS, Milton [1996]. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/15.pf>

https://www.pensador.com/guimaraes_rosa_sertao_veredas/

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-203231/103>

André Heráclito do Rêgo. O Sertão e a Geografia.. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p42-66>

Roberto Lobato Corrêa .file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Tempo_Espaco_e_Geografia_-_um_ensaio.pdf

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf

A CONCEPÇÃO HOLÍSTICA E PROCESSUAL DE TEMPO DE NORBERT ELIAS. Eugênio Rezende de Carvalho. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-203231/103>

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ivanio Folmer



Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.

Adilson Tadeu Basquerote Silva



Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

Email: abasquerote@yahoo.com.br

Edimar Rodrigo Rossetto

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2012). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2016-2020). Atualmente é professor de Geografia vinculado a Prefeitura Municipal de Chapecó/SC.

ORCID: 0000-0002-3426-9900

Email: edimarrossetto@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Anielle Gonçalves de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional. Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

E-mail: anielleg20@unidavi.edu.br

Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia. Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

E-mail: adilson.silva@unidavi.edu.br

Daniel Rodrigo Strelow

Mestre em Desenvolvimento Regional. Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

E-mail: danielstrelow@unidavi.edu.br

Edimar Rodrigo Rossetto

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2012). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2016-2020). Atualmente é professor de Geografia vinculado a Prefeitura Municipal de Chapecó/SC.

Email: edimarrossetto@hotmail.com

ORCID: [0000-0002-3426-9900](https://orcid.org/0000-0002-3426-9900)

Gustavo Mees

Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDA-VI. E-mail: gustavo.mees@unidavi.edu.br

Ivana Lima e Silva

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, mestranda no programa de 2021 a 2023.

Leonardo Ribeiro Farias

Professor efetivo da rede estadual de educação da Bahia, licenciado em geografia pela Universidade Federal da Bahia, Especialização em ensino da história de da geografia, mestrando em geografia pela Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB PPGeo e membro do grupo de pesquisa geopesquisar.

Marcos Paulo Alves Monção

Mestrando em Geografia pela UESB/BA e Especialista em Ensino de Geografia pela UESB/BA desde 2001. Atua como professor da Rede Pública Estadual da Bahia e da Rede Municipal de Educação no município de Vitória da Conquista-Ba, desde 1999.

E-mail: july_lcm@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3538300959699584>

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Doutora em Geografia, professora do curso de Geografia da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientadora da pesquisa. Integrante do Laboratório de Ensino de Geografia – LEG e Grupo e Linha de Pesquisa Ensino e Práticas de Geografia – ENGEIO, número 34953/2011, cadastrado junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Email: marlisch20@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-8490-2110.

Maria Aparecida Duarte Simioli Garcia

Geografa Bacharel pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Campo Grande-MS; Pós-graduando pela Universidade Faveni de São Paulo.

E-mail: cidaidheas@gmail.com

Lattes: lattes.cnpq.br/8968116758813920

Pedro Henrique Espíndola Fernandes

Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDA-VI. E-mail: pedro.fernandes@unidavi.edu.br

Thiago Maurício de Brito

Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDA-VI. E-mail: thiago.brito@unidavi.edu.br

Weslen Rafael Ferreira

Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDA-VI. E-mail: weslen.ferreira@unidavi.edu.br

Willian Matheus Lopes

Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDA-VI. E-mail: willian.lopes@unidavi.edu.br

TERRITÓRIO E REGIÃO:

**ESTUDOS E DEBATES SOBRE A
(RE)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO**



@arcoeditores



contato@arcoeditores.com



/arcoeditores



(55)99723-4952



www.arcoeditores.com